

# Utopia

Nº 21  
Janeiro – Junho 2006  
6,00 €uros (isento de IVA)

**Director**  
Mário Rui Pinto

**Colectivo Editorial**  
Carlos António Nuno, Guadalupe Subtil,  
Ilídio Santos, J. M. Carvalho Ferreira, José  
Janela, Mário Rui Pinto

**Colaboradores**  
Alicia Zarate, Antoni Castells, Armando  
Veiga, Arno Gruen, Attila Toukkour, Car-  
los Díaz, Claire Auzias, Christian Ferrer,  
Edson Passetti, Eduardo Sousa, Elisiário  
Lapa, Eugénia Gomes, Francisco Madrid,  
Herculano Lapa, José Maria Quadros, José  
Quintal, José Tavares, Luciano Lanza, Luís  
Chambel, Marco Leandro, Maria Oly Pey,  
Mimmo Pucciarelli, Mónica Fraga, Pietro  
Ferrua, Quim Sirera, Roberto Freire

**Capa**  
José Maria Quadros

**Contra-Capa**  
Marco Leandro

**Gráfismo**  
Manuel Almeida e Sousa

**Propriedade**  
Associação Cultural A Vida  
Publicação Semestral Registada no  
Ministério da Justiça com o nº  
118640

**Impressão**  
Gráfica 2000 – Cruz Quebrada

**Redacção e Assinaturas**  
Apartado 2537 – 1113  
Lisboa Codex – Portugal

CulturalAVida@sapo.pt  
<http://www.utopia.pt>

**Princípios Editoriais 2**

**Editorial 3**

**Aveso do Aveso 5**

**Anarquia e Ecologia – Uma  
Longa Relação Natural 9**  
Carlos Nuno

**. O Grito 11**  
Marco Leandro

**Água – Estamos em Guerra ou Querem Guerra? 15**  
Alicia Zarate

**Irmânia, a Ilha Utópica de Ângelo Jorge 21**  
Guadalupe Subtil

**A Questão Social e a Nova Ciência de Curar 23**  
Ângelo Jorge

**Élisée Reclus: Vida e Obra de um Apaixonado... 33**  
José Maria Carvalho Ferreira

**A Questão Ambiental: O Futuro... 47**  
Carlos Nuno

**Sites da Internet Ecologistas-Libertários e não só 52**  
José Janela

**A Pegada Ecológica e o Decrescimento Sustentável 53**  
José Janela

**Decrescimento e Anarquia 57**  
Clément

**Incêndios sem Palavras 60**  
Charles Reeve

**França: As Lutas contra a Precariedade 69**  
Daniel

**Televisão e Manipulação 73**  
Mário Rui

**De conversa em Conversa: Parrésia Anarquista 77**  
Edson Passetti

**Ciclo de Cinema sobre José Maria Nunes 85**  
J. M. Carvalho Ferreira e Mónica Fraga

**O Café dos Anarquistas e Outros... 87**  
Francisco Quintal

**Crítica de livros 90**

**PCC, Estado e Emergências Fascistas 102**  
Nu-Sol



## **PRINCIPIOS EDITORIAIS**

**UTOPIA** define-se como revista anarquista de cultura e intervenção, o que significa a reivindicação do património histórico das ideias libertárias e do movimento anarquista, ainda que à luz de um pensamento próprio, activo e actual, e no respeito face a outras interpretações desse património.

Ao definir-se como de cultura e intervenção, **UTOPIA** pretende-se como um espaço de tolerância, diálogo e criação, procurando contribuir para o aperfeiçoamento dos homens e para o alargamento das suas possibilidades de expressão e de invenção.

Ao definir-se como de intervenção, **UTOPIA** pretende-se como um espaço de análise e debate dos fenómenos sociais e políticos das sociedades contemporâneas, procurando contribuir para a emancipação e a liberdade dos indivíduos e dos grupos sujeitos a quaisquer situações de opressão, repressão e intolerância, assim como procurará opor-se aos sistemas e mecanismos conducentes a manter situações de constrangimento e desvantagem social e económica de indivíduos e grupos em relação a outros, e ao Estado, entendido como um poder a que todos os homens devem obedecer mesmo que em desacordo com ele. Nesta intervenção, **UTOPIA** será a expressão de lucidez e de revolta, assumindo plenamente o carácter utópico das tarefas a que se propõe.

**UTOPIA** guiará a sua acção por uma ética de honestidade, frontalidade, solidariedade e tolerância, que se procura expressar nestes princípios editoriais e que levará à prática em cada edição e em quaisquer actividades que venha a desenvolver. As colaborações não solicitadas são desejadas, embora sujeitas à apreciação do colectivo editorial. Qualquer colaboração não publicada será devolvida ao autor, com a justificação dessa decisão.

O colectivo editorial compromete-se a abrir rubricas de debate quando tal for considerado enriquecedor e esclarecedor para os leitores e para os princípios aqui defendidos, sendo os autores previamente informados dessa intenção.

A indicação de um proprietário e de um director da revista deve-se a exigências legais, sendo desejada a rotatividade da direcção entre todos os que fazem **UTOPIA**.

A responsabilidade dos textos assinados é dos seus autores e a responsabilidade pelo projecto é de todo o colectivo editorial.



O s  
tempos atribula-  
dos que vivemos são bastante  
permissivos a uma série de equívocos  
e tragédias.

Capitalistas, empresários, partidos políticos, sindicatos, ordens profissionais, ideologias de esquerda e de direita movimentam-se na procura de uma razão de ser inelutável. O capitalismo e o Estado nas suas singularidades territoriais e universais diferenciadas caminham a passos largos para a implosão.

Uma sociedade que vive para consumir e cujas actividades económicas são primordialmente assumidas pelas guerras do Médio Oriente, Iraque e do Afeganistão e proximamente no Irão, é uma sociedade que se produz e reproduz com trabalho e profissões cerceadas pela morte. Entretanto, em interdependência e em complementaridade com a globalização e as tecnologias de informação e de comunicação das transnacionais capitalistas, os milagres económicos da China, da Índia e de outros exemplos emblemáticos dos media, traduzidos em taxas de crescimentos e PIB's incrustados num processo de industrialização e de urbanização tardio, revelam uma outra faceta das actividades económicas circunscritas à produção, distribuição, troca e consumo de uma morte lenta atravessada e reproduzida pelo crime, droga, violência, miséria, pobreza e prostituição generalizada.

O paradoxo da nossa actualidade biológica e social atingiu um tal paroxismo, que o nosso espaço-tempo reivindicativo e revolucionário é, exclusivamente, insequente e frustrante. Mesmo em presença da inutilidade e da desconfiança generalizada em relação ao carácter benigno das soluções humanas ou societárias, estatistas, religiosas, capitalistas, socialistas, fascistas ou comunistas, ainda, assim, não surgem reivindicações ou revoluções societárias alternativas que procurem reformar ou perpetuar quaisquer dessa hipóteses. Aumentos de salários, subsídio de desemprego, reformas, segurança social, são progressivamente extintos, assim como o Estado-Providência que as gerou. Trabalho, emprego para a vida na indústria e na agricultura só nos países do capitalismo tardio e da economia informal da miséria, da pobreza e da exclusão social: Nos grandes centros urbanos esta economia informal prolifera, dá força e estimula a economia formal regulada pelo Estado e o mercado, mas os sintomas da sua implosão estão próximos, devido à marcha avassaladora e irreversível do capitalismo imaterial baseado na compra e venda de trabalho assalariado decorrente de competências e qualificações cognitivas e emocionais. A energia e a força física que são necessárias ao sector agrícola e industrial inscritos na perícia, gestos e movimentos dos perfis profissionais do sector automóvel, da química, da siderurgia, do têxtil, cimento, ferro

vidro tendem a desaparecer e, por outro lado, traduzem-se indelevelmente na destruição das espécies animais e vegetais: ou seja, na extinção das formas de vida da terra com base no oxigénio, hidrogénio e água.

Vivemos um tempo histórico em que a produção de sentido da solidariedade, da liberdade, da criatividade e da cooperação por parte dos indivíduos e dos grupos foram ou tendem a extinguir-se. A guerra civil inter-individual está instalada à escala mundial. Competição, concorrência, crime, violência e guerra pelo consumo da mente, da psique e do corpo são os denominadores comuns da nossa tragédia social.

Por outro lado, o modelo de produção e de consumo assente na transformação da matéria orgânica em matéria inorgânica, na dominação e exploração da espécies animais e vegetais para além das sucessivas calamidades naturais, põe em sério risco a própria existência e reprodução da espécie humana.

Deste modo, com base nestas perversões biológicas e sociais, a anarquia, como teoria e prática, é uma hipótese histórica para hoje e agora. Não há tempo para especulações e debates infrutíferos sobre os melhores modelos, bandeiras, heróis e mitos que se inscrevem nos diferentes anarquismos.

Os sinais e as tendências são demasiado evidentes e perversos. O tempo histórico dos modelos contrastantes de sociedade já conhecidos, fazem parte do caixote do lixo da história. Nada a reformar, tudo a extinguir e a criar. Destruam-se e criem-se cidades com espaço-tempo para vida. Acabe-se com os valores e as ideias que dão sentido à necessidade do Estado, prisões, fábricas de automóveis, de material de guerra, de pesticidas, energia nuclear, fábricas produtoras de espécies animais e espécies vegetais. Numa palavra, extingam-se os capitalistas e trabalhadores assalariados actuais e potenciais de todo o tipo que querem trabalho e emprego e não o podem ter. Limpem-se rios, mares, florestas. Destruam-se auto-estradas, para que a terra possa ser oxigenada e possa respirar.

Um companheiro e uma companheira anarquistas deixaram-nos na nossa caminhada. Glicínia Quartim (1925-2006) foi a expressão da liberdade anarquista na sociedade portuguesa, como filha do anarcosindicalista António Pinto Quartim dos tempos áureos da C.G.T. e do jornal A Batalha, não deixando que a sua memória se perdesse e que sua vida de mulher livre e libertária se expressasse dignamente como actriz de teatro e na sua vida quotidiana. Marco Leandro (1967-2006), companheiro recente da Associação Cultural A Vida e colaborador da revista Utopia, anarquista de todas as horas, no pensamento e acção, na pintura e na escultura, também nos deixou. Perdemos-lo, mas ficou a amizade e a liberdade imensa que nos legou durante a sua permanência no planeta Terra.

# ACESSO DO ACESSO



*De como “Dom Sebastião” (Paulo Portas) surge de brumas fantasmas para dar palpites sobre o que entende por nacionalidade...*

Eis que, a propósito da lei da nacionalidade, aprovada recentemente por todos os partidos menos pelo CDS que se absteve, vem “dom Sebastião” dizer aqui d’el-rei que esta lei é um perigo para as nações ao poderem conceder uma pátria a quem comete crimes para com essa pátria. E sobre os crimes dos “nados na pátria” (como imputar multas a todos os mancebos que não se apresentem no dia da defesa nacional, lei imposta pelo ex-ministro da defesa que, por acaso era a mesma pessoa) como julgá-los? O que fazer a estes criminosos “nacionais”? Vem este “dom Sebastião” afirmar agora, depois de umas “boas férias

fora da pátria”, que esta lei, que vai dar nacionalidade a todos os que a ela tiverem direito, é “uma imprudência grave e um prejuízo sério para os interesses nacionais”. Quis dizer interesses nacionais ou os seus próprios interesses? A que Nação pertence este “dom Sebastião” do século XXI? A uma Nação sui generis por si congeminada (não se sabe com quem) durante as suas férias nos States? Quem é este senhor que pretende ser juiz em comarca alheia ao avaliar da concessão de naciona-

lidade a quem quer que seja? Não somos todos seres humanos independentemente do sítio onde estamos? Será que este senhor, durante as suas férias prolongadas por mais de um ano, não terá ido por acaso ao Canadá aconselhar os senhores governantes canadianos a fazerem o que estão a fazer a emigrantes portugueses não nacionalizados nesse País?

*Água mole em pedra dura tanto dá até que fura....*

Eles não desistem. De novo, e para promoverem a construção de uma central de energia nuclear, organizam uma conferência para “pressionar” sobre a concretização de interesses no “nuclear” como alternativa à dependência energética. Alternativa que, defendem, tem mais rentabilidade e os riscos já não são o que foram!!! Dá vontade de rir, já que numa era em que a maioria dos países abandona a energia nuclear pelos eleva-



dos riscos potenciais inerentes à mesma, aqui, neste reino, querem-na cá e rapidamente. Porque será? Para fornecer grandes quantidades de energia de forma constante a quem? A dez milhões de seres portugueses? Ou será para sermos exportadores da mesma, agora que se concedem incentivos à exportação de tudo e mais alguma coisa? A pompa e circunstância da promoção da dita conferência, por parte dos representantes dos grandes grupos económicos como é o caso da AEP (Associação Empresarial de Portugal), da AIP (Associação Industrial Portuguesa), da Ordem dos Engenheiros e da CIP (Confederação da Indústria Portuguesa) diz muito da forma de “pressionar” a instalação da mesma, sendo ridículos os argumentos avançados para a realização da dita “Conferência Energia Nuclear – O Debate Necessário”, afirmando que “o nuclear é a forma ambientalmente mais aceitável para produzir grandes quantidades de energia eléctrica em regime constante” e que países como o Brasil, Índia, Paquistão, Egipto para além de outros, estão a pensar construir centrais nucleares. Interessante o rol de países a quem nos poderemos equiparar futuramente em termos do nuclear, não? Tal como eles teremos alternativa na opção que vier a ser tomada?

**Não tem nada nem ninguém? Tem mais de 80 anos?**

**Não tem por mês mais do que 300 euros? Então, estique a mão que o Estado dá-lhe o “pão” (ou não) ...**

É verdade, acredite! Chegou o complemento solidário para o idoso com mais de 80 anos! Não sabe o que é? Nós explicamos. Se tem mais de 80 anos em 2006, se não tem filhos (ou porque morreram, ou porque não sabe deles), se não tem rendi-

mento mensal superior a 300 euros (não pode ter 301 euros, senão já não vale a pena mendigar), se não tem dinheiro em bancos, se não tem casas na terrinha, se conseguir provar que nada disto possui, então corra porque há um “COMPLEMENTO SOLIDÁRIO PARA IDOSOS” à sua espera! Mas atenção! Para ter acesso a esta “esmola” será preciso:

1º que seja um resistente/sobrevivente. Porque se um idoso só (com menos de 300 euros/mês) ou se um casal de idosos (com menos de 525 euros), sem ajudas de filhos ou outras, conseguiu chegar aos 80 e mais anos sem quaisquer “esmolas” então teve de ser, de facto, muito resistente para sobreviver;

2º que demonstre que os seus filhos não podem ajudá-lo de forma nenhuma ou que desconhece o paradeiro deles (declarações que serão avaliadas pelo fisco), porque se não conseguir levar o IRS dos seus filhos, ou que é um idoso sem filhos e pobre, então não poderá aceder ao dito “complemento solidário”;

3º que se sujeite a esticar a mão à “esmola”, isto é, não basta parecer ser pobre, tem que demonstrar que o é na verdade e para isso tem que saber preencher mil e uma papelada, tem que ser capaz de se humilhar, saber contar a sua vida e a dos seus e só depois de um parecer favorável de quem tem o subsídio para dar é que poderá ou não receber o dito complemento até perfazer 300 euros mensais.

Enfim, criou-se mais uma medida que se pretende divulgar como “solidária”, mas cujo objectivo não passa de uma “reles forma” de fazer campanha eleitoral. Se se quizesse ser solidário, seriam necessárias tantas burocracias e exigências humilhantes? Não existiriam formas mais directas de apoiar quem de há muito precisa de apoio (idosos pobres; famí-

lias pobres ou  
 carenciadas)? Não são conhecidos pelos sistemas todos  
 os idosos que têm mais de 80 anos e que não têm mais de 300 euros/  
 mês? Então para que servem as bases de dados dos sistemas e seus cruzamentos?  
 “Complemento Solidário” ou “Cumprimento de ritual de Vergonha e Humilhação”?

### *Portugal na rota pró-globalização*

Vivemos numa época de globalização, apregoam aos quatro ventos todos quantos têm acesso a meios de comunicação sejam eles quais forem. Em Portugal este slogan tem sido exaustivamente apregoado e adoptado como estratégia representativa e de referência para todos os países “subalternos” do mundo. Desde trazer o Bill Gates a Portugal, a quem 10 ministros ou mais fizeram questão de ver e falar in loco, passando pela realização pública de assinaturas pomposas de acordos com o MIT (Instituto Tecnológico Americano), até ao anúncio da realização de vários investimentos es-pantosos no sentido da concretização do “CHOQUE TECNOLÓGICO”, eis que neste país à beira mar plantado a campanha pró-globalização atingiu tais proporções, que o próprio Estado quer demonstrar que está com todos os seus parceiros liberais americanos e europeus no que respeita à contratação de recursos humanos. Neste âmbito, criou-se o POAP – Programa Operacional da Administração Pública. Ao abrigo deste programa, o Estado abriu as suas portas a milhares de licenciados com menos de 30 anos. A todos estes licenciados jovens é dada a GRANDE OPORTUNIDADE de trabalharem para o Estado, durante doze meses e por 700 euros mensais (140 contos), período após o qual todos serão dispensados, já que os programas de estágio ab-ertos são exclusivamente para este período e não renováveis. Entretanto, a propaganda

eleito-  
 ralista não  
 se fará espe-  
 rar daqui a um ano,  
 pois já estamos a ouvir  
 “papaguear” o slogan gov-  
 ernativo: “conseguimos baixar  
 o desemprego e, mais importante  
 que tudo, baixámos o desemprego de  
 jovens licenciados!”. Quanta arrogân-  
 cia nesta forma de, hoje, nos tomarem por  
 atrasados mentais! Que es-  
 tratégia é esta de utilizarem  
 as expectativas de quem  
 tudo espera (jovens) para  
 auto promoções canalhas?  
 Que forma de propagan-  
 da política é esta que não  
 tem qualquer protesto ou  
 reacção por parte desses  
 milhares de jovens “des-  
 cartáveis”? Será o deses-  
 pero superior à vontade  
 de ser e viver?



*Sobre fogos nas  
florestas? Há uma  
estratégia política clara ...*

Será que pensam que é acabar com os fogos que todos os anos se dão em Portugal? Qual quê! A estratégia é reduzir (disse bem reduzir e não acabar de vez) a área média de floresta ardida, ou seja, temos de passar dos 200 e tal mil hectares ardidos em média em 2005, para cento e tal mil hectares em média até 2012. Esta não tem graça? O País tem de continuar a arder nos próximos sete anos porque senão os meios que se têm de combate aos fogos podem ficar obsoletos ou algumas empresas subcontratadas para apagar (?) fogos no Verão podem ir à falência. Estão, neste caso, por exemplo, os auto-tanques dos bombeiros, os muitos helicópteros, públicos e privados, que a não serem empregues ficam parados e não rendem, a protecção civil pode ser extinta se não houver floresta para proteger de fogos, etc.... É também preciso continuar a arder, porque, caso contrário, não se podem construir mais “SPA’s”, hotéis, urbanizações de luxo, condomínios fechados, campos de golfe e ténis, etc... Que estratégia é esta de se pretender apenas “reduzir a área ardida de um certo ano”? Porque não proporcionar mais meios e homens de combate efectivo e consequente, até à redução total, da área de floresta ardida? Porque não transferir recursos (hu-

manos, materiais e financeiros) que são aplicados em tanta coisa inútil e fútil para áreas prioritárias, úteis e vitais como a preservação da natureza? Que funções desempenha o Instituto de Conservação da Natureza? Que faz a Protecção Civil? Que faz o Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas? E o Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional? Apenas alertam, observam e gastam? Incentivem-se, antes, acções de “colectivos naturais” para uma intervenção regular em todos os espaços naturais, intervenção que vise de forma clara (e não encapotada) extinguir (disse bem extinguir), no curto prazo, todos os fogos e destruições do habitat natural, o que passa por impedir construções em espaços naturais, a construção de campos de ténis e golfe em área de floresta e tantas outras aberrações a que se assiste. Preservar o que é de todos, mas que alguns pensam pertencer-lhes, deveria ser a estratégia “natural” de cada um e não dos políticos em exclusivo. Porém, num país sem estratégias, o pensamento não abunda e como tal.... “só queremos reduzir a área média ardida em 2005”. Que fraca exigência esta!

*Vamos a eles, que são pobres*

Seiscentos polícias armados, seiscentos! mais os espectaculares coletes à prova de bala, veículos especiais e uma artística variedade de fardamentos, que tudo isto fica a matar nas televisões que sempre acompanham estas demonstrações de músculo e fazem tudo ficar mais parecido com as séries americanas! Foi esta a montagem de mais uma demonstração do autoritarismo light de que o primeiro-ministro tanto gosta, desta vez para cercar um dos miseráveis bairros de barracas dos arredores da capital do império, o Bairro da Torre, em Camarate, onde vivem... trezentas pessoas. Resultados? Um preso, por deserção da tropa (bendito seja!), e meia dúzia de caçadeiras apreendidas por falta de licença. O pretexto oficial para este exercício de força em tempos de crise foi o do combate ao tráfico de armas. Como se eles não soubessem onde procurar, se quisessem mesmo acabar com tal negócio... O problema é que assim lá se ia o empreendedorismo...





## ANARQUIA E ECOLOGIA UMA LONGA RELAÇÃO NATURAL

CARLOS NUNO

Neste número da UTOPIA apresentamos um conjunto de textos que têm o ambiente e a natureza como questões centrais.

A relação do homem com a natureza é um tema recorrente nas propostas libertárias, do anarquismo clássico até à vastidão e fragmentação dos “movimentos sociais alternativos” de emergência mais recente.

Desde as discussões mais filosóficas acerca da essência positiva da humanidade, base para a crença num porvir risonho e cantante em que essa “bondade” se revelaria finalmente, derrotadas que fossem as forças opressivas que impediriam a sua natural expressão ou quando se restaurasse um mítico equilíbrio perdido nessa relação entre o homem e a natureza e entre o indivíduo e a sociedade, até ao recurso tático de procurar uma radicalização e uma abordagem libertária nas contestações sociais mais ou menos espontâneas e reactivas a situações de maior incomodidade dos nossos quotidianos actuais ou de temor por futuros ameaçadores e pouco saudáveis, é relativamente fácil encontrar, nas projecções sonhadas de um mundo libertário a representação de um ambiente natural mais simples e amistoso como cenário para o desenvolvimento das novas relações sociais

de liberdade e igualdade, seja nos textos que animam as acções militantes seja nas práticas individuais e nas experiências de comunidades em que se pretendeu concretizar uma ética e uma vivência libertárias.

De algum modo, na perspectiva libertária assume-se desde sempre, com maior ou menor evidência, a relação de respeito e equilíbrio entre homem e natureza como uma das expressões da própria relação que se procura alcançar dos homens uns com os outros e como uma condição de afirmação individual, sem constrangimentos nem sujeições a outras leis que não sejam as que decorram da condição natural do ser humano.

Historicamente ressaltam duas grandes expressões do pensamento anarquista em que a questão ecológica ganha maior evidência.

Uma delas é a da corrente do anarco-naturismo, onde a crítica a uma sociedade cada vez mais afastada da natureza é a base para a procura de uma vida mais pura e mais livre. O “mau viver” resultante da crescente industrialização e urbanização em acelerada expansão durante o século XIX, com a evidência de massas populares em condições insalubres e sujeitas a condições de trabalho penosas e perigosas, com as suas consequências de corrupção do corpo individual, e através dele do corpo social, levam a uma intensa campanha pelo regresso a uma

vida mais saudável e simples, entendido como o caminho para a regeneração do indivíduo e da sociedade.

Esta defesa de uma vida natural e auto-suficiente assume muitas vezes um carácter anti-científico e anti-progresso, de combate aos “vícios sociais” considerados como uma consequência inevitável da alienação provocada pelas novas condições sociais que era urgente reverter. Um dos aspectos mais conhecidos desta corrente é o da denúncia da medicina oficial, não só como uma falsa solução para os problemas da saúde, já que apenas trataria da expressão das doenças e não das suas causas reais (o tipo de sociedade em que se vivia) como, indo mais longe e sendo um aspecto que ganha hoje nova actualidade, sendo essa medicina, afinal, uma nova forma de exercício de poder, não só dos seus profissionais mas também como uma das faces do poderio da indústria e dos seus interesses.

O texto de Ângelo Jorge que aqui se recupera é um exemplo bem ilustrativo destas ideias entre nós, quer daquilo que na época poderia constituir uma frente de combate político quer do que ainda hoje se mantém pertinente na afirmação de uma vida mais auto-suficiente e saudável.

Outra grande corrente histórica é a do neo-malthusianismo, que ao mesmo tempo que tinha uma grande capacidade de discussão e de propaganda das ideias libertárias originava uma considerável controvérsia dentro do campo anarquista, sobretudo com as suas correntes socialistas, mais apostadas no fortalecimento de uma classe operária capaz de desencadear a revolução social e avessas a uma deriva das ideias para questões que ressaltavam a dimensão individual e a procura de uma vida quotidiana mais saudável e feliz. Um dos opositores ao neo-malthusianismo foi precisamente Éli-sée Reclus, de quem neste número se aborda parte da sua imensa obra, na qual o conhecimento da Terra e da na-

tureza ocupa uma dimensão considerável mas numa perspectiva mais científica e racionalista.

A defesa de um quotidiano com melhores condições de vida para as classes populares, colocando a questão demográfica e a relação entre a dimensão da população e os recursos a que essa população conseguia aceder como centrais, levaria os neo-malthusianos à defesa das práticas anticoncepcionais e do direito ao aborto, desenvolvendo-se rapidamente estas questões para aspectos mais globais, como a afirmação social da mulher, a maternidade livre e o feminismo, acrescentando qualidades e dimensões que enriqueceriam o pensamento libertário e acabariam com as desconfianças e controvérsias iniciais em relação a esta corrente.

Apesar da permanência quer das propostas naturistas quer das dimensões neo-malthusianas no seio das ideias libertárias ao longo do século XX, apenas com a irrupção dos novos movimentos sociais dos anos 70 a questão ecológica ganharia de novo uma visibilidade considerável nas ideias e militâncias anarquistas.

Muito em função da capacidade, maior ou menor, de participação nas lutas ecologistas desencadeadas a partir dessa altura, assim esta questão seria assumida ora como uma das expressões de um anarquismo holístico, em que a “libertação da natureza” seria praticamente apenas uma consequência da “revolução social”, ora como uma oportunidade de mobilização e de empenho de um movimento anarquista em muitos lados já residual em termos de expressão social.

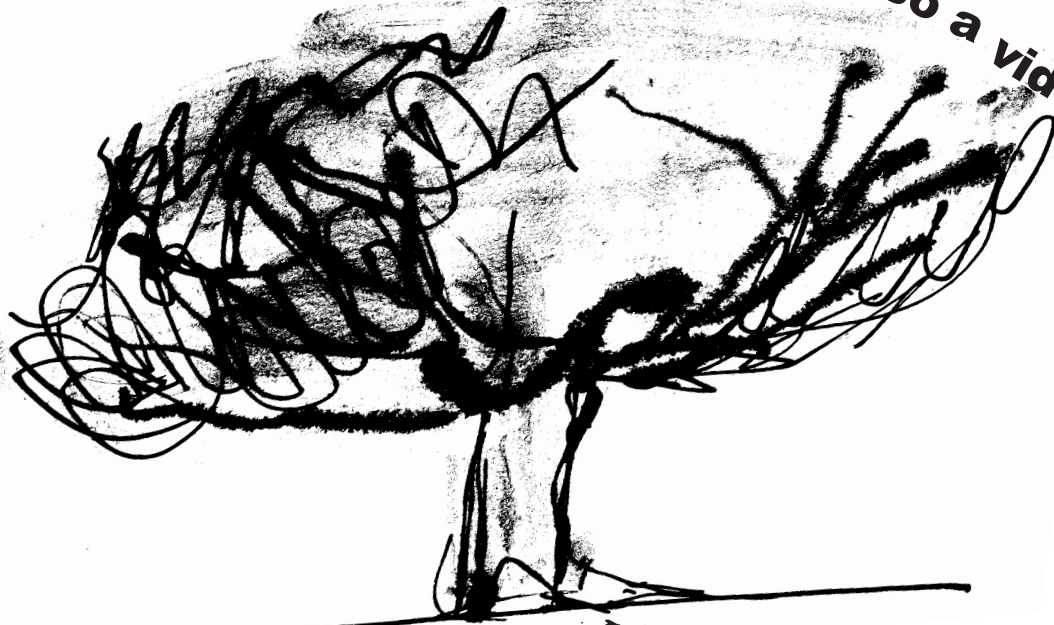
Fosse como fosse, os activistas libertários, individualmente ou de forma organizada, estão desde o início empenhados nas frentes ecologistas e nas lutas ambientais, como entre nós ficou bem patente no dealbar destas questões no pós-25 de Abril.

Entre a manifestação de lutas particulares e localizadas, sobretudo ligadas a situações específicas de poluição ou de devastação do património natural, e a tentação de uma nova forma de acesso às práticas políticas instituídas, a frente ambiental teve sempre nos anarquistas e libertários um acréscimo de combatividade e de contributo para a reflexão das suas práticas, sobretudo durante os anos 70 e 80.

A participação anarquista nestes movimentos e nestas discussões procurou contribuir para evitar as ambiguidades políticas que já se adivinhavam muitas vezes, assim como procurou a clarificação entre uma perspectiva de intervenção social e política, em que as questões ambientais se assumiam com maior urgência ou com um papel fundador de mobilização, e a emergência de novas vestimentas para velhos processos de partilha do poder e, até, de extensão dos negócios, ainda que agora com tintas verdes.

É à volta destas e de outras questões ambientais, tratadas na sua especificidade temática ou através da relação natural entre a ecologia e as ideias libertárias, que apresentamos o conjunto de artigos que se segue, procurando trazer alguma informação e alguma discussão para um tema que não se esgota nestes textos. Antes se renova todos os dias.

**MOTE: Se eu fosse outro, preso a vida inteira...**



inteira...

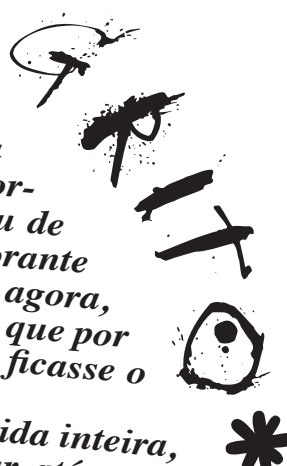
utopia

Se eu fosse um cão, preso a uma corrente a vida inteira porque outrora, vadio e livre, correria o risco de morrer atropelado, ou de fome, o que suscitara a compaixão ignorante de algum ego mais acorrentado do que eu agora, ficaria imóvel e olharia com atenção todos os que por mim passassem, para que nas suas memórias ficasse o meu desespero;

Se eu fosse uma galinha, presa a uma caixa a vida inteira, sem me poder mexer, apenas pudesse engordar até que o chão que me sustivesse se abrisse, para em seguida ser decapitada, comeria o mais que pudesse para que a minha carne envenenasse quem a provasse;

Se eu fosse um cavalo, preso numa «box» a vida inteira, excepto nos curtos momentos em que fosse montado pela elegância de alguém, culto e rico, que com o seu fato coliante e as bota luzidas exalasse pelos poros a sua elevada condição, eu teria o prazer de um dia, sem nada o prever, lhe partir o pescoço para que soubesse como custa estar preso, com tanto músculo para ser livre;

Se eu fosse um macaco, preso numa jaula a vida inteira, para provar às crianças que existia e aos adultos que qualquer grade doméstica o mais feroz dos animais, atirar-lhes-ia a merda que cagasse e um dia, se





me faltassem  
meios para me enforçar, enlouqueceria, apenas para provar que a  
inteligência não é apanágio apenas de alguns homens;

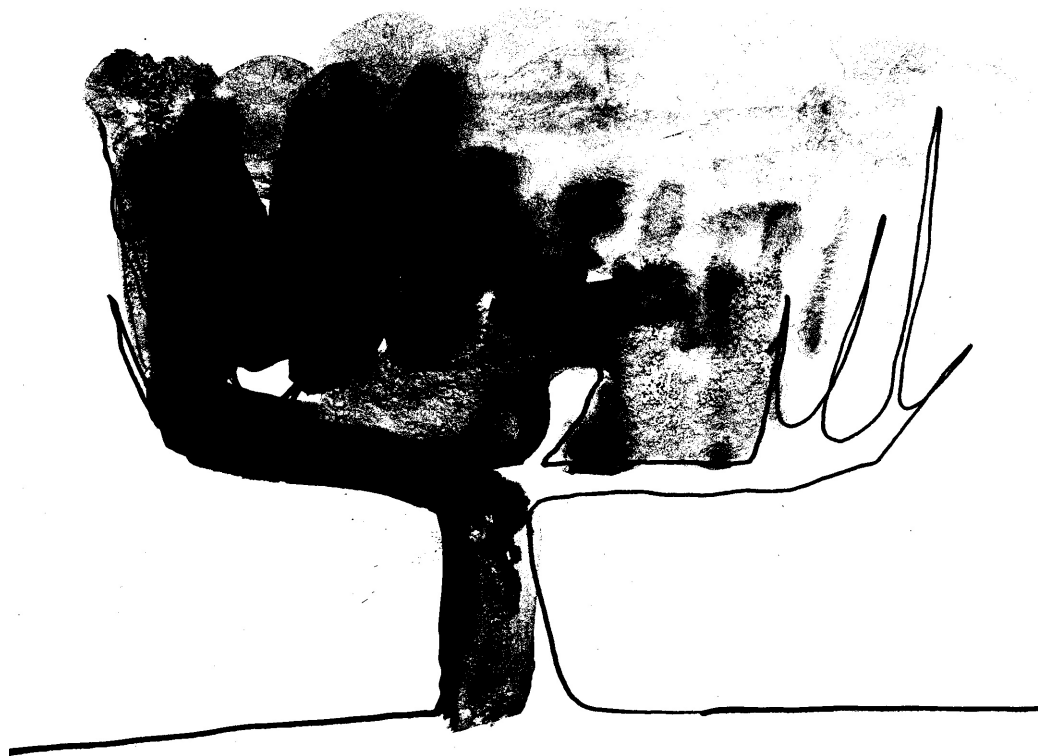
Se eu fosse um rouxinol, preso a vida inteira numa gaiola dourada,  
com os olhos vazados para cantar na escuridão como cantara livre  
nas noites que conhecera, o meu canto seria um triste lamento que  
enfeitiçaria as almas de quem o ouvisse, para que, sem se aperce-  
berem, as suas vidas fossem mais escuras que a minha;

Se eu fosse um leão, preso ao circo a vida inteira, a quem drogas-  
sem ou chantageassem, apenas para abrir a boca e nela alguém  
meter a cabeça, só para provar que existem homens com cora-  
gem, o meu rugido engoliria todas as crianças, para que, quando  
crescessem, sem saberem porquê, não voltassem ao circo com  
animais amestrados;

Se eu fosse uma raposa, presa a vida inteira num bosque  
qualquer, rodeado por cercas e estradas, propriedade de um  
qualquer senhor, herdeiro por suspeitosos esforços de um  
qualquer antepassado, correria à frente da sua espingarda,  
para que a minha pele fosse a vergonha da mulher que a  
envergasse numa qualquer cerimónia chique;

Se eu fosse um touro bravo, preso à nobreza de uma casta  
a vida inteira, destinado a morrer pela glória de um tou-  
reiro, antes de expirar soltaria um mugido tão alto, que só  
seria ouvido por todos os touros depois de mim, para que  
nenhuma vitória voltasse a manchar o sangue de outra  
espada;

Se eu fosse uma pantera negra, pre-  
sa num lar de





*g e n t e*

*educada a vida inteira e me*  
*tivessem ensinado «a civilidade», quando de novo me juntas-*  
*sem aos meus, eu matá-los-ia a todos porque tinha aprendido a ser*  
*homem e esquecido os limites da minha liberdade;*  
*Se eu fosse imigrante, preso à sobrevivência a vida inteira, obrigado*  
*a trabalhar sem condições, a mostrar gratidão por me retribuïrem o*  
*esforço dos meus músculos, ou a sabedoria do meu intelecto, trans-*  
*mitida por avós, ou aprendida à força de esperar um futuro melhor,*  
*eu trabalharia mais do que ninguém, para que um dia os meus fil-*  
*hos mostrassem aos dos que me pagassem «com quantos paus se faz uma*  
*canoa»;*  
*Se eu fosse prisioneiro, preso a uma cela a vida inteira, por ter cometido o*  
*crime de nascer pobre, se em criança os meus brinquedos tivessem sido o lixo*  
*dos ricos e os meus livros tivessem sido um vazio de barriga, se os meus olhos*  
*fossem o espelho da minha miséria, eu aprenderia com os mais perigosos para*  
*não voltar a ser apanhado e os meus sonhos seriam o pesadelo daqueles que*  
*odiasse.*

Torres Vedras, 28DEZ05 – Marco Leandro  
 (Quando levei o carro à inspecção, em homenagem a um cão preso, há vários  
 anos.)

## Marco Leandro

*Nasce a 26 de Março de 1967, Sobral de Monte Agraço.*

*Em 1992, frequenta o curso de Desenho na Sociedade Nacional de Belas Artes, Lisboa.*

*Em 1999, inicia o curso de pintura na Faculdade de Belas Artes de Lisboa.*

*A partir de 2001, desenvolve ateliers de Pintura para Crianças, onde permanece professor até 2004. Altura em que também trabalha como Escultor para o Carnaval de Torres Vedras.*

*No início do curso vagueia pela fotografia, escultura, instalação e vídeo.*

*A pintura ressurge em Agosto de 2002, mês em que faz dez pinturas com 2mx2m, série intitulada: “Ausência”.*

*Bolseiro do Programa Erasmus, em 2003 frequenta a Norwich School of Art&Design, Reino Unido. Na sua pintura aborda temas relacionados com a política, a Guerra, a Fome, a Religião e a Revolta contra a moral vigente, caso das pinturas sobre Nossa Senhora de Fátima e a “trilogia salazarista” conhecida pelos “Três Efes”: Fátima, Fado e Futebol; e com o Amor: “O Triunfo de Adão e Eva” (2004).*

*Ao investigar sobre o último trabalho de Almada Negreiros: o painel “Começar”, abre as “portas da Sabedoria através da Ciência e a sua pintura mistura-se com a mitologia”.*

*Em 2004, conclui a licenciatura em Pintura na F.B.A.U.L.*

*2005, representa o primeiro ano de trabalho em que só se dedica à Pintura, passando “a viver ao ritmo das secagens das tintas e das exposições”.*

*Assumindo-se como Pintor, a sua expressão desenvolve-se também através da modelação de pequenas peças, que utiliza como modelos de pintura. O seu trabalho faz “uso de toda a Liberdade possível, dentro dos limites do espaço, quer seja através de meios bidimensionais, quer da ocupação da terceira dimensão espacial, por meio de instalações temporárias, ou de carácter definitivo”. Com “One and Seven” (2005), conjunto de esculturas assinadas com o pseudónimo Mário Correia, torna*

*pública esta sua faceta pela primeira vez.*

*Entre 1998 e 2006 participa em mais de catorze Exposições Colectivas e realiza três Exposições Individuais, entre elas “Pequeno Ser”, em 2005.*

*Um dia escreveu:*

*“Tenho esperança que um dia, quando “O Grito” que lanço, semelhante ao de Goya durante as Invasões Francesas, ou ao de Picasso em relação ao bombardeamento de Guernica, ou de Munch, em relação à condição humana, se cale, talvez nessa altura possa pintar assuntos pacíficos, tranquilos...”*



**\* Marco Leandro, querido amigo e companheiro libertário, membro recente da Associação Cultural A Vida e colaborador da revista Utopia, deixou de estar connosco no dia 24 de Abril de 2006. Durante a sua permanência no planeta Terra, para além de uma vida pautada pela solidariedade, amizade e liberdade, legou-nos uma obra de escultura e de pintura de um enorme valor artístico e humano. Em sua memória, publicamos este texto, um poema anarquista e vários desenhos que nos deixou para ilustrar este número da revista Utopia subordinada ao tema da natureza.**



A ONU fixou como objectivo que, para o ano 2025 todos os seres humanos tenham acesso a água potável. Em 2003, ano Internacional da Água – assim declarado também pela ONU – iniciou-se uma campanha de alerta face às catástrofes que nos aguardam escondidas nas próximas décadas. Entre os perigos citados com maior frequência figuram: em 2025 a reserva mundial de água potável disponível por habitante será três vezes menor que a de 1950; a humanidade carecerá de água, que será cada vez mais escassa, mais cara e motivo de tensão entre Estados.

**ÁGUA**  
**Estamos em**  
**guerra ou**  
**querem**  
**guerra?**  
 Alicia Zarate



### PROFECIA CUMPRIDA

Se fosse crente exclamaria: Milagre! Milagre! Na bacia do rio da Prata cumpriu-se a profecia de Kofi Annan ! (1)

Com efeito, em 2003, tinha afirmado que a água era «uma possível causa de conflitos e guerras». E, este ano, iniciou-se com uma forte tensão entre os governos da República Oriental do Uruguai (R. O. U.) e da República da Argentina (R. A.), – ambos eleitos como a democracia ordena. O motivo é a instalação das plantas de pasta de celulose altamente contaminantes em Fray Bentos, nas margens do rio Uruguai (2) . Este rio serve de fronteira geopolítica entre os dois Estados e, nessa zona, encontra-se uma das maiores reservas de água potável do planeta: o aquífero Guarani.

E aqui estou, com tristeza e fúria contida, vendo morrer outro rio; afogada num mar de

infor-  
mações e estridências mediáti-  
cas, enquanto se silenciam as vozes dissidentes, num lugar e numa época  
nos quais abunda a investigação autóctone e escasseia a reflexão.  
(Este filme vi repetidas vezes durante a ditadura militar e com os governos civis, com outros actores,  
noutros cenários, sempre o mesmo argumento. Serão sócios de um suculento negócio e a afronta  
será para quem os vê na T.V.?)  
As partes em confronto pretendem impor com prepotência uma  
só lógica, a da propriedade em



nome do  
progresso. Ignoram ou tergiversam o con-  
ceito do ambiente, alimentam rivalidades, procuram destruir a solidariedade  
entre as comunidades. O cínico é que Kirchner (presidente da R. A.) declara como causa nacional a  
defesa do ambiente. O mesmo, a sua cónjuge Cristina Fernández (senadora pela província de Santa  
Cruz, na Patagónia) e a sua equipa fazem caso omissos dos ecogenocídios que continuam a perpe-  
trar tanto na sua província natal como a escassos metros da Praça de Maio (3) e no resto do país  
que administram, e firmaram a emissão de títulos de crédito de carbono (4). Por seu lado, Tabarés  
Vázquez (presidente da R. O. U., de esquerda) ordena às forças militares que protejam as plantas de  
pasta de celulose em Fray Bentos, onde a empresa espanhola Ence (Empresa nacional de celulose de  
Espanha), e a finlandesa Botnia se estão a instalar; ou seja, um governo nacional envia as suas tropas  
para defender interesses estrangeiros.

### **UNIDOS POR NATUREZA**

Assim como as diferentes espécies animais bebem sem se molestarem numa mesma fonte de água, as  
populações da bacia do rio da Prata estão unidas por natureza e pela natureza. Entre elas prevalecem  
estreitos laços de amizade e de consanguinidade, desde muito antes da chegada dos conquistadores;  
laços que as fronteiras políticas não enfraqueceram. Há um forte sentido de comunidade e a sua rela-  
ção com a água não é utilitária. Estão conscientes de que um rio vivo assegura a existência sob todos  
os aspectos, biológicos e espirituais.

Na R. O. U., o Grupo Guayubira, que investiga temas ambientais desde há alguns anos de forma independente, não é escutado nem tem acesso aos meios; quem se atrever a pronunciar o seu sacordo é perseguido e essa perseguição torna-se extensiva aos membros da sua família. As decisões tomadas pelas Assembleias de Gualeguaychú, Colón e Paysandú (R. A.) em defesa do ambiente, fora de qualquer tipo de estrutura, enervaram os empresários, políticos, dirigentes e bispos, de ambas as margens. Tanto assim foi que até umbandistas fazem cerimónias a Yemanjá – a deusa da água doce – rogando «pão, paz e trabalho», slogan que alguns repetem por ingenuidade ou desespero e que apenas leva ao aprofundar da dependência.

Se não fosse pela mobilização popular e os cortes de estrada, nenhum funcionário encarregue da saúde pública e protecção do ambiente teria denunciado alguma coisa. De facto, a instalação destas plantas estava em discussão há já algum tempo mas nas costas da população. Desde finais da década de 50 que o Banco Mundial financia a florestação nas margens dos rios Paraná e Uruguai. Primeiro nos terrenos húmidos, logo a seguir no bosque nativo por último nas terras aptas para agricultura e gado, tudo sem avaliar o impacto ambiental com ironia os poucos habitantes que ainda permanecem ali. Nesta região, o eucalipto é uma árvore exótica de rápido crescimento, apta para a fabrico de pasta de celulose. A R. O. U. e a R. A. são grandes exportadores de toros de madeira de eucalipto. Desde há mais de cinco séculos, esta região ocidentalizada de Tierra Fecunda (5) é fornecedora de mercadorias, mão-de-obra e recursos naturais baratos para a metrópole. Na década de 90, os megaprojectos, as privatizações de serviços e transportes públicos e as monoculturas acabaram por destruir a economia alimentar local.

### ECOGENOCÍDIOS

Se se sobrepuser um mapa geofísico, desenhado no ano 2005 sobre o de 1950 (6), pode-se observar: centros urbanos hipertrofiados pela incorporação das localidades semiurbanizadas mais próximas, zonas rurais convertidas em desertos estéreis ou inundadas e reduzida a superfície coberta por bosques naturais e pradarias naturais da pampa húmida.

A cordilheira dos Andes está a ser triturada pela extracção de minério com tecnologias agressivas, extracção que envenena as nascentes dos rios e destrói glaciares e que continua a fazer desaparecer montes, tanhas e trabalhadores (7). Com base nestas mortes e desaparecimentos e na contaminação da água formaram-se assembleias em Esquel, Jáchal, Veladero, a Alumbreira, para mencionar apenas algumas das mais activas.

Outra calamidade são as monoculturas, agora as OGM (8). A soja transgénica ocupa 16 milhões de hectares e não só provocou um profundo desequilíbrio no ambiente, desertificando o solo, aumentando a fome, a desnutrição e a pobreza, como empurrou as aves e roedores silvestres para as cidades à procura de novos habitats e com elas transportam diversas “zoonoses” para os centros urbanos. Para cúmulo dos males, os legisladores da democracia estão quase a legitimar esta situação ao aprovarem a lei de promoção da biotecnologia, com base na propriedade intelectual. Desta maneira uma elite do CONICET (9), que trabalha para empresas como Monsanto, terá os habitantes da região argentina, os seus corpos e a sua subjectividade, como laboratório





experimental, tal como acontece na Índia e na

África do Sul. Os primeiros a reagir contra a penetração dos OGM na cultura alimentar foram as comunidades do MOCASE (10), as quais foram perseguidas, vítimas do gatilho fácil e da destruição das suas culturas autóctones.

Com as privatizações cumpriu-se outra profecia: a água potável tornou-se mais cara e escassa. Os vizinhos dos bairros e localidades com baixos rendimentos económicos devem suportar, para além disso, a deterioração das suas casas devido à alteração do sistema de provisão de água potável. A empresa aplicou uma tecnologia inadequada para as características do lugar e inundou as casas. Sobre este caso criaram-se várias assembleias contra as privatizações e algumas com um grau de resistência que é digno de admiração e solidariedade na sua luta (11).

Se continuarmos à procura, encontraremos outras calamidades produzidas por quem pretende dominar a natureza e os seres que habitam este continente, todo o planeta na realidade. Veremos desde destruição da paisagem pelos empreendimentos imobiliários e turísticos, até à contaminação aquífera com radioactividade por parte do Estado argentino em Ezeiza (onde está localizado o aeroporto internacional), passando pela construção de represas hidroeléctricas que dizimaram populações. Todo este ecocídio concretizou-se em menos de 50 anos e produziu um genocídio dos habitantes do lugar, não apenas dos povos autóctones. Por esse motivo chamo ecogenocídio ao que está a acontecer nestas latitudes.

### *ECONEGÓ- CIOS OU NO- VAS OPOR- TUNIDADES DE NEGÓCIO*

E como sempre... em volta dos que vão morrer... esvoaçam os abutres. Primeiro, as empresas de descontaminação que a c o m p a n h a m de perto a problemática e que se ocupam apenas com o que é mais

rentável; a seguir, os econegócios que propõem o uso de energias renováveis como sendo sustentáveis, mas sem preverem ou, então ocultam, os «danos colaterais» e sem dizerem um NÃO à contaminação; todos querem impor usos e costumes exóticos sem terem em conta os autóctones, sem avaliarem o impacto ambiental nem humano, no seu afã de tudo homogeneizarem, de criarem necessidades para continuarem a produzir e a satisfazer o mercado criado pela força de marketing. Daí aparecerem com frequência siglas conhecidas como BM (12), entre muitas outras.

E assim... gira... e... gira a roda do consumo, esmagando os excluídos, excluindo outros, formando montanhas de lixo de todo o tipo, confundindo valor com preço, solidariedade com riqueza. Resumindo, o negócio é o seguinte:

Eu contaminao

Tu descontaminas

O (poder executivo) assina as leis, decretos, tratados bilaterais, títulos de crédito de carbono transacionáveis em bolsa.



Nós (empresas, empresários, bancos) repartimos entre nós os ganhos  
Vós (técnicos, funcionários, «honrados» representantes democraticamente eleitos) aprovais as leis que nos asseguram a viabilidade do negócio. Eles pagam com a sua vida e recursos naturais a ilusão de aceder a uma vida digna, prometida pelo progresso.

### **BASTA DE FRACASSOS DA CULTURA E DE ADORADORES DO CHAMADO PROGRESSO**

A grande diferença em relação aos movimentos verdes iniciados nos anos 70, logo convertidos em partidos políticos, é que nas assembleias ambientais participa a população directamente afectada. Os «eles» afirmaram-se e disseram NÃO ao optimismo imbecil do avanço tecnológico. As pessoas comuns com sentido comum, vítimas de enfermidades e acidentes devido à contaminação, fartas de viverem ameaçadas pelas empresas e pelo Estado, desde o vértice ou desde a base, começaram a organizar-se em defesa do ambiente. As causas que os reúnem em assembleias, grupos, fóruns, movimentos, são tão variadas como rica é a biodiversidade que defendem face a tantas calamidades.

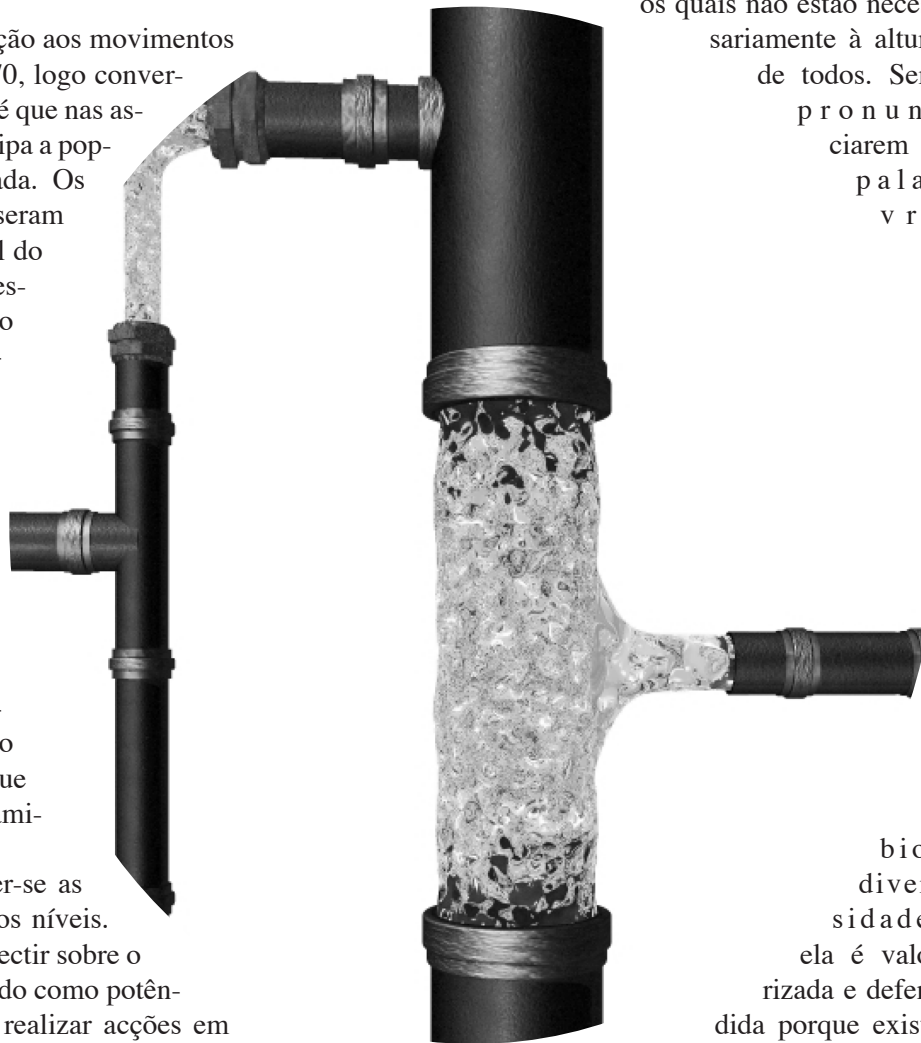
Na prática, estão a desfazer-se as relações de poder a todos os níveis. Os «eles» começaram a reflectir sobre o seu próprio poder – entendido como potência –, o qual lhes permite realizar acções em comum, sem necessidade de se filiarem num partido ou de serem membros de alguma organização profissional, religiosa, natural ou seja lá o que for. O importante é que se está a discutir o fim e o sentido do chamado progresso, a dominação cultural.

As assembleias ambientais populares actuam como chamariz que convidam a reunir-se na necessidade de se manterem vivos. As intervenções dos participantes nas assembleias assinalam o caminho empreendido. Num dos encontros autoconvocados pela água, um membro do grupo NÃO À MINA de Esquel disse: «Não se trata de mudar o fantasma multinacional pelo fantasma nacional e popular». Ao que outro do bairro Villa

Adelina acrescenta «o dia em que o Puelche (aquífero) esteja contaminado, a discussão privada ou estatal ficará sem sentido». «Excepto se ficarmos mudos como os dinossáurios» responde uma vizinha. E fica a pairar no ar a pergunta pronunciada em voz baixa por uma anciã: «A quem é que ocorre que a terra, a água e o ar têm dono?».

Da troca de opiniões, muitas vezes acalorada e ríspida, conclui-se que o problema do ambiente não se resolve com mais tecnologia, mas, sim, respeitando a cultura e conhecimentos ancestrais próprios do lugar,

os quais não estão necessariamente à altura de todos. Sem pronunciam a palavra



bio-diversidade, ela é valorizada e defendida porque existe a consciência de que é

sinónimo de solidariedade extensiva a todos os organismos vivos. Sabe-se que o cuidado com as relações humanas e o próprio habitat são elementos essenciais para viver em liberdade.

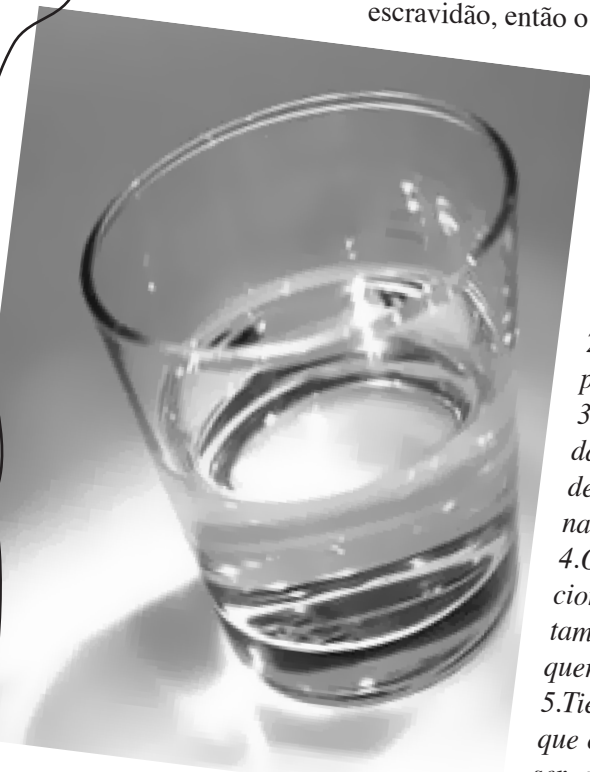
Neste mesmo instante, centenas de milhares de pessoas, os «eles», dão o corpo para se defenderem da nova forma de dominação. Não têm outras armas para além do seu corpo, inteligência e vontade de

alterar a situação. No caso do rio Uruguai conseguiram colocar o tema ambiente em primeiro plano e de forma sustentada. E isto dá ânimo para continuar na luta. Por isso, companheiros e companheiras, é necessário pôr de lado o antropocentrismo que pretende dominar a natureza. Sejam os índios brancos! Quer dizer, procuremos integrar-nos na natureza, começando por relacionarmos-nos melhor com o nosso próprio corpo, com os ciclos naturais. Somos natureza. De outra forma, duvido que se chegue a compreender o que está a acontecer nesta Terra Fecunda e a solidarizarmos-nos na luta pela liberdade. Neste espaço-tempo que compartilhamos neste planeta, estão a afectar a nossa vida ao nível mais essencial, nas nossas próprias células, se isto não é dominação, escravidão, então o que é?

*Tradução de Ilídio Santos*

#### Notas

1. Kofi Annan é o secretário-geral da ONU.
2. Uruguai: em guarani significa o rio dos pássaros pintados.
3. Refiro-me à bacia Matanza-Riachuelo. O bairro da Boca é lugar de turismo e apenas a 200 metros dele há um pólo petroquímico altamente contaminante de toda a cidade de Buenos Aires e arredores.
4. Os títulos de crédito de carbono são transacionáveis na bolsa, corresponde ao lema «quem contamina paga». Ou seja, quem tem dinheiro, faz o que quer.
5. Tierra Fecunda é a tradução de Abya Yala, nome que os povos kuna (Panamá) deram a esta terra. Por ser descritiva e coerente com o ideal acrata quero acrescentar este nome para me referir à Latinoamérica ostos pela colónia.
6. Em 1946 iniciou-se a industrialização da R. A.; o Estado comprou comboios já obsoletos à Inglaterra e outras sucatas a empresas estrangeiras, designando essa operação de nacionalização dos caminhos de ferro e dos serviços e transportes públicos.
7. Os trabalhadores são contratados noutros países onde é elevado o grau de desocupação (desemprego), muitos deles sem documentação e, se têm um acidente de trabalho, levam-nos a um hospital de outra região e se morrem a cordilheira oculta tudo.
8. OGM – Organismos Geneticamente Modificados.
9. CONICET – Comissão Nacional de Ciência e Técnica, dependente do poder executivo.
10. MOCASE – Movimento Camponês de Santiago del Estero. Santiago del Estero é uma região central onde quase desapareceu a floresta natural conhecida como “Impenetrable”.
11. Barrio Ceré, região de Buenos Aires: 1 000 famílias opõem-se à alteração do sistema de provisão de água potável e não pagam a tarifa que a empresa exige apesar de não ter feito as obras; estão em tribunal e todos têm as suas casas embargadas. Continuam a dar luta.
12. BM – O Banco Mundial financia empresas de desenvolvimento sustentável. No caso do conflito do rio Uruguai, não foi tida em conta a informação negativa apresentada pelo seu próprio assessor do ambiente.



ÁGUA

utopia



# IRMÂNIA

a Ilha Utópica de  
Guadalupe Subtil  
de Ângelo Jorge

Antes de lermos o texto, eventualmente, polémico e controverso que virá após este que escrevo, *A Questão Social e a Nova Ciência de Curar de Ângelo Jorge*, conviria, talvez, fazer um excuro biográfico sobre quem foi este autor utópico.

Não há muito tempo, Julho de 2004, a Biblioteca de Utopias, coleção recente das Edições Quasi, reeditou o livro *Irmânia de Ângelo Jorge*, por ser, este, um livro único no que designam de literatura utópica em Portugal, em muito semelhante a edições como *A Utopia de Thomas More e da Nova Atlântica, de Bacon*.

Diz-se na introdução que, “de livre-pensador anarquista, proponente de uma concepção materialista da explicação do mundo e da fenomenologia da história, a adepto assumido de uma interpretação espiritual e esotérica do significado e da realização última da vida, passando pela assumpção do vegetarianismo e do naturismo como programas redentores de males gerais da humanidade, Ângelo Jorge é autor de uma obra tematicamente polarizadora, dicotómica, aparentemente contraditória.

Mas também informada por uma consciência que evolui numa escala crescente de solidariedade e simpatia pela condição social e existencial humana.”

Ângelo Jorge foi, por conseguinte, um escritor que foi evoluindo:

- de uma primeira fase, com manifestações políticas, orientando a sua obra para a defesa dos direitos e para a libertação do «povo trabalhador, empenhando-se em difundir o ideal libertário em periódicos de duração efémera, tendo por base o ideal de justiça humana, fase entre 1901 e 1910. Escreve, por exemplo, *Ginástica mental das crianças* (Observação das coisas e dos seres. Juízos e raciocínios), Porto 1902; *Penumbra* (Versos), Porto 1903; *Dor Humana* (Heresias em verso), Porto 1908; *Libertas!* (Panfleto em verso), Porto 1908; e *Beatrice* (Cartas de amor), Porto 1909.
- até uma evolução posterior mais filosófica onde “a sua consciência solidária, sem abdicar da vontade de agir, passa a ser inspirada na doutrina que reconhece na unidade da natureza e do universo o fundamento único da acção profilática e curativa da medicina.” É a fase compreendida entre 1910 e 1913, em que publica títulos que dão

conta da sua adesão, quer aos princípios terapeutas naturistas, quer às regras dietéticas ordenadoras de um regime alimentar frugívoro e vegetariano, passando a encarar a Natureza como intrínseca e duplamente benfazeja.

- evolui, por fim, para uma fase mais espiritual, entre 1914-1918, fase em que publica obras que “denotam uma conversão interior, uma metanóia guiada por uma vontade de dissolução na unidade consubstancial da vida, a abertura da sua consciência ao sentido unitário e religioso do mundo”. Nesta fase escreve: *A Visão da Eternidade* (Poemeto Religioso, 1914); *Gritos de Prometeu* (Poemeto em Prosa, 1914); e *Almas de Luz* (Contos, 1918).

Será durante a segunda fase que Ângelo Jorge redige, em pouco mais de um mês, a utopia literária *Irmânia*, entre 15 de Março e 26 de Abril de 1912, afirmando o autor que corresponde a uma «novela naturista». Datam também desta fase títulos como: *Olhando a Vida* (Apontamentos de Crítica Social), Porto 1910; *A Questão Social e a Nova Ciência de Curar*, Porto 1912; *Espírito Sereno* (Lirismo e Sátira), Porto 1912.

*Irmânia*, descreve e caracteriza uma sociedade ideal, determinada por uma filosofia de vida alimentar vegetariana e naturista, de clima temperado e doce, onde vive um povo livre e feliz, que não conhece coerção à liberdade da conduta natural nem as agruras provocadas *pelas paixões egoístas. Nela vigora um regime sem autoridade política, sem «supremo chefe», sem instituições modeladoras do carácter espontaneamente generoso dos seus seres, sem outras regras senão as ditadas pela autoridade*

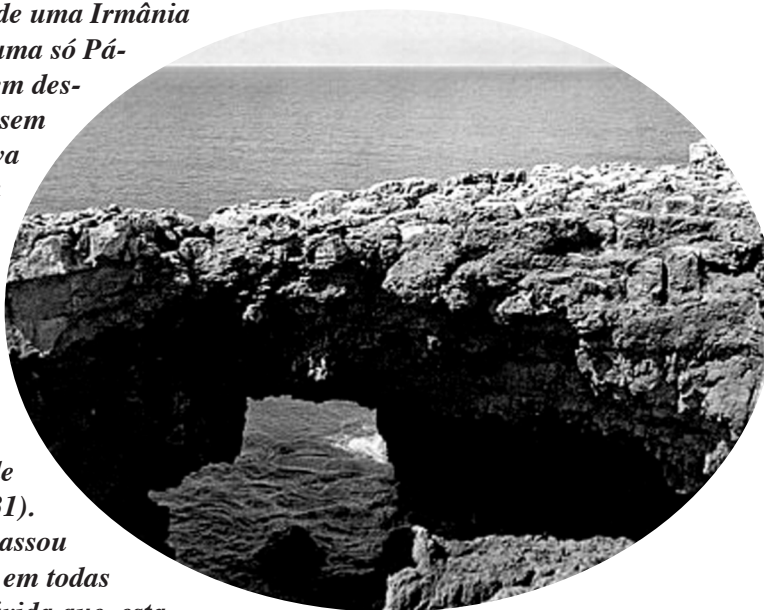
*moral, sendo nas palavras do autor uma «ilha misteriosa e salubérrima» onde encontra «a efectivação de todos os seus grandes ideais de fraternidade e paz».*

*Uma das últimas perguntas que Ângelo Jorge deixa no final da novela naturista Irmânia é: realizar-se-á, algum dia, o sonho redentor de uma Irmânia*

*Universal, o Mundo inteiro uma só Pátria, sem fronteiras como sem despotismos, sem doenças como sem dores? Ângelo Jorge acreditava*

*que sim, daí ter escrito esta novela naturista para que fosse um dos primeiros livros a ler por sua filha, porque “a Ilha misteriosa a que o meu modesto espírito deu forma literária, existe realmente na minha aspiração, no meu insofismável anseio de Bem e Verdade” (Irmânia, p. 31).*

*Se as diversas fases por que passou Ângelo Jorge estão espelhadas em todas as suas obras literárias, sem dúvida que, esta Irmânia, diz muito do seu ideal filosófico e social.*



## ASSINATURAS

*Entre várias hipóteses de construção de uma solidariedade à volta deste projecto, necessitamos de aumentar o número de assinantes da Revista Utopia. Com um número significativo de assinaturas é possível manter uma actividade editorial regular e simultaneamente encurtar o horizonte temporal da sua periodicidade. Assim sendo, todo o leitor que se queira tornar cúmplice deste projecto, como assinante da Revista Utopia, deve preencher o cupão abaixo (ou escrever uma carta com os dados mencionados) e enviá-lo para a nossa morada. Poderá também solicitar o envio dos números anteriores ainda não esgotados.*

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Assinatura anual (2 números): - Portugal 12,00 Euros Estrangeiro 15,00 Euros  
Pagamento através de dinheiro, cheque ou vale postal à ordem de:

Associação Cultural A Vida  
Apartado 2537  
1113 Lisboa Codex – Portugal

E-mail: CulturalAVida@sapo.pt  
Web site: www.utopia.pt

A Natureza, no seu conjunto imenso, é uma harmonia misteriosa e grandíflora formada pelo coro arrebatador de mil distintas harmonias.

Na harmonia do Infinito palpitam mundos de luz. Na harmonia da Terra crescem milhões de vidas.

Cada semente lançada ao solo encerra uma harmonia suavíssima de amor e de bondade.

Harmonia em tudo e por tudo na Natureza sacrossanta.

Só o Homem quebrou a harmonia da Vida com os seus vícios e os seus erros; e, assim, enquanto na perpétua condição harmónica das Coisas e dos Seres tudo é feliz e bom, o Homem, na dissonância triste da Vida, sofre a sua permanente ofensa ao conjunto harmónico do Universo.

A Saúde é a condição básica, sine qua non, da existência humana à flor da terra: é ela o que constitui a harmonia vital.

Cada um dos nossos órgãos, com o seu modo particular de funcionamento, é uma nota na harmonia formada pelo movimento incessante do organismo.

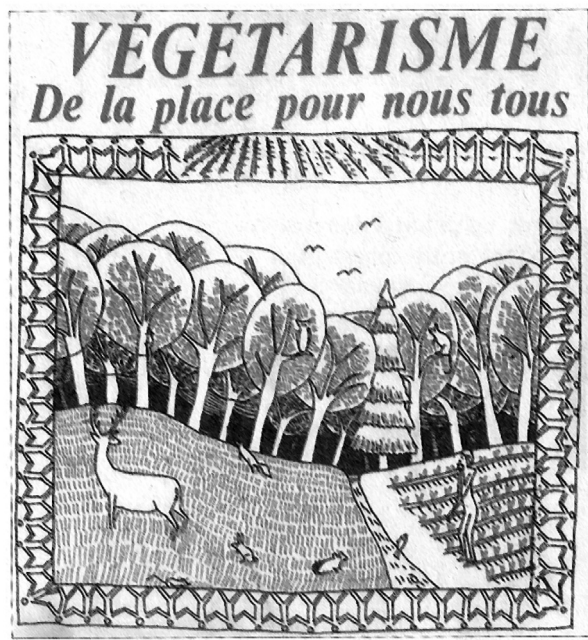
Se essa harmonia se quebra é porque o Homem infringiu as regras omniscientes da Harmonia Cósmica.

E erro grande, crime grande até, é supor-se que a doença seja um mal necessário e natural: como acreditar que a Natureza, sendo um todo harmónico e uno, tenha erros: tenha dissonâncias?

Não honram quanto devem o Criador os que tão grande ofensa à Obra do Criador fazem.

# A QUESTÃO SOCIAL E A NOVA CIÊNCIA DE CURAR\*

por: Ângelo Jorge



Da unidade do Universo deduziu o sábio Louis Kuhne a Unidade das Doenças: inspiração genial, divina, que o colocou a ele, um leigo, um não-formado, num plano imensamente superior ao dos homens de Universidade: da escolástica palavrosa e pedante.

Há uma só Doença no corpo humano: a infracção à Lei Natural.

Há um só princípio curativo na Natureza: a própria Natureza.

Da Unidade das Doenças brota, logicamente, a Unidade do Tratamento e Cura.

A Medicina, que se preocupa com a auscultação e tratamento local de cada órgão, como se cada órgão funcionasse por si, sem dependência do todo, sem correlação com o todo, é uma ciência falhada.



A Medicina, que tenta curar com venenos espantosos, juntando assim ao mal da Doença o mal do Tratamento, é uma ciência ilógica.

A Medicina, que desconhece a causa ou origem primária de todas as doenças e, por isso, só cura, abafa, os sintomas particulares e não o mal em si mesmo, é uma ciência ridícula.

A Medicina é a mais clamorosa charlatanice do mundo; é uma ciência anti científica, visto que a verdadeira Ciência é a que tem o seu ponto de apoio no conhecimento profundo da Natureza, e a Medicina vai sempre, às cegas, doidamente, contra a Natureza.

A superstição médica e farmacêutica é mais perniciosa e caricata ainda que a superstição religiosa.

O médico é o assassino dos corpos, como o padre é o assassino das almas.

A terapêutica sintomática e, de certo modo, a impropriamente chamada fisiológica, confundem deploravelmente as noções de sofrimento e doença, de modo a produzir no espírito das maiorias, a tal respeito, uma convicção absolutamente errónea. Não se preocupam os adeptos da primeira das citadas terapêuticas mais do que com os sintomas particulares de cada moléstia, dando-se por muito felizes quando conseguem atenuar ou aniquilar a sensação de dor ou mal-estar experimentada pelo doente. E, muito embora a segunda seja um tudo ou nada mais sensata e profunda, tentando investigar as causas próximas determinantes da moléstia, o caso é que, por igual, lhe escapa a verdadeira origem de todos os estados morbidos.

Sufrimento é uma coisa e doença é outra. Podem coexistir, mas pode, também, haver doença sem sofrimento, doença em estado latente. O sofrimento é a guarda avançada da doença, o seu modo externo visível, de se manifestar; melhor: é o esforço curativo do corpo procurando libertar-se da doença, ou seja: da acumulação de impurezas que uma errada alimentação (uso de carne de animais e de mil excitantes: álcool, vinho, tabaco, chá, café, pimenta, sal, etc.) faltas contra a higiene e contra a natureza, formaram no organismo.

«Os médicos antigos, excepto os que pertenciam à escola de Cós na antiguidade, consideravam a doença como um estado latente e não duvidavam de que o estado patológico fosse essencialmente diferente do estado fisiológico; a doença era, para eles, o contrário da saúde “sendo o ser vivo qualquer coisa fixa ao qual a doença se sobrepõe como uma nódoa numa estátua” (Dr. Fernand Sandoz).»

Esta definição, posto que velha, é, ainda hoje, a mais aproximada da verdade.

«Por muito contrárias que sejam ao corpo humano as causas das doenças, parece-me, contudo, que, em boa razão, a doença não é mais do que um esforço da natureza que, para conservar o doente, trabalha com todas as suas forças em evacuar a matéria mórbida.» (Dr. Sydenham). Perfeitamente. A doença é o trabalho do organismo em busca do equilíbrio; os vários sofrimentos são os artifícios dessa obra de purificação. A terapêutica sintomática, que se preocupa só com os sinais visíveis da doença de qualquer órgão, desprezando o conjunto e abafando a doença no interior do corpo, é uma ciência inane. A terapêutica dita fisiológica, que investiga um tanto a causa próxima das moléstias mas não sabe aproveitar-se dos esforços curativos naturais para a obra de plena purificação, é uma ciência falha. Ambas, indo buscar a um espantoso arsenal de venenos mortíferos o seu meio de acção contra o estado patológico, e não à própria natureza, única força curativa eterno-universal, são ciências anti científicas.

Às mencionadas terapêuticas deve opor-se a salutar terapêutica naturista, a qual ataca a doença na sua origem fundamental, valendo-se tão só dos elementos que a própria natureza põe à sua disposição. Provocar ou atenuar os sofrimentos (esforços curativos) atender às crises de evolução da doença para o equilíbrio orgânico, esperando pacientemente que a cura se faça à custa da própria

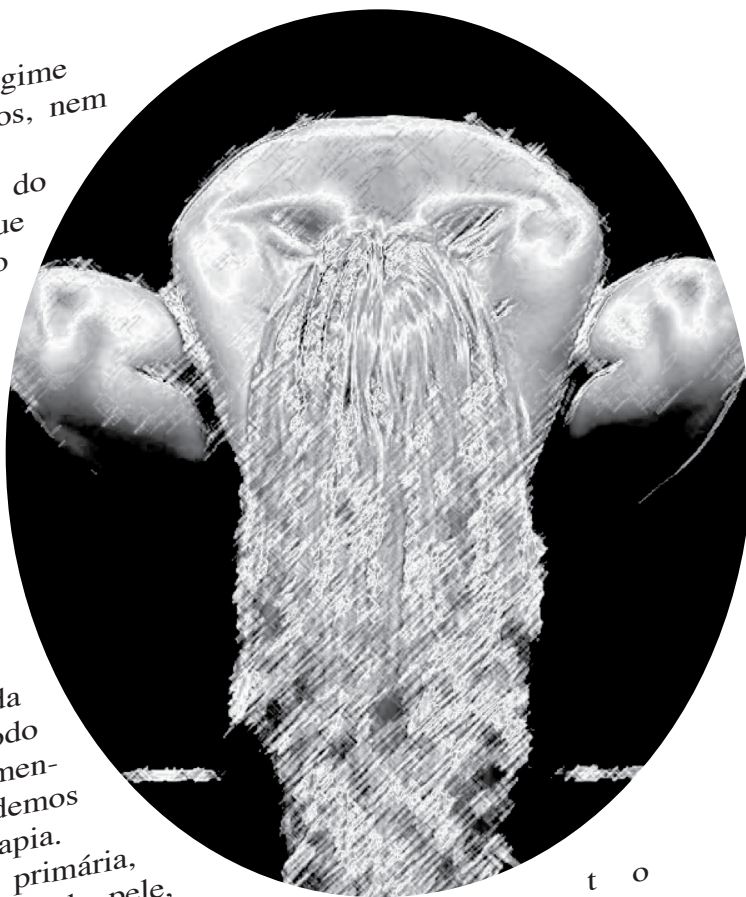
for-  
ça vital do  
doente, eis a sua nobre  
missão. E, para isso: ar, água, luz, regime  
dietético. Nada mais. Nem venenos, nem  
operações.

«A terapêutica naturista parte do  
princípio de que não é o médico que  
cura o doente, mas sim de que é o  
doente que se cura a ele próprio  
graças à revolta espontânea do seu  
organismo contra os insultos da  
causa mórbida.» (Bouchard).  
«Não somos nós, é a natureza  
quem cura.» (Bilz).

«A natureza é o médico dos  
doentes. A natureza acha, por si  
própria, as vias e os meios, e não a  
inteligência», exprimia Hypocrates  
há mais de 2000 anos.  
Ora, como terapêutica naturista, nada  
de melhor conheço do que o método  
pela água, ar, sol, luz e regime alimen-  
tar, de Louis Kuhne. É o que podemos  
chamar: a hidro-aero-foto-helioterapia.

Ataca a doença na sua origem primária,  
eliminando do corpo, pelos órgãos da pele,  
do intestino e dos rins, as matérias mórbidas  
nele acumuladas. Certamente que é este o desidera-  
doutros sistemas naturais: Kneipp, Prissnitz, Rikli, Schroth, etc., mas nenhum tem  
a sua simplicidade, a sua segurança e o seu comprovado êxito. Kuhne simplificou o  
antigo método naturalista dum forma absolutamente racional. Conheço o método  
desse privilegiado espírito por experiência própria. Pratico-o há anos e, por ele,  
me curei de uma nevrose reputada incurável para os melhores médicos portuenses.  
Tenho-o ensaiado em pessoas conhecidas, sempre com resultado eficaz.  
Salvo da morte por esse meio, tão simples e tão natural, admirador fervoroso do  
grande fisiatra que foi, incontestavelmente, Kuhne, algum dia me dedicarei a mi-  
norar os sofrimentos do meu semelhante mercê da minha experiência e do meu  
estudo das ideias daquele sábio alemão. Futuro director prático do sanatório que  
sob a égide de algum médico consciente há-de fundar-se em Portugal, o resto da  
minha vida será assim gasto, de modo positivo, concreto, a bem da humanidade.  
Que me atire a primeira pedra a alma egoísta que nunca fez nada em favor dos  
outros!

Que aquilate do meu ser moral a alma bem formada que se sentir capaz de trab-  
alhar desinteressadamente por um grande ideal e de se sacrificar, abnegadamente,  
pelo bem dos outros, mesmo através das inevitáveis ingratidões e do fatal risinho  
vesgo dos imbecis!...



Ângelo Jorge  
(Dezembro de 1911)

## I Sob o ponto de vista da Estética

A NOVA CIÊNCIA DE CURAR - Estudada sob diversos aspectos

A doença, ou seja: a sobrecarga no corpo de substâncias estranhas, de germes mórbidos, altera as formas externas do ser humano. O equilíbrio, a harmonia plástica, apanágio dos antigos povos (basta lembrar a nobre beleza dos helenos) perdeu-se quase por completo. A fealdade predomina. A natureza castiga os que transgridem as suas leis imutáveis tornando-os deselegantes, repulsivos, disformes. Comparem a beleza chata e vulgar das nossas mulheres com a beleza etérea, irreal, da Vénus de Milo. Façam favor de pôr ao lado da estátua de Apolo a escultura de qualquer nosso contemporâneo: dum obeso, montanha de carnes flácidas, ou dum magro a quem a camada de gordura quase não reveste o sistema ósseo. Depois disso, lembrem-se da repulsão que inspira um morfético, um avariado, um chaguento...

Ah! Meus irmãos em idealismo poético! – A nossa época é duma vulgaridade, duma chateza incomensuráveis!

Ora, a radical eliminação, por uma racional hidroterapia, de todos os humores corrompidos no corpo e a simultânea observação dumas certas regras higiênicas quanto o ar, à luz, ao sol e, muito especialmente, quanto à alimentação natural, corrigem os defeitos e desarmonias plásticas, dão a linda cor da saúde, embelezam e purificam. É uma verdadeira reeducação física e orgânica. É uma autêntica ressurreição. Quem, por muito tempo, praticou o método natural de cura teve, por certo, bastas ocasiões de observar as modificações que se lhe iam operando no corpo, especialmente no pescoço, rosto e cabeça.

A Ciência de Expressão do Rosto, por muitos que a não compreendem, julgada uma charlatanice, prova da banda de Kuhne um extraordinário poder de visão estética, um profundo estudo das leis que regem a existência do ser orgânico. Muitos têm tido no mundo uma alta e formosa concepção de beleza humana. A escultura, a pintura, a poesia, buscam modelar, fixar, cantar perduravelmente a correcção ideal das formas plásticas e, facilmente, compreendem todos que o ser humano deve ter uma configuração que lhe seja própria, uma harmonia de linhas inata, natural. Não há quem atribua a doença à inchação dos hidróticos, a magreza esquelética dos tísicos, o tamanho exagerado da cabeça dos hidrocefalos, bem como a cor pálida e baça dos escleróticos, a tez seca e terrosa dos doentes de fígado, o ar amarelado dos que sofrem de icterícia, etc. Porém, só Louis Kuhne soube explicar de forma clara e positiva a causa primária desses desvios e desarmonias da forma externa própria do homem; como só ele soube, com a sua terapêutica baseada na Natureza, dar ao homem a possibilidade de reconquistar a perdida beleza física a ponto de lhe ser dado o regressar ao esplendor plástico das épocas primevas.

Assim, a Nova Ciência de Curar, embelezando-nos, corrigindo até defeitos físicos, como a gibosidade, regeneraria o género humano desde que os seus preceitos fossem observados pela maioria, faria desta raça de raquíticos, disformes, deselegantes, uma raça de homens e de mulheres fortes, sãos, lindos, harmoniosos.

A Nova Ciência de Curar é, pois, do máximo alcance sob o ponto de vista da Estética.

## II Sob o ponto de vista da Moral

A embriaguez é um dos mais perniciosos vícios contemporâneos. Apaga a luz da razão e faz do homem um bobo irrisório. Provoca a discórdia doméstica e leva ao crime e às galés.



Ora, a Nova Ciência de Curar aconselha a abstenção completa de bebidas excitantes e alcoólicas. Faz mais: cura o pendor irresistível e fatal para a bebida. A embriaguez é provocada pela sede insaciável, mortal que a fermentação e fricção das matérias mórbidas produz: paralisadas essa fermentação e essa fricção, eliminadas as matérias mórbidas, essa sede anormal desaparece e com ela o funesto vício de beber.

«A importante descoberta do célebre médico natural Louis Kuhne, de Leipzig, quanto à identidade de todas as moléstias, assim como o princípio sobre esta teoria baseada, de que a natureza de toda e qualquer moléstia consiste em processo de fermentação do organismo humano vivo determinados por substância estranha (germes mórbidos), principalmente nas substâncias albuminóides, deram uma importância prática à teoria da fermentação e de subido valor para a terapêutica no método natural de curar.» – M. Platen.

O desregramento das paixões sensuais, a anormalidade do instinto sexual, são também causas primaciais da imoralidade dominante. Exacerbam os crimes passionais; levam ao idiotismo pela masturbação; tiram às relações entre os dois sexos a espiritualidade que as devia enaltecer; fazem da mulher a máquina estúpida do gozo, do homem sátiro o perseguidor e o tirano, em vez do aliado extremoso daquela; finalmente, atiram, dia a dia, à corrupção, ao lupanar, dezenas de inocentes crianças. Essa excitação e corrupção dum instinto natural são o resultado inevitável duma alimentação em que predominam os excitantes e os tóxicos – carne, vinho, álcool, chá, café, tabaco, etc. –, e do estado mórbido do organismo devido aos detritos ruins que essa alimentação deixa nele e com que o sobrecarrega.

A cólera, a inaptidão para o trabalho, a hipocrisia, a cleptomania, o fanatismo religioso, os hábitos despóticos, a maldade e muitos outros desvios psíquicos que abastardam o carácter e enlameiam a consciência, são também o fruto da vida anormal e contra natura que o homem arrasta sobre a terra.

Ora, a Nova Ciência de Curar, integrando o homem na natureza, fá-lo sereno, doce, tolerante, sóbrio, equilibrado física e moralmente.

É opinião de Garófalo que a anomalia psíquica se funda num desvio orgânico, e Ribot acrescenta que a herança psicológica não é mais do que um caso de herança fisiológica. Disto me é lícito, em rigorosa lógica, concluir o seguinte: o mau carácter é uma questão de toxinas no sangue, de intoxicação digestiva. Um processo que desintoxique radicalmente o organismo, consoante o faz a Nova Ciência de Curar, é, pois, o melhor regenerador do indivíduo e, concomitantemente,

da colectividade. Generalizado o seu emprego, ao cabo de umas tantas gerações o que não seria em beleza, força e saúde, a nova humanidade?

Logo, a Nova Ciência de Curar é de capital importância pelo que diz respeito à Moral.

### III Sob o ponto de vista da resolução do Problema Económico

O homem come mal e come muito. Vive para comer, em lugar de comer para viver. A superalimentação fez dele um animal de engorda. Só pensa em acepipes raros. Sonha só com banquetes pantagruélicos. Assim, se os homens só vivem para comer, não espanta que a fome, melhor: a gula, estabelecesse a discórdia humana. Bem comparado, os homens são feras esfaimadas disputando a presa e entrechocando-se. O mal das sociedades modernas não está, como crêem algumas escolas sociológicas, na propriedade privada. Está na gula. É certo que o homem açambarcou iniquamente a terra de todos e se fez o tirano e o explorador do próprio homem. Porém, não há tiranos sem escravos, e o que faz a escravidão das classes proletárias é a gula, é a superalimentação que as obriga gastos enormes de ménage. O homem-escravo está preso ao homem-senhor pela boca, pelo insaciável apetite que se criou.

Não há, quanto a mim, diferença alguma para melhor, em elevação moral, entre o proletariado e a burguesia. Ambas as classes se atascam no vício e na sensualidade torpe. Os proletários esquecem-se de que só tem direito a censurar a vida doutrem aquele que vive uma vida mais perfeita e pura. Invectivam a má construção da sociedade, mas não se lembram que a sociedade é um todo e que, para regenerar-se, preciso é que as várias partes

que o formam se regenerem primeiro. Se querem uma sociedade mais justa e bela comecem por se tornar, eles próprios, mais justos e puros. Sejam consequentes e sejam dignos. Eu, pregando a Nova Ciência de Curar, pratico-a. Eles, pregando o Bem, fazem o Mal. «Aquele que ostenta publicamente um vício está, por natureza, excluído de ser um educador de consciências, um agitador de ideias.» – (Tomás da Fonseca). Vícios, não os ostento publicamente, nem, secretamente, os mantenho. Não está no Neo-malthusianismo: na procriação consciente e limitada (muito embora eu aceite essas práticas como um meio transitório de evitar a descendência enfermiça e raquítica); não está na Revolução Social, essa patranha arquivirabolante, a resolução do Problema Económico; está, sim, a resolução desse magno Problema, na Alimentação Natural.

O Neo-malthusianismo não pode, em princípio, ser defendido pelo Naturismo, muito embora, na prática, possa ser tolerado. A Natureza não nos manda limitar os nascimentos, evitar os filhos, visto que tudo foi por ela estabelecido com um fim e o fim da cópula é a geração, a perpetuação da espécie. A doutrina de Malthus, de que o Neo-malthusianismo se deriva: a média das subsistências tende a diminuir em face da, sempre crescente, média dos nascimentos, pelo que os fracos não têm direito

ao banquete da Existência, devendo nós abençoar as guerras, os cataclismos, as doenças –, essa doutrina, só pode, no seu barbarismo fundamental, ser exacta perante a superalimentação reinante. Quando cada ser humano comer apenas o necessário à sua subsistência, e, sobre ser um consumidor de alimento natural – a fruta – se houver tornado, de par e passo, um produtor – plantando árvores frutíferas – o papão da teoria malthusiana que tantos bons cérebros desvaira terá caído por terra sem remédio.

O proletariado, como a burguesia, como a aristocracia, no que mais sonha é – em comer. Quanto tens, quanto comes. O que mais ganha, melhor se alimenta. A Nova Ciência de Curar, normalizando as funções digestivas, dando ao organismo a faculdade de assimilar completamente o alimento natural, corrigindo o vício da superalimentação, faz com que o indivíduo assim curado se mantenha em plena saúde, trabalhe, pense e tenha energia, com pouquíssimo sustento. Alguns frutos e legumes crus bastam para tal. Ora, facilmente se depreende que, adoptado pelos proletários o Frutarismo, fazendo assim prodigiosas economias domésticas, se colocaria ele numa



posição vitoriosa vis-à-vis do capitalismo, escaparia a lei de bronze da oferta e da procura e resolveria, finalmente, o Problema Económico que o assoberba. Teria menos necessidade de alugar os braços e o tempo livre gastá-lo-ia na obra da sua educação, condição sine qua non do seu triunfo.

«Limita as tuas necessidades quanto possível, para conservares tanto quanto possível a liberdade.» – Platão.

A Nova Ciência de Curar, pois, fazendo regressar o homem ao que ele é por natureza: um frutífero, tornando-o capaz de viver a vida plena e sã apenas com alguns baratos frutos, resolveria positivamente o Problema Económico.

#### IV Sob o ponto de vista da Arte e da Literatura

A desorientação campeia na Arte e na Literatura. Nefelibatas, simbolistas, decadistas, complicados de vários matizes dão-se as mãos na inglória tarefa de fazerem da Literatura e da Arte um museu de coisas bizarras, melhor dito: um manicómio. A indigência de ideias, a fraqueza concepcional duma legião de moços guedelhudos e com desmarcadas vaidades, leva-os aos requintes da ourivesaria do estilo, à busca ansiosa duma originalidade ridícula. A Arte é o reflexo do estado mental dum povo, como este é o reflexo do seu estado orgânico: mens sana... A uma época de excitações carnis e alcoólicas corresponde, necessariamente, uma Arte de sensualismo, de bizarras, de cultos ocos de forma a esconder a falha dum levantado ideal. A naturalidade é o atributo do homem simples, sóbrio, bom, inteligente, e a Arte contemporânea é a filha espúria de complicados, de excitados e de cretinos.

Uma sociedade de frutíferos seria uma sociedade de artistas.

A Nova Ciência de Curar destrói as nevroses que assaltam, hodiernamente, quase todos os trabalhadores do pensamento; alarga o poder de concepção; aviva a memória; torna o labor mental fácil e leve. Depois, sendo pelas maiorias posto em prática o Frutarismo, necessário seria arrasar matadouros, cadeias, hospícios e cultivar de pomares os grandes espaços de terreno em toda a parte ainda incultos. A vida social perderia o carácter sangrento que a feroriza e a Natureza resplenderia por toda a parte, dominadora e bela. Isto não faria senão embelezar e engrandecer as visões idealistas dos poetas e dos artistas, visto que a Arte é um retalho da Natureza visto através dum temperamento (Zola) e os temperamentos se tornariam simplesmente admiráveis dadas tais condições de ambiente tão gratas à produção artística. A Estética liga-se essencialmente com a Arte. Quando havia seres belos, a Arte produzia obras imortais. A Arte degenerou porque o ser humano degenerou também. As mulheres contemporâneas, de cintura e tórax

A NOVA CIÊNCIA DE CURAR - Estudada sob diversos aspectos

deformados pelo espartilho, de cores anémicas, de ventres dilatados, com ancas e seios postiços, fronte estreita e cabelos fracos, envergonham a Espécie e fazem fugir, horrorizada, a alma do Artista.

M.lle Milda Wiborg: a ti que és bela e perfeita e forte e sã, porque és frugívora nata, porque és uma digna, carinhosa Filha da Natureza: eu te saúdo, oh espelho de Mulheres, oh mestra de beleza das tuas feiússimas contemporâneas!

Do que fica dito se depreende que a Nova Ciência de Curar é dum alcance inultrapassável pelo que toca ao desenvolvimento e engrandecimento da Arte e da Literatura.

#### V Sob o ponto de vista da Educação

Uma educação integral, nos moldes em que modernos sociólogos a aconselham, deve, para ser integral realmente ensinar a fisiologia humana, a qual nos prova que o homem é um animal frutífero e não carnívoro nem omnívoro, mostrando-nos, de par e passo, que é errada e nociva a alimentação actualmente em uso.

A co-educação dos sexos, muito preconizada pelos melhores educadores, é impraticável com uma geração de meninos e meninas em quem o instinto sexual, mercê do regime excitante a que estão submetidos, é bem cedo despertado anormalmente.

A Nova Ciência de Curar remediaria esses males. Ela e só ela permitiria a prática da citada educação integral, fazendo com o tempo desaparecer a infância anormal, raquítica, preguiçosa, estúpida e doente – rebentos ínfimos de progenitores super alimentados e envenenados.

Porque só a terapêutica natural de Louis Kuhne segue a vida do ser humano desde o estado embrionário de feto até à idade adulta, tratando da mãe para que o filho seja robusto e sã, tratando depois do filho para que ele possa afastar de si o espectro terrível da Doença.

As crianças são, no tumultuar macabro desta civilização de doidos, as primeiras vítimas.



No ventre materno ainda, as suas faltas contra a higiene. Logo que nascem, o leite que mamam é o produto nocivo de resíduos cadavéricos e de toxinas várias. Quando principiam a comer, a péssima alimentação que lhes ministram provocam-lhes um sem número de doenças, quando as não arrasta à terra negra dos cemitérios onde florescem lírios cândidos, nevados, que a podridão dos corpos virgens parece melhor vigorizar.

Ora, a terapêutica de Kuhne, usada durante a gravidez, permite patos fáceis e felizes, quase sem dor, e aplicada durante os primeiros meses de vida da criança, robustece-a, alinda-a, santifica-a, torna-a um encanto de inocência e de graciosidade. Pessoalmente, posso dar uma prova prática do que afirmo mostrando minha filhinha Armanda-Júlia cujo retrato orna o frontispício do presente opúsculo e cuja saúde, desde o primeiro dia de vida, eu zelo com toda a eficácia mercê de tão salutar sistema curativo. A Nova Ciência de Curar afirma-se, portanto, de soberana valia sob o ponto de vista da Educação da Infância.

## VI Sob o ponto de vista da difusão do Livre Pensamento

As sociedades modernas estão corroídas de dogmas. Ao dogma religioso, ao artístico, ao político, junta-se o dogma científico imposto pelo medicação triunfante. A Alopátia constitui um dos poderes do Estado. E dão-se casos de inconsequência bizarra como, ainda há pouco, o de, em plena República destruidora do dogma religioso, se ter instituído o dogma científico com a promulgação da lei da obrigatoriedade da vacinação, essa monstruosa charlatanice descoberta por Jenner, mísero barbeiro numa aldeia inglesa. Sob o ponto de vista da Nova Ciência de Curar a vacina é, como o uso de todo e qualquer medicamento, um criminoso atentado. Diz-se que na Alemanha, desde a promulgação da lei da vacinação anti variólica obrigatória, o número de casos de varíola diminuiu sensivelmente. É provável, e eu não nego tal facto. Simplesmente, aumentou o número dos casos de doenças crónicas...

É que a infanda Charlatanice Médica desconhece, em absoluto, a origem, a natureza mórbida de todas as doenças. Encara os sintomas mórbidos como um mal que é preciso destruir a ferro e fogo, sem saber, a pobrezinha! que eles são o esforço natural do organismo procurando desembaraçar-se da moléstia: dos germes mórbidos. Assim, abafa a varíola com injeções, como abafa a sífilis com o mercúrio e 606, etc. O organismo, ocupando-se para logo em neutralizar o terrível efeito desses venenos, suspende a intenção curativa. A varíola curou-se... mas a doença foi mais e mais recalcada para o interior do corpo e cada vez se faz mais incuravelmente crónica. Oh! médicos, oh! assassinos legais: quão grande a vossa ignorância! Recentemente, ainda, duas chinesas que em Lisboa faziam curas prodigiosas extraindo dos olhos dos doentes, por um processo engenhosíssimo, milhares de micróbios e fazendo os cegos recuperar uma perfeita visão – ao que dizem gazetas – foram pela polícia intimadas a suspender o exercício dessa humanitaríssima profissão.

Ora, eu não quero de modo algum, defender prestimosas, habilidosas prestidigitadoras, se elas o são, como os médicos dizem. Mas o que não fez a Medicina Onnipotente contra Kneipp e Kuhne, por exemplo, eles que nunca foram charlatães ou prestimosos? Na Alemanha, onde, de resto, a medicina é livre (que seria se o não fosse!) teve Kuhne de responder no tribunal sob a acusação de que o seu banho sexual era imoral (!) e prejudicava a saúde. Kuhne apresentou dezenas de testemunhas, doentes por ele curados mercê dos banhos sexuais e, em face de tal facto, junto ao de não aparecer ninguém que provasse o malefício dos banhos sexuais, o austero tribunal... dignou-se, então, mandá-lo embora.

E não reparam os senhores médicos no profundo ridículo do seu gesto: – de joelhos, implorando: – «Papá Estado, os charlatães, que curam, roubam-nos o pão, a nós, que não sabemos curar!»

Sem se possuir um diploma oficial que habilite a matar sem responsabilidades, não se pode, na sociedade contemporânea, empreender a obra altíssima de dar vida e saúde ao semelhante. Que

importa que a Ciência Oficial seja uma fachada, abafando e não curando as doenças? Que importa que o ensino universitário, moldado por velhos e rançosos processos pedagógicos, dogmático, indigesto, não habilite realmente para o nobre mister de curar, moços que



todo o ano cabulam, sem o amor do métier, com o propósito apenas dum curso que lhes garanta uma rendosa posição social? O médico protegido pelo Estado: manda, pode e quer; nós outros, rebanho mísero de escravos, temos que obedecer-lhe!

Por outra banda, é do domínio dos medianamente instruídos que a superstição religiosa é uma autêntica doença. Santa Teresa de Jesus, por exemplo, era uma histérica. É-se beato e místico pela mesma razão que se é neurasténico, paranóico, mastóide ou imbecil: por acumulação de purinas, “lencomainas”, ácido úrico, toxinas várias na economia.

Ora, a Nova Ciência de Curar proclama a bancarrota da medicação e a liberdade da profissão de médico naturalista, com o fundamento de que, neutro em matéria religiosa, laico, o Estado deve também ser neutro em assuntos científicos, pois que não se impõe uma crença, como não se impõe um medicamento.

E, saneando os organismos dos venenos que o enchem a transbordar, dá o equilíbrio moral e mental, curando as alucinações e perturbações psíquicas da superstição religiosa.

Como quer que sem escravos não possa haver tiranos, e a tirania política, como a religiosa e a científica, tenha a sua base na anulação da individualidade a que as superstições e os preconceitos conduzem, curados estes, a humanidade levantaria mais rasgados voos para o alto, em demanda do benéfico sol da Liberdade.

A Nova Ciência de Curar afirma-se, pois, deveras valiosa sob o ponto de vista da difusão do Livre Pensamento.

### VII Sob o ponto de vista da resolução da Questão Social. (CONCLUSÕES GERAIS)

A Nova Ciência de Curar, portanto, embelezando e fortalecendo o ser humano; corrigindo deformidades físicas; curando o vício da bebida e os inumeráveis males que ele acarreta; evitando o

desregramento das paixões sensuais e a anormalidade do instinto sexual; diminuindo, por conseguinte, os crimes passionais e regularizando as relações entre os dois sexos; tornando os homens sãos, bons, mansos, tolerantes e, por consequência, acabando com despotismos e tiranias; resolvendo, pelo barateamento das condições de vida das classes trabalhadoras, o magno Problema Económico; desenvolvendo e aformoseando o culto da Arte e da Literatura; destruindo o reinado da Medicação audaz com o seu arsenal de insidiosos venenos; permitindo a prática da verdadeira educação da infância: – resolveria, de modo positivo, natural, sem sangue, nem ódios, nem vinganças, a primordial questão humana, a questão das questões: – a Questão Social.

Estão em erro as escolas sociológicas dominantes: Socialismo, Anarquismo, com o seu cortejo de panaceias: a acção directa, a acção política, o antimilitarismo, a greve geral, a sabotagem, o boicote, etc., etc. Não é na luta de classes que reside a totalidade do mal: é na luta humana. Eu não vejo castas que disputam a primazia no banquete social: vejo homens excitados, intoxicados, desvairados, doentes, doidos, que se agatnam, se arrepelam, se calcam e esmagam, numa fúria de selvagens, numa raiva de bestas feras. O operário-escravo é um vicioso alcoólico, fumador, carnívoro, tal como o capitalista tirano. E o regougar filantrópico daquele não representa, a maior parte das vezes, senão a inveja e o despeito de não ser também do número dos que mandam.

As escolas socialistas modernas, cheias de belas miragens de regeneração humana, sem dúvida, falta, para serem verdadeiramente racionais, a base, o alicerce do edifício; – a integração do Homem na Natureza. Não pregueis uma determinada teoria social que julgais infalível em oposição a outra que também quer ser a única perfeita e bela, aumentando assim, apenas, o montão de teorias que se baralham e entrechocam sem proveito prático imediato ou longínquo para ninguém. Dizei, tão só, a cada vosso semelhante:

– Sê puro, sê sóbrio, simples, são, bondoso! Para o seres, regressa à Natureza. Tudo que a Natureza faz é bem feito; tudo o que o Homem dispõe é mau e falso. Mas o Homem é, ao mesmo tempo, o carrasco da Natureza e a sua inevitável vítima, quando ela quer implacavelmente vingar-se. Regenerado, individualmente, cada homem, regenerado estaria o todo – a Sociedade.

Essa é, a juízo meu, a única, a autêntica e radical solução da Questão Social!

### Opiniões médicas acerca do método curativo de Louis Kuhne.

Permaneci no estabelecimento do Sr. Luiz Kuhne, de Leipzig, desde o dia 5 até 21 de Julho de 1889 para conhecer e estudar exactamente o seu método, que em seguida apliquei, durante mais de dois anos, entre a minha numerosa clientela. Graças às minhas vastas observações, pude convencer-me de que este método, sob todos os pontos de vista, é o mais simples, mais eficaz e seguro de quantos se conhecem em nossos dias.

Obtive os mais surpreendentes êxitos em casos de enfermidades muito diversas e consegui curar por completo e geralmente em pouco tempo, com o emprego do método Kuhne, casos tidos como incuráveis na opinião doutros médicos. Por esta razão creio, pois, que o método Kuhne representa em todas as circunstâncias um enorme progresso na arte de curar e que o seu autor pode estar certo do agradecimento da humanidade que sofre. Certifico isto em honra da verdade e baseando-me na minha experiência e nas minhas observações pessoais.

*Dr. E. Katz, médico de 1.<sup>a</sup> classe.*

\*4.º Volume da Biblioteca VEGETARIANA  
SOCIEDADE VEGETARIANA DE  
PORTUGAL EDITORA, 1912  
Avenida Rodrigues de Freitas, 389  
(Antiga Rua de S. Lázaro)  
PORTO



José Maria Carvalho Ferreira



Élisée  
Reclus: vida e  
obra de um  
apaixonado da  
natureza e da  
anarquia

*Nos meios anarquistas ortodoxos, Élisée Reclus não tem sido referenciado como um autor emblemático e doutrinário em relação ao processo conducente à consecução da Revolução Social. Por uma razão ou outra, o panteão das figuras que se consubstanciam no anarco-comunismo ou no comunismo libertário – inscritas no simbolismo da teoria revolucionária, do debate, da reflexão, da comemoração, da acção individual e colectiva, do modelo de sociedade libertária –, é indistintamente assumido pelas figuras de Kropotkine, Bakunine e Malatesta. Para a generalidade dos militantes anarquistas, Élisée Reclus é antes de mais um cientista que, em determinados momentos da sua vida, lutou pela Revolução Social e, sobretudo, coadjuvou a obra pioneira de Kropotkine, na elaboração do modelo de sociedade anarco-comunista.*

A sua acção de militante anarquista revolucionário é fundamentalmente conhecida pela sua participação na Comuna de Paris em 1871, pela sua colaboração na edição do jornal *Le Révolté* (1879-1882), por debates e conferências, dezenas de artigos de carácter panfletário e pedagógico, pequenas brochuras, entre as quais se destacam: *La Peine de Mort* (1889); *L'Anarchie* (1894); *L'Évolution, la Révolution et l'Idéal Anarchique* (1898). Todavia, a sua outra faceta, que relaciona a Anarquia com a ciência da geografia social e espacial, mostra-nos um Élisée Reclus, antes de mais, senhor de um conhecimento enciclopédico e profundo da Terra e da sua fauna e flora. Desta obra imensa, que tem início em 1851, era ele ainda um jovem e termina com a sua morte em 1905, para além de centenas de artigos de divulgação científica de geografia em revistas da especialidade, importa realçar a publicação da *Nouvelle Géographie Universelle* (19 volumes, 1876-1894) e *L'Homme et la Terre* (6 volumes, 1905-1908). Outros livros foram, entretanto, por si publicados: *L'Histoire d'un Ruisseau* (1869); *La Terre – Description des Phénomènes de la Vie du Globe* (2 volumes, 1870-1872); *L'Histoire d'une Montagne* (1880).

Pela dificuldade extrema e pela quase impossibilidade de realizar uma leitura sistemática e profunda de milhares de páginas, vou cingir-me a uma interpretação e explicitação muito sumárias e sintéticas da obra de Élisée Reclus, tentando extrair ensinamentos que nos possam servir para a nossa actualidade biológica e social. Em primeiro lugar, procurarei resgatar os aspectos analíticos da sua geografia social e espacial que o tornam um precursor da ecologia e do anarco-naturismo. Em segundo lugar, sendo Élisée Reclus apologista de um equilíbrio ecossistémico, assente primordialmente no progresso científico e numa evolução civilizacional, inscritos ambos na liberdade e na acção individual contra o Estado, a religião e o capitalismo, destacarei as premissas que considero relevantes para a emancipação social. Por último, em sintonia com os pressupostos da sua defesa do anarco-comunismo, tentarei analisar em que medida, hoje, a luta de classes é contraditória das premissas do anarco-naturismo e do equilíbrio ecossistémico.

## 1. *Élisée Reclus: um precursor da ecologia e também do anarco-naturismo.*

Das muitas obras que Élisée Reclus escreveu e legou à posteridade subjaze uma lição epistemológica e metodológica crucial. Não há nem pode haver separação mecânica entre teoria e prática, entre objecto de observação e sujeito observador. Todos os elementos constitutivos do universo são lições sistémicas experimentais de vida e de morte das espécies animais e vegetais, atravessadas pela interdependência e a complementaridade. Não há história sem tempo, mas também este não existe sem espaço. A geografia de Élisée Reclus é incrustada num tempo histórico e a sua matriz é alicerçada no progresso e numa evolução que podem ser classificados de positivos, se inscritos na solidariedade, na liberdade, no apoio mútuo e no amor. Por outro lado, a história é pródiga em exemplos contrários. Para Élisée Reclus é possível evoluir no sentido contrário do progresso e da ciência, mas, nesse caso, estamos num tempo histórico regressivo, pautado pela ignorância, competição, violência, guerra, dominação e escravidão.

Na seu livro *A História de um Ribeiro*, Élisée Reclus declara o seu amor e a sua admiração por todas as fontes de vida. É um profundo hino poético à vida que emana do universo, sob todas as suas formas e conteúdos. A água, os rios, os ribeiros, os oceanos, as montanhas, as florestas, o sol, a lua, os continentes, todos os planetas e em especial a Terra são um todo uno e indivisível. Enquanto fontes de vida, as interdependências e complementaridades entre as espécies animais e vegetais e, logicamente, a harmonia e a liberdade entre as mesmas excluem qualquer tipo de dominação e destruição: “tal e qual como o homem considerado isoladamente, a sociedade tomada no seu conjunto pode ser comparada com a água que se escoia. Em todas as horas, a todo o instante, um corpo humano, simples décima milionésima parte da humanidade, abate-se e dissolve-se, enquanto que noutra ponta do globo uma criança emerge dentre uma imensidade de coisas, abre o seu olhar para a luz e torna-se um ser pensante. Do mesmo modo que numa planície todos os grãos de areia e todos os glóbulos de argila foram rolando pelo rio e depositados nas suas margens, também toda a poeira que recobre

o globo circulou, com o sangue do coração, nas artérias dos nossos antepassados. De época para época, as gerações sucedem-se, modificando-se pouco a pouco: os bárbaros de aspecto bestial e lutando pela primazia com os animais ferozes são substituídos por seres mais inteligentes, a quem, a experiência e o estudo da natureza ensinaram a arte de alimentar os animais e cultivar a terra; depois, de progresso em progresso, os homens chegam a fundar as cidades, a transformar as matérias-primas, a trocar os seus produtos, a porem-se em comunicação de um lado para o outro do mundo; civilizam-se, isto é, o seu tipo é enobrecido, o crânio torna-se maior, o pensamento mais alargado (...). Os povos tornando-se inteligentes, aprenderão certamente a associar-se numa federação livre: a humanidade, até agora dividida em correntes distintas, não será mais do que um mesmo rio, e, reunidos numa só corrente, nós desceremos em conjunto para o grande mar onde todas as vidas se vão perder e renovar (Reclus, 1995: 205-206).

Denota-se nesta primeira análise uma sensibilidade ecológica profunda e sistemática. Da vida que desponta dos ribeiros, através da água, explicam-se as razões de ser e de existir da Terra, da fauna e da flora que esta integra. O progresso civilizacional da espécie humana implica um equilíbrio ecossistémico com todas as espécies animais e vegetais. Este equilíbrio passa pela domesticação e a aprendizagem com todas as espécies animais e vegetais, não as olhando nem as entendendo como espécies externas à espécie humana, mas internas aos de-



sígnios de emancipação social, no contexto do progresso e da civilização societária. A cooperação, a solidariedade, a liberdade e o amor, a desenvolver pelos indivíduos e os povos à escala universal, devem, por tal facto, generalizar-se às relações sociais e processos de socialização da vida quotidiana na federação livre. Estas premissas, como é lógico, devem ser alargadas às relações da espécie humana com as outras espécies animais e vegetais.

Na minha opinião, se bem que toda a obra de Élisée Reclus seja pautada por uma visão ecológica (pensemos nas actividades económicas circunscritas aos sectores agrícola e industrial entendendo o progresso dentro de parâmetros definidos pela razão da lógica científica), não aprofunda, com a proficiência devida, as premissas do modelo de produção e de consumo, circunscritos à morte e à escravidão das espécies animais, por parte da espécie humana.

Não obstante, tendo em conta um texto escrito em 1897, a que chamou A Grande Família, pode afirmar-se que Élisée Reclus foi um dos percursores do anarco-naturismo. Ao debruçar-se sobre “a Grande Família”, escreve sobre um tipo de família

que integra todas as espécies animais. Adoptar este conceito implica uma mudança radical nas nossas opções de escravidão e de dominação sobre aquelas espécies



es: “A corrupção das espécies é já um grande mal; mas a ciência dos civilizados exerce-se também pela exterminação. Sabe-se quantos pássaros os caçadores europeus destruíram na Nova Zelândia e na Austrália, ou em Madagáscar. E nos arquipélagos polares, quantas morsas e outros cetáceos já desapareceram! A baleia fugiu dos nossos mares temperados, e brevemente não se encontrará nem entre os campos de gelo do oceano Ártico. Todos os grandes animais terráqueos estão igualmente ameaçados (...) Estes factos demonstram os imensos recursos que o homem congregou para a recuperar a sua influência sobre todo este mundo animado que ele deixava ir ao sabor do destino, negligenciando associá-lo à sua própria vida. A nossa civilização, ferozmente individualista, ao dividir o mundo em tantos pequenos Estados inimigos, em tantas propriedades privadas, em tantos rebanhos e manadas familiares, sofreu certamente a sua última derrota. Teremos necessariamente de recorrer à entreatajuda para atingirmos a salvação comum. Quando a busca da amizade substituir a do bem-estar, que mais dia menos dia deverá estar suficientemente assegurado, logo que os naturalistas entusiastas nos tiverem revelado tudo o que há de belo, de amável, de humano (e muitas vezes mais do que humano) na natureza dos animais, nós olharemos com outros olhos para todas essas espécies, que se atrasaram no caminho do progresso, e acabaremos por fazer delas, não servidores ou máquinas, mas os nossos verdadeiros companheiros. O estudo dos primitivos contribuiu singularmente para compreender o homem policiado de hoje; a vida prática dos animais far-nos-á penetrar mais longe na ciência da vida, alargará o nosso conhecimento das

coisas e o nosso amor (Reclus, 1897:3-4).

Estes pressupostos naturalistas são quase sempre atravessados por uma visão ecológica, baseada num equilíbrio ecossistémico, sempre dependente e determinado pelo progresso e a evolução positivista da ciência. Claro que a evolução e o próprio progresso poderiam traduzir-se num retrocesso civilizacional e até numa destruição do equilíbrio ecossistémico, mas tudo isso resultava da ignorância e da estupidez do poder político e religioso que não estão identificados com as leis da ciência e da natureza: “Entre as causas que na história da humanidade fizeram desaparecer sucessivamente tantas civilizações, deveria ser colocada na primeira linha a violência brutal com que todas as nações trataram a terra mãe. Os homens abateram as florestas, deixaram secar as fontes e transbordar os rios, deterioraram os climas, cercaram as cidades de zonas pantanosas e pestilentas; depois, quando a natureza profanada por eles, se lhes tornou hostil, tomam-na com raiva, e não podendo recompor-se como o selvagem que vivia nas florestas, deixam-se embrutecer pelo despotismo dos padres e dos reis” (Reclus, 1995:13).

Se bem que os postulados da ecologia e do equilíbrio ecossistémico fossem cientificamente desenvolvidos na sua máxima plenitude na sua grande obra *Nova Geografia Universal*, pelo facto de todos os continentes que integram o planeta Terra serem objecto de uma abordagem geográfica profunda e sistemática, com uma contribuição exaustiva da geografia articulada com a história, a política, a sociologia, a cultura e a economia, Élisée Reclus nunca descurou a análise desses postulados. No final da sua vida, em 1905, na sua outra grande obra científica – *O Homem e a Terra* – reforçou-os de uma forma imperativa: “Coordenar os continentes, os mares e atmosfera que nos rodeia, “cultivar a nossa horta” terrestre, distribuir de novo e regular o ambiente para favorecer cada vida individual da planta, do animal ou do homem, adquirir definitivamente consciência da nossa humanidade solidária, formando um só corpo com o próprio planeta, abarcar com o mesmo olhar as nossas origens, o nosso presente, o nosso objectivo mais próximo e o nosso ideal longínquo, é nisto que consiste o progresso” (Reclus, 1975:294).

## 2. *Ciência e progresso: factores determinantes da emancipação individual e social*

Como já referi, subsiste um denominador comum, que atravessou a vida e a obra de Élisée Réclus: uma vontade enorme de conhecer todas as manifestações de vida da Terra - incluindo montanhas, rochas, solo, rios, florestas - com especial incidência na evolução das espécies animais e vegetais, recorrendo para isso, às causas e efeitos reportados ao conhecimento profundo da espécie humana nas vertentes histórica, social, espacial, política, cultural e civilizacional.

Essas exigências do conhecimento pessoal transformam-no num apologista das ciências da vida e do progresso. As ciências da vida para Élisée Reclus não eram redutíveis à biologia, à física e à medicina, mas incluíam também as ciências sociais e humanas. Nesta assunção, o homem, enquanto entidade analítica, deveria ser objecto de estudo científico exaustivo, evitando-se, assim, todas as especulações não científicas de carácter metafísico, religioso ou ideológico. O conceito de progresso está intimamente relacionado com a evolução e a identidade histórica atingido pelo homem, enquanto ser biológico e ser social, no planeta Terra. O

conhecimento científico traduzido em progresso, implica, em primeiro lugar, um conhecimento intra-pessoal, razão pela qual cada indivíduo deve transformar-se numa função de causalidade e efeitos científicos e de progresso, nomeadamente através da auto-educação, da auto-organização e auto-soberania do seu físico, da sua mente e da sua psique.

Nestas circunstâncias, o estudo da geografia social e espacial só poderia denominar-se de científico, caso todos os fenómenos ou factos estudados assumissem conteúdos e formas de leis, cuja regularidade e sistematização universal nos conduzissem impreterivelmente no caminho do progresso. Entre outras leis que o autor reputou como básicas – luta de classes e equilíbrio ecológico – para analisar o Homem nas suas articulações com a Terra é fundamental percebermo-nos como indivíduos, por forma a potenciarmos as nossas probabilidades de sentir, pensar e agir: “A “luta de classes”, a procura do equilíbrio e a arbitragem soberana do indivíduo são as três ordens de factos que nos revela o estudo da geografia social e que, no caos de todas as coisas, se mostram bastante constantes para que possamos dar-lhes o nome de leis (...) A observação da terra explica-nos os acontecimentos da história, e esta, por sua vez, faz-nos voltar ao estudo mais profundo do planeta, através de uma solidariedade mais consciente do nosso indivíduo, simultaneamente tão pequeno e tão grande, para com o imenso universo” (Reclus, 1975 (vol. 1) :72).

No amplo sentido dos termos, a ciência e o progresso são determinantes para a emancipação individual. Se um indivíduo qualquer evoluir no sentido das leis científicas e do progresso, estará capacitado para decidir e agir de forma soberana, não necessitando para efeito, de qualquer poder externo à sua individualidade intrínseca. É evidente que a ignorância e a estupidez individual, que têm acompanhado a história do Homem, estava bem patente e universalmente demonstrada no tempo histórico de Élisée Reclus, daí a importância que dava à educação integral dos indivíduos.



Só através da educação, os indivíduos podiam ascender ao conhecimento das leis científicas concernentes à sua vida e, por essa mesma via, ao conhecimento das leis da vida que integram o planeta Terra e, logicamente, de todas as espécies animais e vegetais. A educação integral torna-se, assim, num processo de aculturação e de aprendizagem social, que se opõe à educação separada da vida, ministrada pelo Estado, a Igreja e o capitalismo. Esta educação, para além de tornar os indivíduos escravos da maximização do lucro, transforma-os em seres opostos às leis da ciência e do progresso: “Convém que a “ciência do bem

e do mal”, ou do verdadeiro e do falso, objecto da primeira maldição religiosa, se estenda por toda a terra e se distribua a todos os homens, na medida da sua boa vontade e da sua capacidade de adaptação. Sem dúvida que a realidade actual está muito abaixo do ideal proposto: do mesmo modo que o ensino integral, ao alcance de muitos, não suscita, apesar de acessível, o interesse de pouco mais do que um número relativamente pequeno de apaixonados, que se dedicam com êxito ao estudo, assim também a difusão universal do saber só penetrará



gradualmente nas profundidades atávicas das populações bárbaras, que se acomodam penosamente a um novo ambiente, não sem nele deixarem numerosas vítimas. Não obstante, um novo instrumental existe e funciona cada dia com maior actividade e eficácia: cursos de adultos, técnicos e profissionais, conferências diurnas e nocturnas, exercícios e demonstrações, exhibições teatrais e, por último, universidades populares nascidas em distintos pontos, em Inglaterra, na América, em França” (Reclus, 1975 (vol. 8):227-228).

Da mesma forma que para analisar o planeta Terra é impossível não analisar as espécies animais e as espécies vegetais, o mesmo princípio epistemológico e metodológico se impõe na análise do indivíduo humano. Este, enquanto subsistema integrante do planeta Terra, só pode ser analisado cientificamente na sua dimensão biológica e social. Como tal, em termos de vida biológica é, simultaneamente, um todo e uma parte ínfima da espécie humana. Por outro lado, como ser social, é um compósito de dependências e complementaridades inter-individuais, cuja síntese interactiva resulta em “construídos” sociais, institucionalizados e formalizados na família, em grupos, colectividades, comunidades, sociedades de características locais, regionais, nacionais até à sociedade global.

Quando passamos de uma perspectiva individual para uma perspectiva social, evidentemente que estamos numa dimensão de causalidades e efeitos institucionalizados e formalizados na sociedade. A história da geografia social e espacial, no seu sentido amplo, é para Élisée Reclus algo que obedece a uma evolução atravessada por situações de progresso e de retrocesso, de reformas e revoluções, de destruição e de criação, de vida e de morte. É uma história que tem o seu início nos nossos antepassados milenares, organizados em tribos e clãs, sem propriedade privada, sem trabalho assalariado, sem Estado. Tinham Deuses e superstições polissémicas, extraídas de um estado evolutivo “selvático/primitivo” e subsistiam socialmente sem a necessidade de noções utilitárias e simbólicas, tais como o dinheiro ou o mercado. É uma história que continua com a emergência das civilizações clássicas, resultantes do progresso e das relações racionais do homem com a Terra e que acabam por se traduzir em relações sociais de escravidão. Não somente pela institucionalização da propriedade privada ou do Estado, mas também pela evolução económica, política, cultural e civilizacional subsequente, em que a dominação e a exploração assumiram uma plasticidade social relevante, através da criação de Impérios e de Estados, circunscritos territorialmente em cidades, regiões ou países. Dando continuidade a esse processo histórico, com a extinção do Império Romano do Ocidente, a institucionalização política, social e cultural realiza-se primacialmente, na Europa Ocidental, através da Igreja Católica Apostólica Romana e dos feudos liderados pelos senhores da guerra. No Oriente, esse papel é realizado pelo Islão, pelo Budismo e o Hinduísmo e pelos impérios emergentes da China, Turquia e Mongólia. Com diferenças específicas, assiste-se a uma evolução atravessada socialmente pela servidão, mesclada com outras modalidades de escravidão, sendo que é no papel do Estado, da Religião e dos senhores feudais que se fundamentam as relações de exploração e de dominação. Seguindo o mesmo raciocínio histórico, para Élisée Reclus, a história moderna começa efectivamente com a instauração das diferentes Monarquias e dos Municípios na Europa Ocidental, não esquecendo o importante papel do Renascimento, da Reforma e dos Descobrimentos, que geraram a separação dos poderes entre o Estado e a Igreja e o processo da Colonização. Neste contexto, a ciência e o progresso funcionam como um factor estruturante do conhecimento científico do planeta Terra, nos domínios da geografia social, espacial e física. Os conteúdos e as formas de dominação tornam-se mais complexas

e generalizam-se à escala intercontinental, através de uma crescente globalização dos transportes, por via terrestre e marítima e das trocas mercantis, decorrentes de uma acréscimo das actividades económicas dos sectores agrícola, industrial e comercial.

Este período histórico integra, ainda, a Revolução Industrial em Inglaterra e a Revolução Francesa, de 1789. O Estado-Nação inicia o exercício dos poderes jurídico, legislativo e executivo, formalizando e institucionalizando as relações e as funções de controlo e dominação do Estado sobre a sociedade civil. Por outro lado, ainda que de forma incipiente, face às perversões da dominação e da exploração, criadas pelo capitalismo emergente, o Estado actua como força repressiva das convulsões sociais de cariz reivindicativo e revolucionário. A luta pela conquista e delimitação territorial e administrativa da construção definitiva do Estado-Nação foi atravessada por guerras entre diferentes países em diferentes continentes, com especial incidência na Europa, América, Ásia e África.

No entanto, para Élisée Reclus, na história contemporânea, enquanto processo de formalização e institucionalização de relações sociais, processo que decorreu da evolução da ciência e do progresso, era determinantemente visível o Estado moderno, nas actividades agrícola, industrial e comercial, e também na generalização da propriedade privada de tipo capitalista nas referidas actividades.

No que se reporta à identidade do Homem e a uma evolução positiva das suas relações com a Terra, as diferentes funções do Estado moderno eram contraproducentes, pelo facto das funções políticas, administrativas e de guerra se revelarem demasiadamente burocráticas, improdutivas e repressivas: “O Estado e os diversos Estados que o compõem têm a grande desvantagem de funcionar segundo um mecanismo tão regular, tão pesado, que é impossível modificar os seus movimentos e fazê-los habituarem-se às coisas novas. Não somente não ajuda ao funcionamento do trabalho económico da sociedade, como também lhe é duplamente prejudicial, primeiro, molestando de todas as maneiras a iniciativa individual e até impedindo o seu nascimento, depois, detendo e imobilizando os trabalhos que lhe são confiados. As engrenagens da máquina administrativa estão estabelecidas precisamente no sentido inverso àquele em que elas funcionam num organismo industrial (Reclus, id., ibid.:44).

Seguindo os mesmos pressupostos analíticos, em relação à actividade agrícola e à propriedade privada da terra, a visão

ecossistémica do autor é mais uma vez destacada, não só no sentido da denúncia das incongruências resultantes da exploração e escravidão, impostas pelo capitalismo, como das suas consequências gravosas e destrutivas para todas as espécies animais e vegetais e ainda do solo e do clima. Sendo crítico do capitalismo e do Estado, não se coíbe de criticar o homem trabalhador agrícola, no sentido genérico do termo, que escraviza e destrói impunemente a vida no planeta Terra: “O Homem continua a ser caçador e carnívoro, mas apregoa muito os seus deveres para com os animais; as relações estreitas que mantém com os animais que trabalham para ele suscitam questões morais urgentes: todo este mundo de operários quadrúpedes que dão o seu concurso com extrema boa vontade às empresas do seu amo, constitui, disse Clemenceau, um “quinto Estado”, muito semelhante ao quarto, só que se encontra mais na situação do escravo dos tempos antigos do que na situação do assalariado moderno. E coisa lamentável, há sempre um escravo para disciplinar os escravos, um homem do povo “baixo” para vingar-se sobre os mais baixos que ele; um oprimido, o mesmo filho do assalariado mutilado nos seus direitos, transforma-se, por conta do amo, no verdugo do animal; um criado camponês que aprende a fustigar a pele do animal desobediente de toda a maneira e feitio; é o caso do carroceiro que conserva cuidadosamente a chaga

do bur-  
 ro ou da mula para nela lhe cravar  
 o agulhão: Quantas cidades, sem serem o “céu” de  
 ninguém, são, todavia, o “inferno dos cavalos” (Reclus, id., ibid.:  
 65).

Não obstante saber de todas as manifestações perversas que a história contem-  
 porânea apresentava para as hipóteses de vida de muitas espécies animais e vegetais,  
 acreditava que o papel da ciência e do progresso era determinante para os desígnios da  
 emancipação social das mesmas. A ciência e o progresso, tornando-se elementos do conheci-  
 mento e da educação dos indivíduos integrados em actividades agrícolas, geravam, na opinião do  
 autor, o equilíbrio ecossistémico, permitindo desse modo que desabrochassem livremente todas as  
 formas de vida na terra. Não é de estranhar que o equilíbrio e a harmonia entre as diferentes espécies  
 se tornassem também num elemento estruturante da emancipação social e que a ciência e o progresso  
 fossem cruciais para a consecução desse facto histórico. O acordo e a defesa das leis da evolução das  
 espécies, preconizadas por Élisée Reclus, neste aspecto, estão em perfeita sintonia com as teses evo-  
 lucionistas de Darwin: “Os progressos realizados na ciência da vida, de há um século a esta parte,  
 trouxeram um melhor conhecimento dos animais e das plantas, o que representa um aumento do  
 poder humano na transformação e na educação das espécies, bem como na compreensão de todo  
 o conjunto harmónico das coisas. Os verdadeiros predecessores de Darwin, os que prepararam  
 a sua educação e que deveriam ser considerados os verdadeiros autores da doutrina evolu-  
 cionista, foram os criadores de animais e os jardineiros, que através das suas engenho-  
 sas investigações souberam produzir tão belas rosas, desenvolver tão maravilhosos  
 crisântemos, embelezar tão admiravelmente as espécies dos nossos companheiros  
 domésticos. Em cada ano se vêem novos milagres.” (Reclus, id., ibid.: 68.

No cômputo geral, em termos do crescimento e das actividades económi-  
 cas, a evolução do capitalismo nas sociedades contemporâneas ex-  
 pressava-se basicamente no desenvolvimento da indústria e do  
 comércio. De facto, o processo de industrialização e de





urbanização das sociedades, através de uma crescente integração da ciência e da técnica e da racionalização da organização do trabalho, permitiu que a capacidade produtiva de bens e serviços nas sociedades contemporâneas aumentasse exponencialmente, e sobretudo, que a grande finalidade do capitalismo se traduzisse na maximização do lucro. Em sintonia com este desiderato, a potenciação da produção, distribuição, troca e consumo de bens e serviços reproduzia eficazmente os pressupostos da dominação e da exploração do trabalho assalariado, cuja população activa começava a revelar-se preponderante no sector industrial. A miséria e a pobreza da classe trabalhadora, que laborava nas fábricas e vivia nas grandes cidades em condições paupérrimas, demonstravam inequivocamente, de que forma o capitalismo como modelo de sociedade não estava identificado com a perspectiva positivista da ciência e do progresso preconizado por Élisée Reclus. Todavia, o processo de industrialização e de urbanização não era simplesmente negativo por esse facto. O trabalho nas fábricas e a vida nas cidades eram um espaço-tempo de destruição dos elementos de vida essenciais à espécie humana e às espécies animais e vegetais. Concomitantemente, esse processo traduzia-se na morte do solo, dos rios, das planícies e das montanhas que propiciavam as fontes de vida dessas mesmas espécies. O trabalho da grande indústria revelava o seu carácter alienante e atomizador das potencialidades da vida da espécie humana e, logicamente, das suas hipóteses de emancipação social: “No princípio a grande indústria tomou um aspecto bárbaro, feroz, titânico. As máquinas não estavam bem concebidas em relação ao trabalho que deviam produzir, tinham formas pesadas, complicadas, estranhas; metidas em edifícios que tinham sido construídos para executar um trabalho manual em que se usavam ferramentas hereditárias de pequenas

dimensões, faziam estremecer os tectos e as paredes com o seu estrondo; o vapor, os materiais carboníferos e os gases desprendido das fermentações viciavam a atmosfera; os restos do antigo instrumental jaziam em pátios sujos e nauseabundos, e os operários, lutando entre os costumes inveterados e as ordens recebidas, produziam um trabalho irregular, sem elegância” (Reclus, id., *ibid.*: 118).

A crítica radical de Élisée Reclus ao capitalismo, com base nos pressupostos positivistas da ciência e do progresso, era de índole histórica, económica, social, política e cultural. Verifica-se que, embora propiciasse o aumento da riqueza social e sua distribuição e consumo, gerando uma expansão demográfica inaudita, a transformação de matérias primas de características inorgânicas resultava na morte e destruição das bases da vida da terra – clima, solo, planícies, rios, ribeiros, riachos, montanhas, florestas e, sobretudo, das espécies animais e espécies vegetais - que eram vitais para a sobrevivência histórica da espécie humana. Esta crítica, dirigida ao sector industrial, ainda era mais feroz e negativa em relação ao sector do comércio: “O comércio, na prática ordinária, é, não só uma fraude e uma mentira, mas também, pela ignóbil publicidade, o comércio é uma inutilidade, uma obsessão e uma coisa feia” (Reclus, id. *Ibid.*:153)

Depreende-se que o autor considerava o comércio como algo inútil e perverso. Uma vez generalizado, traduzia-se num consumo compulsivo de populações ignaras e na reprodução continuada e alargada das mesmas perversões ecológicas. Era uma actividade considerada parasitária e inútil, porque improdutiva de riqueza material e social, corporizada no consumo quotidiano da espécie humana.

### ***3. A anarquia como consequência da evolução da humanidade e da revolução social***

Até este momento, a minha análise tem incidido basicamente em proposições elaboradas por Élisée Reclus no domínio científico da geografia que, como já disse, tem uma vertente social e espacial. Não existe neutralidade axiológica no campo científico, na medida em que é impossível separar objectiva e subjectivamente o objecto de estudo observado e o sujeito observador. Em qualquer espaço-tempo de pesquisa e análise, ao lidarmos com informação, conhecimento e energia de qualquer ser humano, somos sujeitos de causalidades

e efei-  
tos, que produzem e re-  
produzem todo e qualquer fenómeno de  
natureza física, biológica, social, cultural, política,  
económica, histórica e civilizacional. Assim sendo e base-  
ando-me na perspectiva de equilíbrio ecossistémico de Élisée Rec-  
lus, é-me lícito afirmar que se torna impossível separar mecanicamente  
qualquer indivíduo de uma totalidade sistémica, da qual é interdependente  
e complementar.

Das obras de referência do autor já analisadas, as correlações entre os conceitos de  
evolução e revolução e o conceito de anarquia são pouco explícitos, mas não deixam  
de implicitamente atravessar essas mesmas obras de uma forma profunda e sistemática.

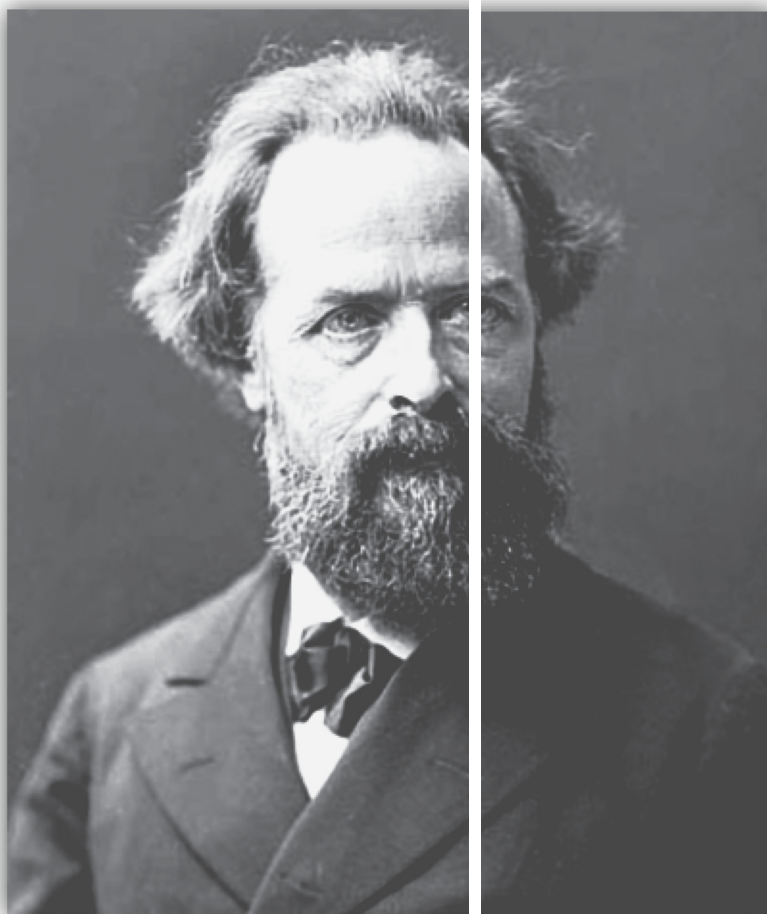
Servindo-se dos conceitos positivistas da ciência da vida e do progresso, Élisée Reclus  
demonstra bem que é impossível separar a vida da morte, a teoria da prática, o bem do mal,  
o progresso do retrocesso, a evolução da revolução, revoluções progressivas e revoluções  
regressivas, revolução social e reformas.

Como cientista e militante apaixonado da anarquia, as problemáticas epistemológicas e met-  
odológicas da sua vida e obra, na minha opinião, foram bem desenvolvidas, na brochura que  
escreveu em 1897: *A evolução, a revolução e o ideal anárquico*.

Não vendo na ciência da vida e no progresso qualquer fenómeno que demonstre ou indique  
oposição entre os elementos descritos, a evolução é equivalente a um sem número de mudan-  
ças graduais, enquanto que, em simultâneo, no mesmo tempo histórico, a revolução nada mais  
é, em relação a todo o tipo de fenómenos, que um conjunto de mudanças sociais, políticas,  
culturais e económicas bruscas. Como modelo de sociedade, a hipótese da emergência histórica  
da anarquia não foge ou escapa a estes constrangimentos do progresso e da ciência: “Consta-  
mos, em primeiro lugar, que se faz prova de ignorância imaginando entre a evolução e a rev-  
olução um contraste de paz e guerra, de doçura e violência. As revoluções podem consumir-se  
pacificamente, no seguimento de uma mudança repentina do meio ambiente, dando origem a  
uma reviravolta nos interesses; da mesma forma que as evoluções podem ser muito prolonga-  
das e, entretanto, atravessadas por guerras e perseguições. Se a palavra evolução é aceite de  
boa vontade até por aqueles que vêem os revolucionários com horror, é porque eles não se  
apercebem de modo nenhum do seu valor, porque a coisa em si mesma eles não a querem  
seja a que preço for (Reclus, 1906:3).

No contexto da evolução do capitalismo, do Estado e da religião, enquanto fenómenos  
de exploração e de dominação da classe trabalhadora e dos povos, enquanto causas de  
destruição das fontes de vida do planeta Terra e baseando-se sempre nos pressupostos  
da ciência e do progresso, Élisée Reclus torna-se num fervoroso adepto da rev-  
olução social, verificando que esta seria a única forma de realizar as mudanças  
bruscas que permitiriam o emergir da emancipação social e biológica. Não se  
julgue que a revolução social era separada mecanicamente de um processo  
simultâneo de reformas que acompanham qualquer evolução. Longe  
dessa perspectiva e tendo presente os resultados da sua participação  
efectiva na Comuna de Paris, constatou que uma revolução so-  
cial nunca poderá ser realizada no sentido da emancipação  
social se na sua génese e sustentabilidade perdura-  
rem as perversões de uma acção colectiva da  
multidão ou da “multitude”. Não há  
acção colectiva credível e

emancipação social sem identidade colectiva, sem identidade entre os meios utilizados na luta e os resultados finais das mudanças operadas pela revolução social. Qualquer massa informe e ignara atropela esses meios e esses objectivos. Vive, age e sente conforme a sua desgraça e a sua miséria colectiva: “Com efeito, da multitude de indivíduos comprimidos uns contra os outros extrai-se facilmente uma alma comum inteiramente subjugada pela mesma paixão, deixando-se levar pelos mesmos gritos de entusiasmo ou as mesmas vociferações, não sendo mais que um ser composto por milhares de vozes frenéticas de amor ou de ódio. Em poucos dias, em poucas horas, o turbilhão dos acontecimentos leva a mesma multidão às mais contraditórias manifestações, de apoteose ou de maldição. Aqueles de entre nós que combateram pela Comuna conhecem estas assustadoras ressacas do torvelinho humano. No início quando estávamos à frente dos acontecimentos, seguiam-nos com saudações carinhosas, as lágrimas de admiração



brilhavam nos olhos dos que nos aclamavam, as mulheres agitavam os seus lenços docemente. Mas qual foi o acolhimento dispensado aos heróis da véspera que, após ter escapado do massacre, regressaram como prisioneiros entre duas colunas de soldados! Em muitos bairros, o populacho era composto exactamente pelos mesmos indivíduos; mas que contraste absoluto nos seus sentimentos e a na sua atitude! Que conjunto de gritos e maldições! Que ferocidade nas palavras de ódio. “À morte! À morte! Ao fuzilamento! Ao torniquete! Para a guilhotina!” (Reclus, id. ibid: 10-11).

Sendo defensor do anarco-comunismo preconizado

por Kropotkine, a sua opção passa pela defesa intransigente das massas trabalhadoras, que eram objecto de opressão e exploração por parte do capitalismo, do Estado e da religião. As contradições e os conflitos estruturavam uma identidade e uma acção colectiva consequente, em função das condições e dos interesses da classe trabalhadora, que eram radicalmente opostos aos da burguesia, da igreja e da classe burocrática estatal. Na medida em que a emancipação radicava na acção dos próprios trabalhadores, neles residia o projecto de emancipação social. Não se deduza contudo que esta noção de classe trabalhadora era redutível ao conceito de classe social, centrado nos interesses e desígnios do operariado industrial. Para além deste,



para Élisée Reclus, o conceito de trabalhador revolucionário integrava os sectores agrícola, industrial, serviços e todos os perfis profissionais que não se identificavam com a dominação e a exploração do homem pelo homem e, logicamente, também não se identificavam com a dominação e exploração destes últimos sobre as espécies animais e vegetais.

No sentido amplo, é possível deduzir da obra de Élisée Reclus a lógica revolucionária da luta de classes, quando o operariado luta contra o capitalismo. O mesmo já não podemos dizer, quando se utiliza o conceito de trabalhador identificado com os desígnios da emancipação social e do ideal anarquista. Reside aqui a sua principal contradição. Como é que é possível estar de acordo com o pressuposto da luta de classes, se ela encerra pressupostos de emancipação social em relação ao Estado, à religião e ao capitalismo, mas, por outro lado, mantém a essência de um modelo de produção e de consumo anarco-comunista baseado na escravidão e dominação das outras espécies? Se a revolução social só poderá realizar-se a partir de uma acção colectiva integrando indivíduos livres e soberanos, como é possível agregar, integrar e identificar interesses, ideias e motivações diferenciadas de indivíduos através de qualquer classe social, sabendo nós que só podemos falar de classe social com base numa identidade colectiva e igualdade ab-

solutas no contexto da divisão do trabalho, da propriedade privada e do trabalho assalariado? O conceito de trabalhadores não resolve, de forma alguma, essa contradição no pensamento de Élisée Reclus: “A emancipação dos trabalhadores será obra própria dos trabalhadores, diz a declaração de princípios da Internacional. Esta palavra é verdadeira no seu sentido mais lato. Se é certo que sempre os homens ditos providenciais pretenderam realizar a felicidade dos povos, não é menos verdade que todos os progressos humanos foram realizados graças à própria iniciativa de homens revoltados ou de cidadãos já livres. É portanto, a nós mesmos que incumbe libertarmo-nos, todos nós, os que de qualquer forma nos sentirmos oprimidos e nos mantermos solidários com todos os homens lesados e que sofrem em todo e qualquer território do mundo. Mas para combater, é preciso saber. Não é suficiente lançarmo-nos furiosamente à batalha, como Cimbros e Teutões, mugindo debaixo do escudo que nem uma vaca ou soprando num corno de auroque; estamos no tempo de prever, de calcular as peripécias da luta, de preparar cientificamente a vitória que nos dará a paz social. A primeira condição do triunfo é desembaraçarmo-nos de todo o tipo de ignorância: é preciso conhecer todos os preconceitos que há a destruir, todos os elementos hostis a excluir, todos os obstáculos a superar e, por outro lado, não ignorar nenhum dos recursos de que podemos dispor, nenhum dos aliados que a evolução histórica nos dá” (Reclus, id. *ibid*: 15).

Do mesmo modo que denotamos a função positiva da ciência, dos revoltados e dos homens livres, o papel da auto-educação e da auto-organização é crucial para que subsista uma interacção e uma identidade plena entre a emancipação individual e a emancipação social. A anarquia ou o ideal anarquista como processo histórico está e foi, no meu entendimento, inteligentemente concebida. Entre todos os autores clássicos que estão na origem ou fazem parte da construção histórica desse conceito, Élisée Reclus foi o que mais contribuiu para esse efeito.

Em primeiro lugar, porque a sua afirmação clássica “A Anarquia é a mais alta expressão da ordem, sem coacção e dominação”, só se pode interpretar, explicar, compreender e viver se tivermos presente que, para o autor em questão, a sua essência reside em “Pensar, falar, agir livremente em todas as coisas! O ideal da sociedade futura, em contraste e, contudo, na continuação da sociedade actual, explica-se pois, da maneira mais clara. Pensar livremente! Em consequência, o evolucionista, tornado revolucionário, separa-se de qualquer igreja dogmática, de qualquer corpo estatutário, de qualquer agrupamento político com cláusulas obrigatórias,

d e  
 qualquer associação,  
 pública ou secreta na em qual o sócio  
 deve começar por aceitar, sob pena de traição,  
 palavras de ordem incontestadas. Acabaram-se as con-  
 gregações que só existem para pôr no Índex os nossos escri-  
 tos! Não mais reis nem príncipes para nos pedirem juramentos de  
 obediência, nem chefes de exércitos para exigir a fidelidade à bandeira;  
 não mais ministro da Instrução Pública para nos ditar ensinamentos, para de-  
 terminar até as passagens dos livros que o professor deverá ou não explicar; não  
 mais comité director que exerça censura dos homens e das coisas na entrada das casas  
 do povo. Não mais juízes para forçarem a testemunha a prestar um juramento ridículo  
 e falso, que implica necessariamente um perjúrio, dado o facto de o juramento ser em si  
 mesmo uma mentira. Não mais chefes de qualquer natureza, funcionário, professor, mem-  
 bro do comité clerical ou socialista, patrão ou pai de família, para se impor como senhor a  
 quem é devida obediência.” (Reclus, id., *ibid.*: 26).

Em segundo lugar, porque a sua visão ecológica é baseada num princípio ecossistémico da luta pela vida contra todos os pressupostos de morte. A Anarquia ou o ideal anarquista não pode ser vivida fora dos pressupostos da evolução histórica e da revolução social. Estes dois termos são interdependentes e complementares. Se tivermos presente a actualidade da crise do capitalismo, do Estado, da religião e sobretudo da crise das formas de vida no planeta Terra, então, é perfeitamente pacífica a afirmação de que a vida e a obra de Élisée Reclus é mais do que nunca actual e pode ser um bom antídoto para resistir e superar a tragédia biológica e social que atravessamos.

### **Referências Bibliográficas**

RECLUS, Élisée (1870-1972), *La Terre et les Hommes – Description des Phénomènes de la Vie du Globe* (2 vol.), Paris, Librairie Hachette.

RECLUS, Élisée (1876-1894), *Nouvelle Géographie Universelle – La Terre et les Hommes*, (19 vol.), Paris, Librairie Hachette.

RECLUS, Élisée, (1894), *L’Anarchie, Conférence prononcée le 18 juin 1894 aux membres de la loge “Les Amis Philanthropes” de Bruxelles.*

RECLUS, Élisée, “La grande Famille”, in *Le Magazine International*, Janvier 1897.

RECLUS, Élisée, “Pages de Sociologie Préhistorique”, in *L’Humanité Nouvelle*, Février 1898.

RECLUS, Élisée, (1906), *L’Evolution, la Révolution et l’Idéal Anarchique*, Paris, Éditions Stock

RECLUS, Eliseo (1975), *El Hombre y la Tierra*, (8 vol.), Madrid, Doncel.

RECLUS, Élisée, “Du sentiment de la nature dans les sociétés modernes”, in *Écologia Política*, n.º 5, hiver 1993.

RECLUS, Élisée (1995), *Histoire d’un Ruisseau*, Arles, Ed. Actes Sud

1. Uma recente nota lida nos jornais, que vale o que vale (não só porque de boas intenções está o inferno cheio mas também porque por cada boa iniciativa que se concretiza há dez que não passam do anúncio e outras dez más ideias que avançam...), pode ajudar a mostrar a complexidade daquilo que é a “questão ambiental” no mundo de hoje: a Câmara Municipal de Lisboa anunciava a intenção de reduzir a publicidade nos espaços públicos da cidade, através da criação de áreas condicionadas à sua exibição, começando por dar o exemplo com a retirada de muitos dos grandes painéis de propaganda a si própria que por aí andam espalhados.

Esta questão da crescente invasão de todos os centímetros quadrados disponíveis para colocar mais um anúncio, um chamamento, um convite à felicidade a juro baixos, que qualquer habitante das cidades dos nossos dias tão bem conhece (depois da multiplicação dos painéis de todos os tamanhos e feitios, com ou sem bandeirinha, foi o assalto a tudo o que servisse de suporte, cobrindo autocarros inteiros, espalhando écrans, pintando o chão, usando o tecto, enchendo as escadarias, por cima, por baixo, à nossa volta, numa vertigem permanente de cores, letras e imagens, estando a caminho os anúncios com cheiro e capazes de chamar psst, psst! quem vá a passar!), revela alguns aspectos fundamentais para situar a discussão à volta da questão do ambiente e da qualidade de vida nos nossos quotidianos:

- a poluição a que nos sujeitamos já ultrapassou há muito a água suja e o ar malcheiroso,



é também é m poluição visual e sonora, numa agressão contínua aos nossos sentidos e numa injeção constante de apelos e estímulos que aceleram o próprio metabolismo do nosso corpo; - somos constantemente confrontados

## A QUESTÃO AMBIENTAL: O FUTURO EM RAMP A INCLINADA

Carlos Nuno



com a redução da nossa condição humana à dimensão de consumidor, de cliente, de receptor passivo e pagante de tudo o que é produzido para responder às necessidades que nem sabíamos que tínhamos antes de tal nos ser anunciado; - há uma apropriação abusiva do espaço público, por onde andamos, para onde olhamos, onde respiramos, tornando-se esse espaço comum propriedade de uma entidade qualquer, não interessando se pública ou privada, e objecto de negócio e comércio, transformado em mais uma fonte de receita e num reforço da mercantilização dominante que invade todos os aspectos das nossas vidas.

Ou seja, a questão ecológica é muito mais do que a sujidade dos mares e das florestas, está presente à nossa volta e no dia a dia de todos nós, é muito mais do que o modo como o homem se relaciona com a natureza, é uma componente fundamental do modo como o homem se relaciona com o próprio homem, é muito mais do que uma ameaça difusa e distante no tempo, é um risco imediato e palpável nas nossas vidas, é muito mais do que uma questão abstracta da humanidade, é um dos aspectos centrais da organização política e económica das sociedades concretas em que vivemos.

Os problemas ambientais, os desequilíbrios ecológicos, não podem ser entendidos meramente como acidentes ou excessos indesejados que há que controlar ou compensar, reduzindo estas questões às poluições das reportagens televisivas, mas sim como as consequências inevitáveis dos modelos económicos e de organização social dominantes, baseados numa sociedade centrada, de massas, na ideologia do crescimento contínuo, que só podem gerar emissões poluentes, lixos, desperdícios, depreciação de recursos, já que é também disso que se alimentam e que reforçam a sua própria lógica de funcionamento. Não estamos, portanto, perante um problema “técnico”, de redução ou de limpeza de poluições, estamos perante um problema “político”, de enfrentamento das causas reais que estão na origem desta lógica de poluição e de destruição do ambiente natural.

2. Pode dizer-se: mas a relação do homem com a natureza não foi sempre a de a tentar dominar e utilizar em seu proveito, pelo menos desde o neolítico e a domesticação de animais e plantas? Em termos abstractos, certamente que sim, mas aquilo de que aqui se trata é algo completamente diferente, pelo menos por duas razões.

Desde logo, por uma mudança absoluta de escala, quer em números absolutos quer na intensidade dos consumos humanos. Não só existem hoje mais pessoas do que em qualquer outro período histórico, como a quantidade de recursos naturais que grande parte destas pessoas necessita de consumir para manter o seu estilo de vida (a sua “pegada ecológica”) é enorme e igualmente sem paralelo histórico.

Depois, e talvez principalmente, porque existe hoje um modelo hegemónico – e que aspira a tornar-se absoluto e universal – de organização económica e social que conduz a uma cada vez maior concentração populacional e padronização dos modos de vida, o capitalismo global. As sociedades urbano-industriais em que vivemos, como resultado e como essência desse modelo de capitalismo global, reúnem as condições de concentração e de padronização que são necessárias ao próprio sucesso do modelo: a racionalização de modos de produção e de consumo, através da sua padronização e redução aos processos mais rentáveis e eficientes, a organização dos mercados através de uma muito mais fácil segmentação e estratificação, a constituição de sociedades de massa, a definição clara de centros e de periferias, enfim, tudo o que permite uma muito mais fácil e eficiente aplicação dos procedimentos de gestão social e de rentabilização dos investimentos.

Mesmo as inevitáveis consequências negativas de uma sociedade de massas são aproveitados como vantagens por este modelo: os seus problemas de congestionamento (de gentes, de carros, de prédios...) são remetidos para quadros de soluções de massa, isto é, mais do mesmo, que nada resolve de facto mas que permite novas expansões e novos crescimentos consumistas, ainda com o brinde adicional de ajudar a definir a estratificação social numa sociedade tendencialmente amalgamada e de contornos difusos; a conflitualidade social inerente a estas con-

oferece a oportunidade de aplicação de crescentes mecanismos de controle e de justificação do papel do Estado (das videovigilâncias aos discursos securitários, do isolamento e esvaziamento de franjas e margens sociais e ideológicas à aplicação de políticas assistenciais que eliminam a irrupção de conflitos e rebeliões, da recriação de identidades “nacionais” e “regionais” à multiplicação difusa das estruturas de funcionalismo e clientelismo); o esmagamento da individualidade e da necessidade de afirmação e de expressão inerentes à humanidade facilita a produção de mecanismos e de veículos de entretenimento de massas e de criação de simulacros de experiência e de diversidade, que melhor veiculam os valores ideológicos dominantes, canalizam e controlam as energias e suportam as novas indústrias do espetáculo e da bovinidade.

A concentração populacional num modelo urbano hegemônico tem ainda uma vantagem acrescida, o de possibilitar um melhor controle do crescimento a partir do centro, de domínio do núcleo central sobre as suas periferias e áreas de expansão.

A produção de “espaço livre”, isto é, de espaço desocupado e desvalorizado pelos cri-  
térios dominantes, cria a possibilidade de existência de áreas de reser-  
va e de viveiro, onde é possível ir mantendo ou desen-  
volvendo novos recursos eventualmente  
ainda não totalmente rent-  
abilizáveis



utopia

hoje em dia ou à espera de novos mercados e oportunidades, oferece a possibilidade de manter “tapetes” para debaixo dos quais se poderá varrer o lixo produzido nas cidades industriais (aterros, depósitos de resíduos, etc.) e possibilita novas oportunidades de negócio com o desenvolvimento de nichos econômicos como os turismos, as indústrias do lazer, por aí fora.

Esta concentração urbana, a vida da cidade, se ainda possibilita algum anonimato individual e alguma diversidade social de grupo, muito dificilmente pode ainda ser considerada como uma dimensão cosmopolita e aberta, mas antes como placa giratória, como depósito temporário, como campo de fragmentação da vida quotidiana, não a “aldeia global” de sonhos anteriores mas cada vez mais um subúrbio totalizante que só pode dar origem a pesadelos.

Estes modos de vida urbano-industriais conduzem, no entanto, crescentemente a uma sociedade de desperdício (atomização dos núcleos de relação que

a organização racional de tempos, deslocações e resolução em comum de pequenos problemas quotidianos, impossibilidade de armazenamento de produtos em desuso ou de subprodutos e restos e da sua reutilização ou reciclagem, etc.), o que numa economia de mercado globalizada (e é este o sentido do actual estágio dos processos de globalização dominante) só pode levar a um aumento exponencial dos consumos, com tremendas taxas de desperdício e de subutilização numa parte do mundo, tantas vezes à custa dos recursos existentes e produzidos noutra parte, onde passam a faltar e de onde são saqueados para continuar a fornecer as regiões onde podem ser melhor rentabilizados no mercado.

Hoje em dia, esta predação de recursos atinge dimensões já patológicas, como a apropriação por parte da grande indústria química e biotecnológica de produtos tradicionais e, mesmo, de organismos vivos como certas plantas, patenteando os seus códigos genéticos e as suas aplicações! Não só se esbulham povos inteiros de algo que era, até aí, seu património comum, como se recriam alguns desses produtos para os voltar a impor no mercado, muitas vezes aos seus produtores e detentores originais, como é o caso espantoso dos alimentos transgénicos, que mais não é, afinal, que a tentativa paranóica de tudo transformar, especialmente a Natureza, em mercadoria controlada e lucrativa. A favor de um mundo-mercado mais controlado, padronizado e rentável; a favor, quero dizer, de quem domina esse mundo-mercado.

A verdade é que nunca se produziu tanto e, mesmo assim, as necessidades são cada vez maiores, nunca houve tanto crescimento de bem-estar e, mesmo assim, mais de metade da população mundial sobrevive no limiar da pobreza, nunca houve tanto desenvolvimento tecnológico e tanta racionalização da vida material e, mesmo assim, os ritmos de trabalho e os níveis de stress não param de aumentar. Longe vão as ilusões de um progresso propiciador de menos esforço e mais qualidade de vida, soam a falso os pregões da racionalidade económica e da eficiência dos factores de produção, desfazem-se no ar os cenários de um desenvolvimento justo e sustentado para toda a humanidade, adensam-se as nuvens ameaçadoras das crises permanentes, da irrupção de epidemias globais, de desconfortos crónicos, de futuros incertos. Continuamos por este caminho?

3. Aqui por Portugal, num comportamento típico de um capitalismo tardio e de atrelagem geográfica, parece ser esta a ideia dominante por parte do Estado e dos grupos de poder, com a exaltação da ideologia do crescimento contínuo e as políticas de concentração populacional e controle territorial.

Raro é o dia em que não se anuncia mais um grande investimento industrial, que geralmente não chega a passar do anúncio ou que raramente sobrevive ao esgotar dos subsídios de instalação e dos apoios comunitários. Raro é o dia em que não se apresenta mais um plano para o crescimento que a realidade se encarrega de desmentir meses mais tarde. Raro é o dia em que não sai mais uma medida legislativa de incentivo à concentração, ao grande investimento, ao acantonamento de gentes e de serviços, mais uma sigla ou uma moda de exaltação desta ideologia suicida de glorificação do mais do mesmo mas de preferência em grande.

A manifestação de algumas destas intenções chega a ser perigosamente caricata, pela perversão que lhe está intrínseca: quando se anuncia a construção da maior-central-solar-do-mundo no Alentejo e, ao mesmo, tempo, se põe em cima da mesa para-discussão-sem-preconceitos a hipótese de retoma da opção nuclear, está-se a pensar em quê? Ou seja, quando se coloca a questão da produção de energia em grandes quantidades apenas se está a discutir a maior ou menor “limpeza” do processo dessa produção, a sua utilização (e utilidade) não parece colocar qualquer questão às certezas instituídas por esta visão monolítica do mundo. Afinal, e levando esta visão às últimas consequências, podemos sempre encarar uma central nuclear como uma forma alternativa de produção de electricidade, alternativa ao encher as serras de ventoinhas, as planícies de painéis solares, as zonas costeiras de mecanismos de aproveitamento das ondas!

Para estes cultores do crescimento e do modelo urbano-industrial, os fins não se discutem e os meios são apenas objecto de avaliação contabilística (vá lá, a modernidade já os obriga a incluir nesta contabilidade o custo das emissões de gases com efeito de estufa). Pelos vistos, é-lhes completamente vazia



*a ideia de que a palavra “alternativa” tenha outro sentido que não seja o de “alternativas entre os meios de produção” a que podem recorrer para alcançar os seus objectivos.*

*Tudo isto coloca à evidência que o que está verdadeiramente em causa não pode ser apenas a procura das melhores soluções técnicas para os problemas ambientais, quais as tecnologias mais limpas ou mais sujas, quais as campanhas de propaganda e sensibilização para levar as criancinhas ao vidro-não-no-chão, quais os incentivos para os proprietários vigiarem as florestas, quais as compensações para as populações, coitadinhas, que são apanhadas dentro de áreas protegidas.*

*O que está em causa, e que parece ter-se perdido de vista numa qualquer curva do caminho, é a mudança de paradigma, é o combate à ideologia do crescimento permanente, é o desmantelar do modelo urbano-industrial hegemónico. São estas as bases do capitalismo de mercado global, são estas as causas últimas do desastre ecológico anunciado sobre as nossas cabeças e as cabeças dos nossos filhos.*

*E embora este caminho suicidário leve a um fim anunciado, não parece ser grande solução apenas esperar que o desastre se consuma, e que novos mundos se reergam das cinzas. Nesta corrida suicidária as classes dominantes tenderão sempre a crer na sua imunidade e capacidade de sobrevivência, pelo que, arrastados no desastre, não estaremos cá para bater palmas e remover o cadáver, teremos sido soterrados nas mesmas lamas, queimados no mesmo fogo.*

*Uma breve comparação, mesmo que superficial, entre as grandes lutas ambientais dos anos 70 (contra a opção nuclear ou a poluição do Alviela, como exemplos mais mediáticos) e as que se vão travando, e com maior urgência!, nos dias de hoje, como em relação à queima de resíduos perigosos nas cimenteiras ou de preservação de alguns espaços ainda menos saqueados, como o litoral alentejano, não deixar de trazer à evidência essa perda de perspectiva política que reduz o combate ecológico à dimensão mais rasteira de tingir de verde uma realidade cada vez mais carregada de cinzento. Algumas pistas ainda há, contudo, para desenvolver a reflexão e organizar a acção nesta frente de intervenção por um mundo melhor. Recorrendo à internet, pelo menos dois sítios mantêm uma discussão séria e informada sobre as questões ambientais, mesmo que não numa base libertária: o âmbito (<http://ambito.blogspot.com>) e o ondas – só os peixes mortos nadam com a corrente (<http://ondas3.blogs.sapo.pt>). As questões ambientais estão também muitas vezes presentes noutra sítio, e aqui já uma perspectiva libertária é assumida, no pimenta negra (<http://pimentanegra.blogspot.com>); são estas boas portas de entrada para possíveis caminhos de um mundo novo.*

*Mas só nós o poderemos alcançar.*

# Sites da Internet

## Ecologistas-Libertários e não só

52

**<http://ecolib.free.fr> Rezo Ecolo Libertaire (francês)**

«(...)Ecologia, autonomia, radicalidade, pensamento global, realocização, federalismo, não-violência activa constituem uma alternativa à crise de representatividade que sacodem as nossas democracias, permitem juntar as nossas lutas às dos países do Sul. (...) Propomos uma rede onde poderemos juntos definir as bases de uma refundação do pensamento ecologista radical e social; elaborar projectos em comum, numa palavra fazer o que se diz.(...)» É assim que se apresenta a Rede Ecologista Libertária.

O site inclui um «Manual de sabotagem e desvio dos painéis de publicidade» com um capítulo chamado «A fotocopiadora é uma arma subversiva» onde se dão conselhos para alterar os painéis, mudando os textos fazendo colagens. Aconselha que a acção seja feita preferencialmente de dia, com roupa de trabalho para evitar tornar-se suspeito. Também se dão conselhos de abate dos painéis.

**<http://www.greenanarchy.org> (inglês)** - Site do magazine Green Anarchy. Encontram-se artigos, editoriais e outros textos do magazine. Tem uma área de acções que contém resumos de acções directas que ocorrem pelo mundo. Tem uma ligação para os presos devido a acções.

**<http://www.greenanarchist.org> (inglês)** - Têm como lema «pela destruição da civilização». Pugnam por pequenas comunidades e pelo fim das grandes cidades. Pretendem construir uma economia alternativa verde e negra e apelam à destruição de bancos, multinacionais, dos exploradores.

**<http://www.greenanarchy.info> (inglês)** - Site criado para todos os que estão interessados no desmantelamento da matriz de civilização onde estamos entalados e acordar para o selvagem antes que seja tarde.

**<http://www.eco-action.org/ef/index.html> (inglês)**

- Site do Earth First! com ligações a vários grupos do Reino Unido. Podem encontrar-se nalguns grupos informações para destruir campos de plantas transgénicas.

**<http://acivilizados.atspace.com> (castelhano)** - Iniciativa anarquista verde e insurreccional.

**<http://www.primalwar.org> (inglês)** - Jornal anarco-primitivista insurreccional

**<http://www.social-ecology.org> (inglês)** - Instituto para a Ecologia Social, que tem Murray Bookchin como fundador e dinamizador.

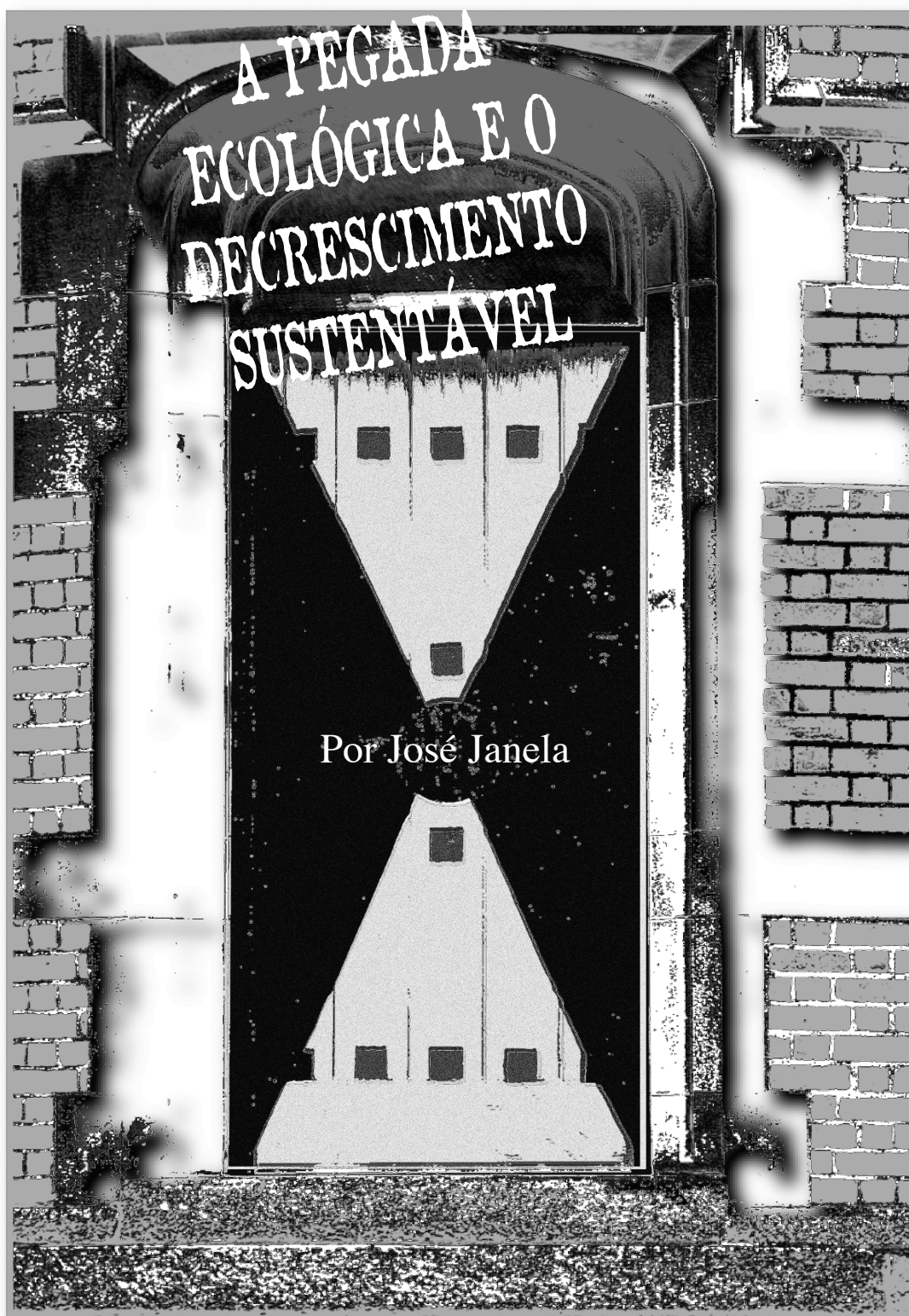
**<http://terraviva.weblog.com.pt> (português)** - Blog do Terra Viva. Define os seus princípios e métodos como sendo da Ecologia Social.

Mais três sítios que mantêm uma discussão séria e informada sobre as questões ambientais, mesmo que não numa base libertária:

**<http://ambio.blogspot.com>** o âmbito

**<http://ondas3.blogs.sapo.pt>** o ondas – só os peixes mortos nadam com a corrente.

**<http://pimentanegra.blogspot.com>**, pimenta negra, perspectiva libertária



*A espécie humana teve uma expansão tão grande e consome tantos recursos que põe em causa o próprio equilíbrio do planeta.*



A espécie humana teve uma expansão tão grande e consome tantos recursos que põe em causa o próprio equilíbrio do planeta. Uma das formas de medir o impacto é através da «pegada ecológica», que avalia a carga ecológica correspondente a uma actividade, uma população, a uma nação... por outras palavras, a superfície e os recursos necessários para manter um nível de vida constante e assegurar a eliminação de resíduos produzidos. Calcula-se em hectares, o que permite calcular as necessidades de uma nação, de uma pessoa... Quanto mais o nível de vida é elevado, mais a pegada (logo o consumo de recursos) é elevado. Também pode ser expressa em número de planetas, cada planeta representando a capacidade biológica da Terra num ano, segundo a WWF (1).

A pegada ecológica corresponde ao impacto de uma actividade sobre o ecossistema. Compara o consumo de recursos naturais renováveis e a capacidade biologicamente produtiva do planeta. As pessoas consomem recursos vindos do mundo inteiro, logo a sua pegada ecológica pode calcular-se pela soma dos espaços que ocupem, independentemente de onde se encontrem no planeta.

Se considerarmos a superfície total da Terra teríamos 8,5 ha por pessoa, contando com 6 mil milhões de pessoas. Mas desse total é necessário subtrair as terras improdutivas, podemos considerar que só 2 ha são utilizáveis sem pensar nas outras espécies que também necessitam de alimento. Poderemos então utilizar 1,5 ha por pessoa. A pegada ecológica mundial representa a fracção de biosfera produtora necessária para manter o fluxo de produção material da economia humana, no quadro de uma gestão e práticas de produção actuais. A pegada ecológica mundial ultrapassou a capacidade biológica da Terra para produzir recursos e para absorver resíduos em meados dos anos 1970, o que quer dizer que estamos já a sobre-consumir as reservas. Segundo a WWF, em 1999 atingiu-se um nível superior a 20% da capacidade biológica da Terra. Segundo a mesma organização, a pegada ecológica mundial continuará a aumentar até 2050 e passará de 20% superior à capacidade biológica da Terra para 80% a 120% acima, consoante o aumento populacional que houver.

Há variações da pegada ecológica de regiões para regiões: em média, um europeu necessita de 5 ha para manter o seu actual modo de vida. Se toda a gente consumisse como um europeu, seriam necessários mais dois planetas suplementares. Um norte-americano necessita do dobro de um europeu para manter o seu

nível de vida. Se todos os habitantes do planeta consumissem como um americano seriam necessários cinco planetas suplementares.

O consumo crescente de energia e a utilização desenfreada dos transportes rodoviários fazem parte do actual modo de vida dos chamados países desenvolvidos, levando à depredação de recursos e degradação do ambiente para construir novos eixos rodoviários.



A título de exemplo, em 1993, um relatório do Instituto Alemão Wuppertal mostrou que os diferentes ingredientes para o fabrico de um simples frasco de iogurte de morango acumulavam 3500 quilómetros de percurso antes de serem reunidos. Conhecem-se também histórias como a do aberrante périplo dos camarões dinamarqueses, levados pelos Pirinéus até Marrocos onde são descascados a baixo preço, e depois reenviados para a Dinamarca de onde partirão para os seus locais de consumo. Neste caso interessa aos empresários dinamarqueses que os salários em Marrocos continuem baixos para manterem os seus lucros.

As diferenças de pegadas ecológicas e de consumo de energia serão razões para a tentativa permanente de controlo do desenvolvimento material dos países do terceiro mundo, por parte de europeus e americanos. Para uns poderem continuar a usufruir do seu modo de vida, sem aumentar grandemente os riscos, outros terão que continuar sem poder ter padrões de vida semelhante...

### *Decrescimento sustentável*

Face à degradação exponencial do ambiente formularam-se definições do desenvolvimento sustentável (2). Há muitas definições possíveis de desenvolvimento sustentável, o relatório Brundtland, realizado em 1987 pela comissão mundial criada pela ONU admite seis diferentes, a mais simples diz que é «o que permite responder às necessidades das gerações actuais, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de responder às suas próprias necessidades». Tendo por base isto, Bruno Clémentin e Vincent Cheynet (3) dizem que o termo apropriado para os países ricos seria o de decrescimento sustentável. Os partidários do decrescimento sustentável defendem que a maioria dos actuais economistas, sejam liberais, marxistas ou malthusianos, ainda não saíram do pensamento do século XIX que considera a natureza inesgotável e que os seus modelos económicos são, portanto, idealizados e cortados da realidade.

O decrescimento opõe-se ao mesmo tempo à economia liberal e a uma certa acepção do conceito de desenvolvimento sustentável, pois este pode ser utilizado por certas empresas para continuar a produzir de forma nociva para o ambiente, dizendo que estão a trabalhar para reduzir esses malefícios.

Um planeta com recursos finitos não pode suportar o crescimento perpétuo do nível de consumo actual baseado na extracção dos stocks naturais, nem o crescimento populacional infinito. É preciso que alguns grandes consumidores aceitem baixar o seu nível de consumo de bens físicos e de energia. Há países que consomem enormes quantidades de recursos. Mas mesmo no interior de cada sociedade há grupos que consomem de uma forma inconsciente, sem haver equidade.

Constatamos que há preocupações por parte de alguns governos e da ONU, que promoveram a conferência de Estocolmo (1972), as cimeiras do Rio de Janeiro (1992) e de Joanesburgo (2002). Mas o compromisso de reduzir as emissões de dióxido de carbono (estabelecido na cimeira de Quioto), para contrariar o aquecimento global (resultante do chamado «efeito de estufa»), foi mandado às urtigas por George W. Bush em Março de 2001, pois disse que «os americanos não podem pôr em causa o seu formidável modo de vida».

Numa perspectiva libertária, Clément, do grupo Louise Michel, escreveu um texto (*Décroissance et anarchie*) onde identifica o problema: o sistema capitalista. O



problema do decrescimento não se resolve com um mais fraco consumo: não serve de nada comprar menos se as nossas reivindicações ficarem por aí - que interessa ter só um par de sapatos se estes foram fabricados no outro lado do mundo por crianças e os compramos nas grandes superfícies? Assim focalizar-se no consumo, sem questionar a produção (proveniência, quem fabrica, como e em que condições) não é verdadeiramente pôr em causa o modo de funcionamento capitalista (produção - distribuição - consumo). O decrescimento não tem apenas que ver com a redução dos consumos energéticos e de produção de resíduos mas também com o estabelecimento de novas relações produtor - consumidor (têm surgido iniciativas como o comércio justo, a valorização de produtos locais, biológicos, reciclados / recicláveis, etc.) e com a ruptura da lógica subjacente ao modelo capitalista de crescimento constante e auto-alimentado, que origina o consumismo. Será necessário criar, fazer emergir ou apostar em redes alternativas locais, de produção e de distribuição, que se inscrevam no quadro do decrescimento. É uma utopia, mas não é irrealizável.

A pegada ecológica  
e o decrescimento sustentável



utopia

### Notas

1- WWF: World Wild Fund for Nature, Fundo Mundial pela Natureza, é uma organização não governamental internacional de protecção da natureza, com sede na Suíça (tem cerca de 4,7 milhões de membros em 92 países), e financia projectos de salvaguarda das espécies e de protecção do ambiente.

2- Há que mencionar diferenças linguísticas, no inglês usa-se «sustainable development» mas em francês o termo mais aceite é «développement durable», pois argumenta-se que durável é diferente de sustentável, pois durabilidade seria mais coerente com as necessidades e os recursos globais da Terra a longo prazo, enquanto sustentável daria mais a ideia de uma pesquisa do limite até onde a Terra seria capaz de nos suportar sem danos...

3- La décroissance soutenable, Bruno CLÉMENTIN et Vincent CHEYNET. Silence, Écologie - Alternatives - Non-violence n° 280 e 281 (Fevereiro e Março 2002).



# Decrescimento e Anarquia

Clément \*

*De há algum tempo a esta parte que o conceito de «decrecimento» tem feito correr muita tinta... É ouvido em qualquer sítio e sob todas as formas, aqui incluído o dos anarquistas, relativamente aos quais o aparecimento da brochura de decrecimento parece ter criado uma certa dinâmica (1). Não está aqui em causa questionar a necessidade de decrescer: o balanço ecológico catastrófico da política capitalista fala por si próprio! A questão que eu queria salienta está em todas as bocas: o que quer dizer, concretamente, «colocar em prática» - aqui e agora - o decrecimento?*

A esta pergunta, ouvimos muitas vezes responder que é apenas suficiente consumir menos; faz-se mesmo o elogio da pobreza e da simplicidade voluntária. Bem. Se bem que pôr em causa a nossa forma de consumir é um primeiro passo, focalizarmos neste aspecto pode ter consequências muito nefastas na nossa compreensão do decrecimento!

Com efeito, todos podem ver as incríveis despesas de energia das nossas sociedades modernas (sobre-produção, dispêndio, sobre-embalagens, fim dos recursos naturais, etc.). Mas seremos obrigados a voltar à idade das cavernas para viver numa sociedade de decrecimento? A grande maioria das pessoas não aspira a viver com um mínimo de conforto? É isso condenável?

De facto, o problema do decrecimento não se resolve apenas com menos consumo: não serve para nada comprar menos se as nossas reivindicações ficarem por aí – qual o interesse de ter apenas um par de sapatos,

se estes sapatos foram fabricados no fim do mundo por crianças e se os compramos em grandes superfícies? É isto o decrecimento? Não de todo! Há todo um funcionamento económico e político por detrás... o verdadeiro problema do decrecimento é o capitalismo! Assim, colocar o alvo no consumo sem nos interrogarmos sobre a produção (a sua origem, quem a fabrica, como, em que condições, etc.) não será a forma mais verdadeira de pôr em causa o modo de funcionamento capitalista (produção – distribuição - consumo); isto significa aceitar uma necessidade (ou uma fatalidade) por detrás dele. A perversidade nociva deste sistema é de ter conseguido colocar em prática – através de contradições fantásticas – constrangimentos que asseguram a sua perenidade: ele apoia-se em actos de consumo de massa que tenta tornar necessários para a sobrevivência de cada um. Este consumo, seja ele o mais fraco que for, é também a melhor garantia de sobrevivência do sistema. De facto, bem poderemos gritar ao lobo, partir a cara a Medef e aos governantes; o sistema encontrará sempre a forma de se manter e de manter o seu cortejo de poluições, de misérias e de explorações de tal forma que a nossa influência no seu funcionamento não será alterada. Se não colocamos isto em causa, não apenas não pomos em causa o sistema, como além disso o mantemos, dando-lhe a possibilidade de se



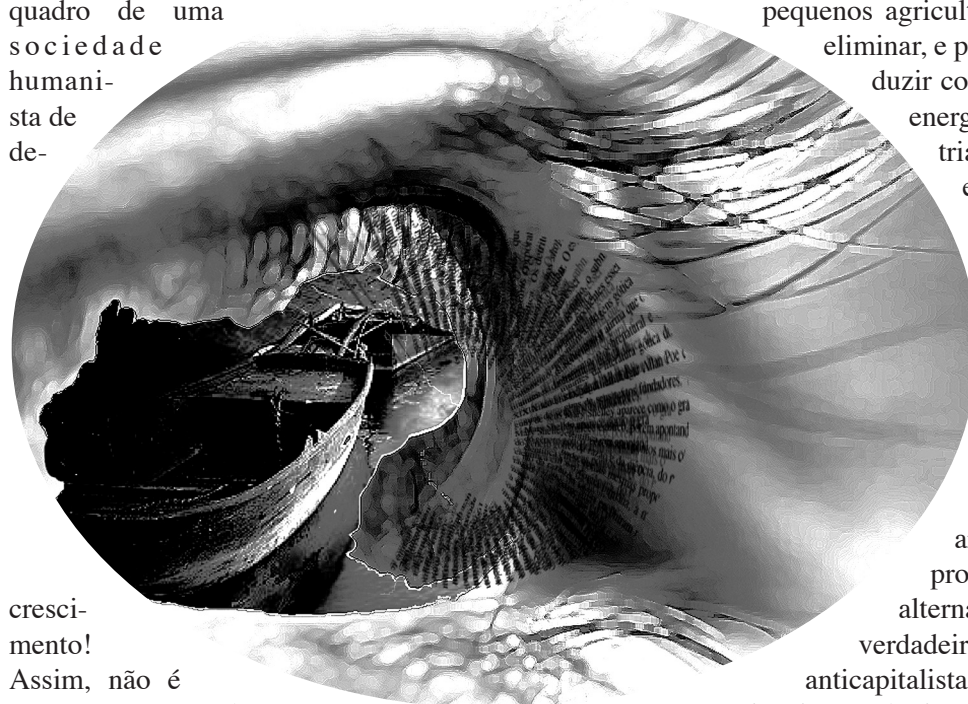
perpetuar!

Muito bem, dir-me-ão, mas então o que fazer?

Desejar viver numa sociedade de decrescimento, é desejar viver numa sociedade onde as pessoas definem elas próprias – livremente e sem constrangimentos – o que querem produzir, como, porquê, para quem, onde, etc... Definem localmente a forma como querem viver; são actores conscientes do sistema no qual participam. Esta forma de organização é, de facto, muito menos consumidora de energia: acaba a sobre-produção e o dispêndio! Menos transportes de mercadorias do outro lado do mundo! Tomada de decisões colectivas sobre a forma de produzir (aceitaremos então modos de produção muito poluentes?)!

Devemos pois ir mais além que os defensores mediáticos do decrescimento, colocando a tónica sobre o modo de organização anarquista como única forma de decrescer harmoniosamente, libertos do monstro capitalista! É preciso defender a ideia de que a organização libertária da sociedade é ecologicamente sã, economicamente viável e socialmente justa, e inscreve-se no

quadro de uma sociedade humanista de-



cresci-  
mento!

Assim, não é tanto a questão de parar de consumir, mas antes produzir e consumir melhor! É pois preciso, a partir de hoje, criar os meios – apesar dos obstáculos do sistema económico existente – para fazer funcionar concretamente uma sociedade libertária – sem a qual não temeremos o capitalismo e não praticaremos o decrescimento... Tomemos as nossas responsabilidades!

Insisto: o nosso projecto de sociedade é coerente

e realizável! É preciso criar, fazer emergir ou investir em redes alternativas locais, de produção e de distribuição, que se inscrevam completamente no quadro do decrescimento: queremos definir em conjunto o que queremos consumir e perspectivar como o produzir de acordo com os nossos princípios e tendo em conta as restrições ecológicas! Reapropriemo-nos das ferramentas e dos meios de produção para os fazermos responder às necessidades locais. (Se verdadeiras redes, autónomas e auto-suficiente, não existem no momento no verdadeiro sentido da palavra, não é uma razão para esperar: um euro dado aos sistemas alternativos ou um euro dado ao grande capital, não tem o mesmo valor político: votamos todos os dias no consumo!)

Existem já, por exemplo, associações que reúnem pequenas explorações agrícolas e de consumo próximas (estilo AMAP: associações para a manutenção da agricultura rural). Decidem em conjunto e de forma antecipada, modalidades de produção e de distribuição; os consumidores envolvem-se na compra da recolha e o produtor pode assim libertar-se das políticas agrícolas que o sufocam. Esta produção e este consumo locais

dão, por um lado, a possibilidade de sobreviver aos pequenos agricultores que o sistema previu eliminar, e permitem, por outro lado, reduzir consideravelmente o gasto de energia devido à produção industrial (e química), no transporte e no armazenamento. Subverte-se, assim, a grande distribuição e o sistema atacando-os onde fazem mal! Mais intermediários, apenas as pessoas que se organizam entre elas...

E este género de iniciativas pode imaginar-se e criar-se para todos os tipos de produção. Estes exemplos de alternativas podem tornar-se uma verdadeira resposta, financeiramente anticapitalistas sendo completamente viáveis e ecológicas; mas se não tomamos parte nelas, arriscam-se a ser apagadas pelo sistema. De facto, estas AMAP foram criadas sob princípios próximos de uma organização libertária, mas estão colocadas sob a autoridade da associação Alliance PEC (que não apresenta, claramente, afinidades particulares para os libertários), a qual, se não se tem cautela, poderia muito bem transformar estas iniciativas numa nova forma de consumo «bobo»! O mesmo se diz dos SEL e de todas as tentativas alternativas...

Para concluir, é não apenas necessário – mas não suficiente – fugir das grandes cadeias e da grande distribuição, mas é também imperativo tentar pôr em prática, a partir de hoje – na medida do possível – uma organização positiva da sociedade.... Temos de privilegiar a prática de uma organização libertária, mantendo e criando redes alternativas e locais, de produção e de distribuição, de reciclagem e de troca (assim como de lugares de convívio e de encontros abertos ao exterior – bibliotecas, cozinhas autogeridas, espaços de gratuidade, cursos, etc.). Sobretudo que estas redes funcionem e que consigam atrair pessoas para além do meio militante: a anarquia é demasiado bela para não seduzir!

Assim, porque a organização libertária da sociedade é invejável e ecologicamente sã – e porque é o único vector que permite, tanto ser geral, como de decrescimento – cabe-nos a nós demonstrar, com exemplo e prática, que uma sociedade baseada nestes princípios é possível. Seremos muito mais coerentes nas nossas lutas.

(\*) Grupo Louise Michel da Federação Anarquista Francófona

1. Jean-Pierre TERTRAIS, Du Développement à la Décroissance, édition du Monde Libertaire, 2004.

Tradução de Guadalupe Subtil

## ACTIVIDADES NA BOESG

Rua das Janelas Verdes 13 - 1º Esq  
Lisboa (Santos)

LANÇAMENTO DA UTOPIA N.º 21  
SEGUIDO DE DEBATE SOBRE ANARQUIA  
E ECOLOGIA

9 de Junho de 2006 (sexta-feira) 21h00

7º CICLO DE CINEMA LIBERTÁRIO

A CARNE É FRACA

Projectos por amor à vida (Brasil)

23 de Junho (sexta-feira) 20h.30m

O FUTURO DOS ALIMENTOS

24 de Junho (sábado) 20h 30m

A L' EPREUVE DU REEL

30 de Junho (sexta-feira) 20h 30m

LOOSE CHANGE 2nd EDITION

1 de Julho (sábado) 20h 30m

NUCLEAR

7 de Julho (sexta-feira) 20h 30m

QUE RAIO É QUE NÓS SABEMOS?

8 de Julho (sábado) 20h 30m

“DAR VIDA À BOESG”

Jantar ou Almoço para 14 ou

15 de Julho (data a confirmar)



# INCÊNDIOS SEM PALAVRAS

Prometiam-nos o Islão e o terrorismo, temos a questão social!

60



Charles Reeve

[Por volta de Novembro de 2005, três jovens amedrontados por um controlo policial tentam esconder-se num transformador eléctrico, em Clichy-sous-Bois, um subúrbio de trabalhadores pobres da região Parisiense. Dois morrem electrocutados e o terceiro fica gravemente queimado. Conhecendo a perigosidade dos lugares, os polícias não lhes prestam qualquer ajuda e apresentam-nos como conhecidos delinquentes comuns, o que se prova, mais tarde, ser falso. Estes factos provocam imediatamente manifestações seguidas de tumultos na cidade, os quais depressa se espalham a outros bairros da região Parisiense e depois por toda a França. Os tumultos duraram quase duas semanas e acalmam-se antes do governo decretar o estado de emergência. Estes acontecimentos têm lugar na sequência de comentários depreciativos e agressivos, do Ministro do Interior (a intenção de “limpar os bairros” e a referência “à ralé” para definir os jovens), comentários que aumentaram a tensão. A morte dos dois jovens foi o rastilho de pólvora.]

## *O ponto da situação*

As violências policiais e as revoltas nos bairros pobres não datam de hoje. Estes bairros, construídos nos anos cinquenta, para alojar o proletariado da grande indústria, verdadeiras cidades dormitórios de urbanização vertical horrenda, acompanharam as consequências sociais da crise económica, a desindustrialização e o crescimento do desemprego. Como consequência inevitável, encontramos concentradas nestes bairros, as populações trabalhadoras mais pobres, principalmente de origem imigrante, sendo frequentemente famílias que estão em França há duas ou três gerações (o avô de um dos jovens mortos na perseguição policial emigrou para França em 1938), por vezes, também, famílias que chegaram mais recentemente, com situações precárias ou, até mesmo, sem documentos. Muitos jovens têm a nacionalidade francesa embora possa não ser o caso dos seus pais. A

utopia

maioria dos trabalhadores é de origem magrebina, turca ou africana, sendo possível também encontrar nestes bairros, proletários pobres portugueses, de origem asiática, francesa ou outra. Os jovens, que constituem quase metade da população destes bairros, são os primeiros a ser tocados pelo desemprego. A taxa média de desemprego é da ordem dos 25% e em alguns sítios, como é o caso a Clichy-sous-Bois onde começou a revolta depois da morte dos dois jovens, ela pode atingir os 40%.

Nestes bairros pobres, a crise da escola pública toma formas extremas. As condições materiais existentes estão em constante degradação sendo os orçamentos muito reduzidos. E a maioria dos jovens está, naturalmente, em estado “de insucesso escolar”. O estado do ensino público não pode ser abordado de modo uniforme. Já não há uma Escola pública mas escolas públicas, de acordo com a riqueza ou a pobreza dos bairros. Depois do início da revolta, algumas vozes “razoáveis” propõem o restabelecimento dos créditos para os educadores que estavam autorizados a integrar os jovens dos bairros. É uma fantasia. Se é verdade que os créditos foram reduzidos para metade pelos últimos governos, estes educadores nunca tiveram um peso real. Ao contrário, o apoio escolar aos jovens com dificuldades foi progressivamente abando, lançando ainda mais rapidamente esses jovens para fora da escola num quadro de desemprego massivo, de economia “paralela” e de implosão familiar.

Nestes últimos anos, a pressão repressiva acentuou-se sobre os jovens. Para além disso, a presença policial é constante, mais violenta e mais agressiva, procurando humilhar e esmagar o indivíduo. E não só os jovens. Como recordava uma mulher, “Agora, quando levo o lixo à rua, presto atenção para ter os meus documentos de identidade comigo!” O quantitativo transformou o qualitativo, passamos para uma outra situação; a repressão muda de forma.

Sendo o direito um edifício ideológico essencial ao funcionamento do capitalismo, recordamos o que dizia Marx: que as formas de governo e de direito tendem a corresponder às formas de exploração. Uma exploração mais selvagem e violenta implica um direito mais duro e governos mais autoritários (1). Assim, a recente reforma do código penal permite uma multiplicação de perseguições e o aumento das penas. Os acontecimentos vieram confirmar que as alterações da lei tornaram o seu quadro mais vago e todo o acto pode ser delito de acordo com os lugares e as pessoas e, se não há delito, pode-se facilmente inventá-lo. As penas relativas à interdição de “ajuntamentos em escadarias dos edifícios” são um perfeito exemplo disso. Esta nova situação gerou um medo constante do controlo e da polícia, a própria ideia do poder é que os espaços que os jovens consideram ainda como seus, edifícios, bairros, já não devem sê-lo.

Consustancial ao sistema capitalista e à divisão social do trabalho, o racismo toma formas específicas em cada sociedade. Em França, é a história colonial e os conflitos resultantes da descolonização que o enformam. O lugar dos imigrantes na divisão social do trabalho, tem reforçado o racismo e tem, também, mascarado a crise social. Na medida em que o empobrecimento de uma parte do proletariado foi assimilado a um problema de imigração. Reciprocamente, o racismo remete, necessariamente, para a questão da colonização. O recente decreto que exige que se ensine nas escolas os “benefícios” da colonização foi entendido como uma verdadeira provocação. Os recentes incêndios, criminosos ou acidentais (consequência das condições em que se “estacionam” muitas pessoas), de hotéis de imigrantes, as sucessivas expulsões dos edifícios ocupados pelos trabalhadores imigrantes, tudo reforça a ideia de que “são sempre os mesmos que pagam”. Os jovens dos bairros periféricos têm o sentimento de fazer parte de uma população que, para além de supérflua, não conta, que é desprezada, que é tratada como “súcia”. Mas este “destino” surge-lhes como sendo indissociável da sua

origem de imigrante. O “racismo social” mistura o racismo propriamente dito com a própria natureza do sistema.

### *Uma impotência generalizada*

Esta revolta foi desenvolvida num contexto e atmosfera particulares. Nela encontramos expresso o sentimento de bloqueio e de impasse que atravessa a sociedade. Por exemplo, a rejeição eleitoral da Constituição europeia foi desprezada e considerada como “um erro” pelas organizações políticas dominantes. Os membros das associações, religiosas ou outras, que incitam os



jovens a intervir na vida municipal, ouvem invariavelmente responder “isso não serve para nada!” Uma demonstração organizada em Paris por associações que exigem “o fim das violências” e um maior investimento dos jovens na vida eleitoral teve um fracasso retumbante. Especialmente depois de 1995 qualquer greve e mobilização social ou sindical choca contra uma parede. Este impasse no terreno das lutas (movimento do ensino, mobilização contra a reforma do sistema das aposentações) é sentido fortemente nestes bairros proletários como em todos os outros lados. A impotência e a falta de perspectivas desta revolta são também, até agora, as do movimento social no seu todo.

A política de desinteresse do Estado pelos mecanismos de integração social está sujeita à crise capitalista. Como também a orientação liberal que se opõe à punção dos lucros privados e da riqueza burguesa. Os meios e, portanto, o espaço para a via das reformas, reduziram-se a nada. A resposta do governo deu-se, acima de tudo, no domínio da repressão. Aproveitou-se dela para melhor amordaçar qualquer mobilização social, proibindo este ou aquele ajuntamento classificados como ameaças à ordem pública. A decisão do primeiro-ministro de aplicar uma lei – votada pelos socialistas no tempo da guerra da Argélia – para aplicar o recolher obrigatório nos subúrbios preocupou até mesmo a imprensa conservadora (“Exaltação” intitulará Le Monde). Um jovem dirá a um jornalista: «Está claro, para eles seremos



sempre árabes!” Grosso modo, este estado de emergência, permitiu isolar os “bairros problemáticos”, ocupá-los pela polícia, aí fazer rugas com toda a arbitrariedade. De modo ideológico esta medida sublinha a identificação que deve ser feita entre “população perigosa” e “população dos subúrbios”, “população imigrante”. Há mais de vinte anos que a questão social não deixa de ser transformada numa cómoda questão de segurança (2). Reduzir a questão social a uma questão de segurança, justifica não mais gerir a exclusão dos trabalhadores imigrantes pelo social mas pelo repressivo.

Mas a conflituosidade da sociedade francesa, a ira profunda das classes exploradas e o frágil equilíbrio político provocam algumas vacilações do lado do poder. A classe política e os capitalistas não parecem estar prontos, no seu conjunto, para entrar numa orientação única, de criminalização da pobreza, que leve a uma divisão e a cercar os excluídos. O discurso “republicano” da igualdade formal de oportunidades sempre se fez mesmo que se saiba não corresponder à realidade social. Porque reconhecer o fracasso desta ideologia de integração seria equivalente a afirmar o fim do reformismo e o advento inelutável de uma sociedade de desemprego em massa. Também, a opção que repousa na única repressão levanta alguns problemas e contradições. Como, com efeito, fazer funcionar uma sociedade moderna com as cidades ocupadas militarmente? O recente exemplo de Perpignan (3) demonstrou esses limites. A economia de mercado ficou rapidamente sufocada pela ocupação policial da cidade, obrigando os comerciantes a exigirem o cancelamento da operação. Mais recentemente, a aplicação do recolher obrigatório nas cidades dormitórias também levantou problemas. Assim, a polícia, foi forçada a suavizar as medidas de controlo nos bairros dos subúrbios ao norte de Paris onde habitam os trabalhadores que fazem funcionar o aeroporto Roissy e que têm de se deslocar durante a noite.

### *Diferenças*

As actuais revoltas não têm uma relação imediata com as confrontações de gangs, ou com factos ligados à economia da droga ou pequenos delitos. Isto não significa que os bandos estejam ausentes dos confrontos, a pertença dos jovens a bandos pode, por vezes, determinar as formas das suas acções. Mas os negócios da “economia paralela” estiveram ausentes. Estes conceitos de “economia paralela” e de “economia da droga” não são, aliás, fundamentais para a compreensão da situação. Por um lado, porque eles são de natureza policial e introduzem uma moralização no debate, por outro lado, porque eles são dificilmente mensuráveis. A “economia paralela” é a forma dominante de sobrevivência nestes bairros pobres e a “economia da droga” não é mais do que um dos seus aspectos, assim como o trabalho ilegal. Assim sendo, a “economia da droga” baseia-se numa forte hierarquia e em poderes fortes e repressivos dentro dos bairros. Como se sabe pela experiência passada – e não só em França – a “economia da droga” desenvolve fortes ligações com a polícia, ligações que aceleram a implosão dos bairros. A longo prazo, os chefes desta economia colocar-se-ão, provavelmente, do lado da ordem, porque a ocupação policial dos bairros perturba os negócios. Dito de outra maneira, se a economia paralela (e a da droga) completa a panóplia da sobrevivência natural do trabalho precário nos subúrbios, ela não foi um factor determinante na explosão de ira, ou não, dos bairros.

Nós não assistimos a violências que seriam a resposta a actos violentos de cidadãos reaccionários ou excedidos contra os jovens. Salvo alguns “acidentes” isolados, não houve ajustes de contas nos bairros. Apesar da insistência mediática sobre “as violências urbanas”, o poder não mobilizou em seu benefício o desespero dos “honestos cidadãos”. Se o recolher obrigatório colocou todos os habitantes bairros visados na mesma situação, os meios pelos quais se exprime a ira provavelmente viram-se contra os revoltados, causando hostilidade e uma divisão adicional nos bairros. Num primeiro tempo, o poder político retirou benefícios disso, fabricando a “opinião pública”, a longo prazo espera recuperar desta desordem no terreno eleitoral.

Em França, a comunidade dos jovens proletários pobres não implodiu como nos E.U.A.; ela

não foi dividida olhando a critérios étnicos ou religiosos como aconteceu na GB. Ela reagiu sempre como uma comunidade de explorados, de excluídos. Estas revoltas foram, acima de tudo, as dos jovens pobres dos bairros operários e não só dos jovens “descendentes de imigrantes”. Nas regiões onde a pobreza toca uma parte importante da velha classe operária não imigrante, como é o caso do Norte, muitos dos interpelados eram “amotinadores sem clichés”, jovens “Branco” (4). Também não se observam separações “raciais” nos actos de revolta. Reside aqui uma diferença importante face às revoltas anteriores. Como as de Perpignan. Desta vez, trata-se, sobretudo, da revolta de uma “figura social”, o jovem pobre do subúrbio. Quando os jovens enfrentaram a polícia, eles expressaram um sentimento de solidariedade e uma reivindicação de respeito, uma rejeição do desprezo do Estado, que os vota ao desprezo das classes burguesas e garantidas face aos jovens proletários pobres. Os jovens revoltados reivindicam não serem tratados como “criminosos”. Eles não pararam de reclamar o pedido de “desculpas” ao poder político sobre as palavras que usaram para com eles e exigiram explicações sobre a morte dos dois jovens. Empenhado numa dinâmica repressiva, o poder político proibiu-se de ceder, de se desculpar da morte dos jovens e das mentiras oficiais mediáticas. Porque uma tal viragem legitimaria a revolta.

Podemos discutir se nos encontramos perante um movimento no sentido tradicional ou antes perante um movimento composto de actos que se reivindicam solidariamente, de uma atitude comum, oposta a condições de vida miseráveis, à repressão do Estado; movimento que exige justiça, rejeita uma condição insustentável a longo prazo. Os jovens dos bairros pobres periféricos reencontraram um sentimento de colectividade nestes motins. Estamos perante uma revolta nos bairros proletários pobres que se uniu em volta destes sentimentos, contra as forças policiais do Estado e os politiquieiros, as suas instituições, os seus símbolos; enfim, contra os capitalistas que beneficiam desta situação de miséria ao instalarem-se nas zonas pobres em troca da exoneração de impostos.

### *Os jovens e a escola separados pelo fogo*

Desde que estes bairros assistem à explosão de revoltas e motins é a primeira vez que os muito jovens

se encontram massivamente implicados. Das cerca de 4 400 pessoas colocadas sob custódia policial perto de 600 foram condenadas, quase 600 menores foram apresentados aos juizes, dos quais 118 foram encarcerados. No total mais de meio milhão de menores foram apresentados perante um juiz. A questão da ausência das raparigas jovens nestas revoltas, levanta algumas questões, reveladoras das condições de sobrevivência nestes bairros. As raparigas são, em geral, pouco visíveis na vida de rua e nos bandos; ainda menos à noite. A sua relação com a escola é, também, diferente da dos rapazes. Para elas, a escola permanece a única possibilidade de sair dos bairros e, apesar de grandes dificuldades, elas conseguem encontrar trabalho mais facilmente do que os rapazes. Elas são também mais “protegidas” pelos seus “irmãos mais velhos”, no bom e mau sentido da palavra, porque se trata muitas vezes de opressão. É preciso assinalar que há uma resistência crescente das raparigas a este controlo, muitas vezes, com consequências trágicas para as suas vidas. Todos estes aspectos têm a marca dos valores religiosos, frequentemente muçulmanos, cristãos às vezes, por exemplo nas comunidades dos trabalhadores portugueses, de Martinica, cabo-verdianos ou de Guadalupe. As separações de sexos não foram ultrapassadas, foram até mesmo reforçadas pelo carácter físico dos confrontos. Sem dúvida um sinal dos limites das revoltas e do seu isolamento. Assim sendo, a ausência das raparigas não significa que elas não se tenham sentido envolvidas na revolta e pelas suas causas. De facto, elas estiveram muito presentes nas várias demonstrações de apoio aos jovens aprisionados e diante dos tribunais.

A juventude dos revoltados estabelece uma ligação directa com os ataques sofridos por várias escolas, assaltadas e incendiadas. É claro que se se põe o acento voluntariamente sobre a destruição das escolas, é muitas vezes para silenciar os ataques às esquadras da polícia, centros de impostos e empresas que recusam empregar os jovens dos bairros. No que se refere às escolas destruídas, mesmo

um burocrata do sindicato dos professores é capaz de descobrir esta ligação: “Estes actos são um símbolo. Acreditamos muito na escola, consideramos ser como um elevador social. Queimá-la, é dizer que ela não funciona. Viramo-nos contra ela porque nos desapontou” (5). Se as escolas são incendiadas, é, também, porque a sua função social é fazer a primeira triagem da futura divisão social do trabalho. Deste ponto de vista, a escola funciona sempre bem. A prova: a idade média com que os jovens das cidades deixam a escola para errarem de pequenos em pequenos trabalhos. Um recente relatório parlamentar sobre a “prevenção da delinquência” apregoa a criação de um sistema de detecção de sinais de delinquência a partir da creche (6). Mais do que uma ruptura, é preciso ver nesta proposta uma adaptação da escola pública à situação actual, ao futuro.

### *Os religiosos fora de jogo*

Nestas revoltas, o argumento da manipulação religiosa cai por terra. Ao contrário, as questões sociais ficaram acima da sujeição religiosa. Em pleno período do Ramadão e contra as próprias expectativas do poder, os religiosos foram ultrapassados, o Reitor da Mesquita de Paris foi maltratado em Clichy logo depois da morte dos dois jovens,

e os barbudos que procuraram colocar-se entre a polícia e os jovens não conseguiram fazer nada. A granada lançada à mesquita de Clichy, a maior provocação policial, não pôde ser aproveitada pelos religiosos. Pior, os religiosos, as suas associações, estavam entre os primeiros para aceitar a ideia de criação de “milícias de protecção”, organizando mesmo, por locais, “patrulhas da noite” para tentar acalmar os jovens. Uma das Associações islâmicas mais importantes de França (a OUIF) caiu no ridículo ao lançar um fatwa que condenava a violência. Em vão, evidentemente! Um responsável islâmico queixa-se a um jornalista, “Estes jovens são “apanhados”, têm uma



ligação muito ténue com a religião. Quando alguém lhes diz Salam aleykum, eles respondem boa noite.» (7). Poder-se-ia inversamente apostar que, ao Bonjour (bom dia) do jornalista eles responderiam, Salam aleykum! Dito de outra forma, nos jovens as referências religiosas funcionam muitas vezes como marcas de referência colectiva, como uma identidade de oposição.

O húmus sobre o qual a religião se desenvolve é o da continuação do desastre e da exclusão. Ora esta revolta exprimiu a rejeição desta situação,



teria querido parar o desastre e esta exclusão. Isto não quer dizer que o religioso esteja acabado. O religioso é “soco recôndito” do identitário que preenche a ausência de colectividade centrada na questão social. Então, os religiosos esperam o fim da agitação para recuperar os desiludidos e os magoados. O seu papel permanece essencial para a ordem e podemos imaginar que os ideólogos do poder reverão o lugar a dar às instituições religiosas na manutenção do controlo social.

### *Quando a questão social se exprime na recusa*

Estas revoltas puseram evidenciaram a miséria, a desigualdade e a injustiça de classe, numa palavra, elas ressaltaram o desastre social geral. No discurso dos participantes – e tanto quanto lhes foi dada a palavra nos média – as questões sociais tomaram a dianteira sobre os problemas dos imigrantes, sobre os problemas de “raça”, pudicamente chamados “étnicos”. Já não foi mais a questão dos subúrbios que se colocou, mas a da actual lógica da sociedade.

Entre os jovens que foram presos, muitos deles têm pequenos empregos, precários, marginais, desqualificados. A imagem de uma “população” que estaria completamente à margem do mundo de trabalho é falsa. Como muitos dos habitantes destes bairros, eles fazem parte do mundo do trabalho, um dia são assalariados, no outro são desempregados. De facto, os protagonistas destas revoltas dão uma fotografia, em negativo, do estado da antiga classe operária. Por um lado, eles gostariam de fazer parte dela. Por outro lado, a imagem que lhes é deixada pelos seus pais é a de um sacrifício no altar do lucro, motivando neles uma forte rejeição do mundo do trabalho e do salariedade. É neste sentido que se pode dizer que há uma rejeição da integração, integração percebida como a aceitação do mundo tal como ele é, tal como ele vai. “A cultura ocidental só se mantém através do desejo do resto do mundo de a alcançar. Quando aparece o menor sinal de recusa, a menor retracção de desejo, não somente ela perde toda a superioridade, mas perde toda a sedução aos seus próprios olhos. Ora, é justamente tudo o que ela tem para “oferecer” de melhor - os carros, as escolas, os centros comerciais - que é incendiado e assaltado. Os Jardins de Infância! Exactamente tudo aquilo pelo qual se gostaria de os integrar, as prés!... (8). Podemos encarar este movimento de revolta como uma resposta violenta, sem palavras, à queda do velho movimento operário e das suas instituições, ao estado de derrota da classe operária. Estes jovens proletários estão condenados à vida, excluídos do salariedade clássico, com estatuto permanente, os sindicatos e partidos de esquerda já não existem nestes bairros, já não representam nada.

### *Esclarecimentos, limites e impasses*

A revolta dos excluídos do nosso tempo não pode tomar as vias da luta colectiva do passado, a dos sindicatos e dos partidos, ainda menos a via eleitoral. Esta população proletária marginalizada das sociedades contemporâneas não se reconhece nos esquemas políticos antigos, forjados durante os anos do desenvolvimento capitalista, num espaço reformista. Os limites, a impotência e a ausência de perspectivas destas revoltas são, até agora, os do movimento social no seu todo. Esta revolta coloca-os em evidência a partir do que não é mais tolerável. Também não é menos importante que traga em si um impasse. Pela sua própria natureza, encontra uma dificuldade em se generalizar porque não tem a capacidade de bloquear a reprodução da sociedade.

Muitos comentadores descobriram, nesta revolta, uma poderosa força potencial. A compreensão crítica de um movimento de contestação social, mesmo limitado como este, procura sempre referências, filiações, sente a necessidade de se reapropriar das “idades de ouro”. Assim, e no que respeita às referências a 68, salientou-se que a grande diferença está na ausência da utopia social. Poderíamos mesmo acrescentar a ausência de mudança de um movimento de generalização a outros sectores da sociedade, o que foi, em 1968, a greve geral selvagem. Em Maio de 68, houve uma passagem (a transmissão da raiva), dos estudantes aos trabalhadores, os quais, podiam bloquear a sociedade. Dado o estado das relações de classe na sociedade, o estado de combatividade dos assalariados, esta passagem parece, actualmente, mais que improvável, tornando os limites

destas revoltas muito mais muito mais evidentes.

Estas revoltas e motins aclaram, também, a crise da política burguesa, a identidade das visões de esquerda e de direita. Com nuances, que são da ordem do método, o uso das associações e dos “educadores” como bombeiros dos bairros, o retorno a uma polícia mais “doce”, dita “polícia de proximidade”. Projecto que parece, hoje, impossível de aplicar. No que se refere à reivindicação de um outro futuro, de redução do desemprego e do fim da precariedade, a esquerda não tem nada a propor, permanece prisioneira das exigências capitalistas. A própria aplicação do recolher obrigatório foi apoiada pelo PS em nome do necessário “retorno à lei e à ordem”, exigiu apenas a sua aplicação “limitada no tempo”, votando timidamente contra o seu prolongamento para além de três meses. Por seu lado, o partido comunista procura valorizar uma última cartada que poderá desempenhar no quadro do sistema. Alguns dos seus presidentes de câmaras, que dirigem a maioria destas pobres cidades dos subúrbios, são os últimos fracos interlocutores do sistema político face aos jovens (9).

Estes acontecimentos sublinham as dificuldades do tratamento repressivo da sobrepopulação operária das sociedades que têm uma cultura histórica particular. Apesar da sua marginalidade e exclusão, estes jovens continuam marcados pela história da sociedade francesa, como o demonstra a utilização reivindicativa dos valores de “igualdade” e “justiça”. Mas classificar as revoltas como “um movimento muito francês” (10) é excessivo. Muito mais como um movimento de excluídos que reivindicam, de forma revoltada, os valores ancorados na sociedade francesa. Que fundaram a ideologia da democracia formal e do reformismo do passado, que podem, também, ser conduzidos por desejos igualitários. Daí o impacto destes acontecimentos nas classes dirigentes dos outros países europeus. Foi um segundo choque, após o “não” francês à Constituição Europeia.

### *As questões da revolta*

Os valores expressos por esta revolta serão, no essencial, o reflexo dos valores bárbaros do sistema? Os da violência da exclusão, que muitas vezes encontramos nos bandos e gangs de bairro? É verdade que estes jovens disseram Não, mas eles não disseram Sim a nada de preciso. Dado isto, há neste movimento, valores que não são os do sistema. Não poderemos ver, nesta forte reivindicação de respeito, do fim da humilhação, da abolição de formas de racismo utilizadas na exploração, do sentimento de injustiça

social e desejo de igualdade, as marcas de uma exigência, de um desejo de uma sociedade diferente? Houve também a rejeição do desprezo de classe e da mentira, o olhar político sobre a sua própria situação, em resumo, uma solidariedade. Nos bairros ela manifestou-se, entre os habitantes,



acima de tudo na sua oposição à repressão, à humilhação, à mentira e ao desprezo. E, é um facto, o apelo à denúncia, por parte da polícia, não teve efeito. Certamente, estas atitudes não se libertaram dos constrangimentos próprios de qualquer comunidade... Inversamente, podemos salientar que a adesão massiva às amotinações já não se verificou. O estado de emergência foi, em suma, aceite sem muitas demonstrações de descontentamento. Mas a compreensão de uma situação não traduz, necessariamente, um acordo com os meios usados. Enfim, os revoltados tinham a consciência de lutar contra o Estado? De qualquer forma, eles exprimiram a sua raiva e oposição contra as instituições do Estado que conhecem no quotidiano: a polícia, a escola, os serviços sociais. Por outro lado, foi a repressão do Estado que unificou a revolta, no tempo e no espaço.

A revolta dos jovens interessa, especialmente, pela crise que abre, não tanto pelo que ela foi. Porque, e está bem ali a sua essência trágica, não há nada na condição destes jovens que possa ser portadora de futuro, de superação da sua miséria. Sós, eles estão condenados a afirmarem-se apenas pela negativa face ao sistema. Ou seja, o verdadeiro problema colocado pela sua revolta e motins, é o seu isolamento da sociedade e, sobretudo, dos outros sectores explorados. Sabíamos que a resignação e a passividade são as características dominantes do nosso tempo. Os jovens vi-eram recordá-las e salientá-las.

A revolta não é, em si, um valor de emancipação. Sabemo-lo, na história ela serviu para alimentar formas políticas fascistas! Mas, lá também, a comparação cai por terra. Porque o fascismo possível dos nossos dias – que fica por definir assim como qualquer forma de reformismo – não fez destes jovens senão proletários pobres e excluídos. Resta a palavra de um jovem ao jornalista, carregada de sentido, “Não temos ódio, temos revolta! (11). Ora enquanto houver revolta, há esperança. E sem revolta não há subversão possível. Este possível depende das circunstâncias históricas, da situação geral.

(1) «Comment ce monde va?», *Oiseau-tempête*, n.º 12, été 2005

(2) *Oiseau-tempête*, n.º 10, 11 et 12.

(3) *Em Perpignan, no Verão de 2005, duas comunidades pobres, a dos magrebinos e a dos ciganos enfrentaram-se e daí resultou a morte de um jovem de origem marroquina por um jovem cigano. As brigas entre as duas comunidades duraram alguns dias, sob manipulação política da Câmara (a população cigana era um eleitorado cativo da Câmara desde há anos), obrigando à ocupação policial da cidade durante semanas.*

(4) *Libération*, 18 novembre 2005.

(5) *Metro*, 8 novembre.

(6) *Le Monde*, 9 novembre.

(7) *Le Monde*, 8 novembre 2005.

(8) «Nique ta mère!», *Jean Baudrillard, Libération*, 18 novembre 2005.

(9) *Nos bairros e cidades onde a presença da classe média moderna se impõe, as Câmaras comunistas alinham, de boa vontade, na política de segurança dominante, procedendo a expulsões e à marginalização dos imigrantes sem papéis. Foi muito recente o caso em Montreuil.*

(10) *Olivier Todd, Libération*, 21 novembre 2005.

(11) *Le Monde*, 7 novembre 2005.

**[Este texto foi discutido e enriquecido durante discussões colectivas no seio da revista *Oiseau-tempête*. Durante estas, as divergências surgiram no seio do colectivo, vários apoiando este texto, outros exprimindo pelo contrário «pontos de desacordo». Será publicado no número 13 da revista, a sair nos finais de Janeiro de 2006, com outros textos sobre as revoltas nos subúrbios]**

(Oiseau-tempête, 21 ter, rue Voltaire, 75011 Paris

<http://oiseautempete.internetdown.org>) - 15 Dezembro de 2005

Tradução de Ilídio Santos e José Janela



# França: as lutas contra a precariedade

Daniel\*

A

16 de Janeiro de 2006, o primeiro-ministro Villepin anuncia a criação de um novo contrato de trabalho, o Contrat Première Embauche (CPE). Este contrato destina-se aos jovens nos quais o desemprego atinge por vezes 40% em alguns bairros, um dos mais importantes da Europa. Este contrato permitia a um patrão, durante 24 meses, despedir o assalariado sem

justificar a razão. É uma novidade no direito do trabalho em França: isto instauraria também uma diferença de direitos entre jovens com menos de 26 anos e os outros. O CPE permite também a um empregador romper o contrato e propor um outro contrato idêntico a uma mesma pessoa, o que faria perdurar a precariedade do posto de trabalho. Para além da dificuldade para os jovens em encontrarem uma casa com este tipo de contrato incerto, o CPE vem instaurar uma nova competição entre trabalhadores que têm contratos clássicos, muitas vezes melhor protegidos, e os jovens com o CPE. De forma global, este contrato é uma nova tentativa de generalizar a precariedade,



de a inscrever no direito do trabalho, sem olhar às dificuldades dos jovens. O CPE faz parte de um conjunto de medidas do governo contido na “Lei sobre a igualdade de oportunidades” como a redução da idade de escolaridade (14 anos) o trabalho nocturno a partir dos 15 anos!

Alguns dias depois do anúncio do CPE, a contestação tem início, tímida. São os estudantes da cidade de Rennes que serão os primeiros a entrar no conflito. O movimento desenvolve-se enquanto que as organizações sindicais se consultam. No entanto, o governo faz adoptar o CPE devido à sua maioria parlamentar a 10 de Fevereiro de 2006. Inúmeras faculdades são então ocupadas. A 7 de Março, um dia de acções mobiliza perto de um milhão de pes-

soas, estudantes e trabalhadores. A 9 de Março, a Câmara dos Deputados valida definitivamente o CPE, enquanto que a raiva se desenvolve por todo o lado. As greves multiplicam-se no sector da educação, em apoio aos estudantes, e os liceus são ocupados por todo o país. Manifestações espontâneas têm lugar em todo o lado. Por vezes, os incidentes desencadeiam-se como resposta à incapacidade do Governo para rever a sua posição, ou para responder aos comandos da extrema-direita que tentam “libertar as Facs dos gauchistas” recorrendo a armas. Depois a 18 de Março, mais de um milhão de pessoas desfila em França, 60 faculdades (há 85 em França) são ocupadas e fechadas. A 23 de Março, 400 000 estudantes manifestam-se, com violentos confrontos, sobretudo em Paris. A 28 de Março, mais de dois milhões de pessoas desfilam em 150 cidades. Nos cortejos de opositores, os estudantes vão à frente, seguidos por manifestantes mobilizados pelos sindicatos. A opinião pública pronuncia-se em sondagens, sendo 68% contra o CPE. A 29 de Março, um conselho, cuja função é verificar se as leis estão conformes a constituição da república, pronuncia-se a favor do CPE. O presidente Chirac, num discurso televisivo, declara que vai assinar a lei, não encarando a possibilidade de a corrigir. Mas os estudantes e as organizações sindicais reivindicam sempre a retirada da lei sem qualquer condição. A 4 de Abril, três milhões



de pessoas manifestam-se no país. Alguns dias mais tarde, o governo cede. Anuncia que vais retirar o CPE. Mas o conjunto das outras medidas da “Lei sobre a igualdade de oportunidades” é mantido.

O fim de um período de fracassos.

Este movimento segue-se a uma contestação social que parece acelerar-se em França. A 4 de Outubro de 2005, greves e manifestações têm lugar contra a precaridade e pela manutenção de serviços públicos. Depois, algumas semanas mais tarde, os jovens das periferias deixam explodir a sua

cólera e o seu desespero confrontando as autoridades até na rua. E agora, são os estudantes que envolvem com eles os assalariados.

Os estudantes são emoldurados pelas organizações de esquerda, sindicatos pouco desenvolvidos, salvo em tempo de crise social. A desconfiança dos jovens para com as organizações políticas e sindicais é real, e será aliás um problema enorme para permitir a união entre o mundo do trabalho

e o da juventude. Eles criaram uma Coordenação, menos mediática, mas mais radical; esta reúne-se uma vez por semana numa cidade diferente, pratica a rotação dos representantes, não tem líder, apela ao bloqueio dos transportes e procura a greve geral. Os estudantes, que estão em conflito desde o início do mês de Fevereiro, por vezes aprendem rápido. Praticam as assembleias gerais, organizam manifestações diversas, assaltam locais do partido do Governo (direita, UMP), invadem as estações e os aeroportos, ocupam as estradas e afirmam que o combate não é contra o CPE mas contra a precaridade em geral e, por vezes, afirmam-se solidários com os jovens das periferias que foram presos em Novembro. A sua imaginação para contestar o poder é grande, os seus meios directos, a sua determinação enorme! Gradualmente as suas consciências políticas afirmam-se e os discursos radicalizam-se muitas vezes.

### *Os sindicatos de assalariados*

Uma frente unida de 12 organizações sindicais avançou. Reunindo assalariados e estudantes, estas organizações avançam com um ob-

jectivo: a retirada do CPE. Esta reivindicação central será a força do movimento mas também o seu fracasso.

Porque, enquanto que o conjunto da “Lei sobre a igualdade de oportunidades” é uma série de injustiças sociais, apenas o CPE é visado. Apesar do descontentamento, das manifestações massivas... as organizações mais importantes (a CGT e a CFDT) recusam a apelar à greve geral.

Elas contentar-se-ão em depor os pré avisos de greve... de um dia! O que leva ao risco da desmobilização e deixar os estudantes sós, face à inflexibilidade do governo. Mas estas organizações, na maioria, são “parceiros sociais” e o seu protesto

advém sobretudo do facto de o governo não os ter consultado em relação ao CPE... A base dos sindicatos, na sua maioria, não parecia favorável a uma prova de força radical.

### *O que ficará do movimento social contra o CPE?*

A 13 de Abril de 2006, continuam ainda algumas faculdades ocupadas ou fechadas, os estudantes estimam que não foram compreendidos sobre a questão do CPE, enquanto que é o fim da “Lei sobre a igualdade de oportunidades” o que é exigido. No entanto um rápido balanço pode ser feito.

Este episódio de luta social em França vai com certeza deixar uma geração de jovens politizados. Cremos nos jovens preocupados com o seu visual, com a sociedade de consumo e os jogos electrónicos ou Internet.... e eis que a sua coragem e a sua radicalidade superam as dos seus pais! Práticas colectivas, de acção directa foram empregues. A organização e os debates através de assembleias-gerais foram sistemáticos.



Mas o seu apolitismo, reivindicado, foi também o seu fracasso para estabelecer um reencontro franco com o mundo do trabalho (os seus pais) e os jovens proletários das periferias.

A reivindicação da juventude, à partida reformista, poderia talvez podido transbordar se os sindicatos de estudantes e de assalariados não tivessem emoldurado o movimento social, que se



deixou emoldurar. Mas também, se os estudantes tivessem estabelecido relações regulares com os outros estabelecimentos em luta na sua cidade ou na sua região. As universidades e os liceus organizavam sozinhos as suas lutas, excepto nas jornadas nacionais de manifestações.

Concluindo, a questão da organização da luta social contra o capitalismo deve colocar-se, se queremos superar as centrais sindicais reformistas e a falta de experiência dos revoltados. Face aos protestos massivos e populares, a compreensão de que a precariedade toca a todos e que deve ser combatida é largamente partilhada.

### *E os anarquistas?*

O movimento anarquista foi ultrapassado pelo movimento, quer num plano prático, quer num plano político. Chocado (existem seis organizações anarquistas em França e duas CNT!) acompanhou a luta nela participando o mais possível. Mas que impacto podem ter algumas centenas de militantes quando 3 milhões de pessoas se manifestam em França? A greve geral, no entanto proposta aos estudantes e aos trabalhadores será a única reivindicação central dos libertários, que ficaram marginalizados.



No entanto, uma parte importante desta juventude em luta está atenta a concepções não reformistas. O carácter reformista do movimento permitiu também que militantes de esquerda tomassem posição, orientando a contestação para a via parlamentar: em 2007, as eleições presidenciais terão lugar.

Este formidável movimento foi um golpe potente, inesperado e saído das brumas da apatia social. Ele demonstra que as práticas autogestionárias, a democracia directa, a radicalidade, a crítica do capitalismo e da precariedade, a tomada de consciência social e política... surgissem por vezes de forma surpreendente. Não devemos pois desesperar face a uma aparente falta de interesse da juventude pelas questões sociais. Ele demonstra também que os anarquistas têm de fazer sérios esforços para que as suas concepções e as suas práticas anticapitalistas e libertárias, sejam compreendidas e aplicadas por aqueles e aquelas que estão na luta social e que não as esperam para se porem em movimento.

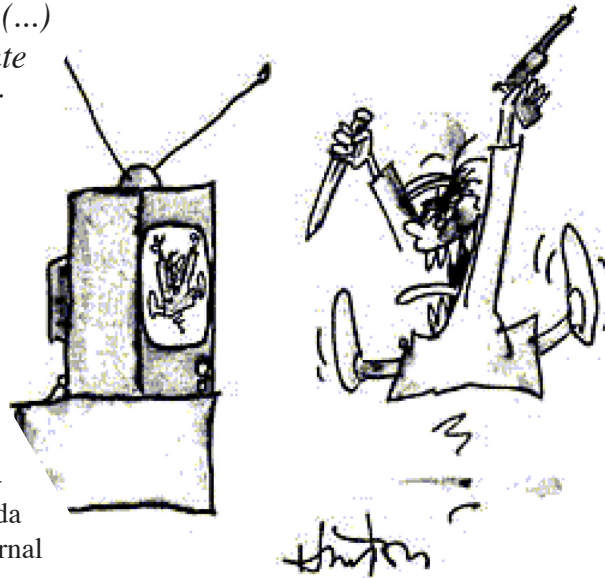
(\*) *militante da Federação Anarquista Francófona*

13 de Abril de 2006

Tradução de Guadalupe Subtil

Mário Rui

« Há muitas maneiras de falar de televisão. Mas, numa perspectiva de negócio, temos de ser realistas: na prática, a função da TF1 é de ajudar a Coca'Cola, por exemplo, a vender o seu produto. Ora para que uma mensagem publicitária seja apreendida, é preciso que o cérebro do telespectador esteja disponível. As nossas emissões têm por objectivo torná-lo disponível entre duas mensagens, isto é, diverti-lo, reláxa-lo, para o preparar. O que nós vendemos à Coca'Cola é tempo de cérebro humano disponível. Nada é mais difícil de obter que esta disponibilidade. (...) É preciso procurar permanentemente os programas que funcionam, seguir as modas, surfar nas tendências, num contexto em que a informação se acelera, se multiplica e se banaliza».



Quem se exprime assim, com o maior à-vontade e sem complexos éticos, é Patrick Le Lay, Presidente da TF1, canal estatal francês de televisão, numa entrevista publicada no livro *Les Dirigeants face au Changement* (Éditions du Huitième Jour) e reproduzida em *Drapeau Noir*, n.º 27, Setembro 2004, jornal do grupo Proudhon da FA francesa.

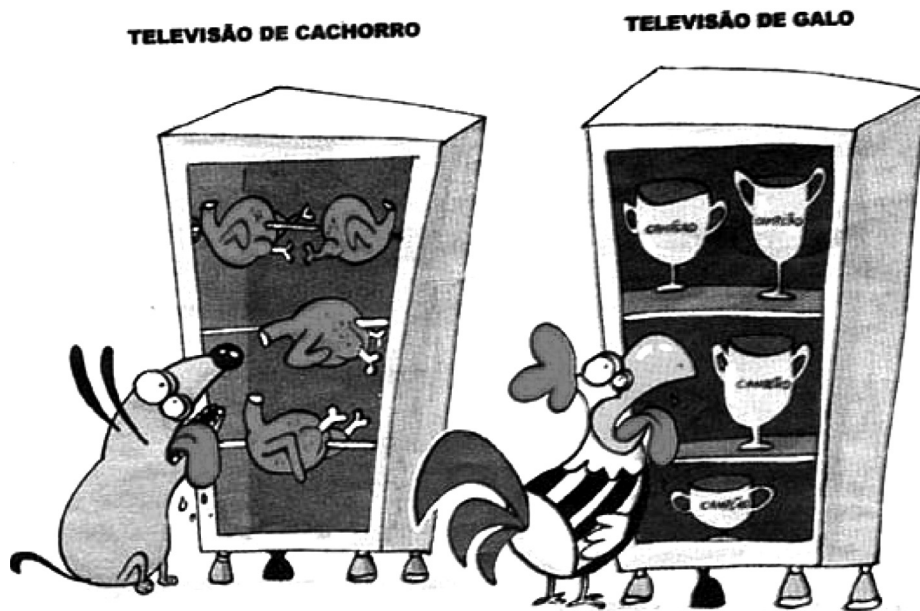
Não há que ter ilusões. Para a classe dominante, como o provam estas declarações, a televisão não é um veículo cultural ou de difusão de informação, antes um objecto que serve uma determinada estratégia do poder político-económico. E, cada vez mais, este poder assume-se como muito mais económico do que político. Numa sociedade em que as forças dominantes apelam ao consumo e ao “desenvolvimento sustentável” como solução para ultrapassar a crise económica, quando o capitalismo atravessa uma fase de sobrevivência consumista, assume-se assim, de forma descomplexada, que vivemos numa sociedade em que o mundo dos negócios exerce uma grande influência. Dizem as sempre tão discutíveis estatísticas que, nos países da OCDE, um dólar sobre seis injectados na economia destina-se a publicidade ou marketing. A ser verdade esta situação, trata-se de uma forma clara de criar necessidades artificiais, de manipular os desejos e as vontades, de controlar a maneira como as pessoas pensam e olham as coisas.

Nos últimos anos têm-se

acentuado as críticas à deterioração da qualidade das programações televisivas, à volatilidade da informação tornada espectáculo, à promiscuidade e subserviência com o poder e as classes dominantes. De uma forma propositada e intencional, a informação cada vez mais é confundida com a televisão realidade. Filmar a vida quotidiana de pessoas anónimas confrontadas com uma situação anormal, dramática ou apenas extraordinária. Elevar ao estatuto de “estrelato”, de figura pública, todo e qualquer um, nem que seja apenas pelo tempo de duração do respectivo programa. É a banalização de toda uma cultura pimba em que ao cidadão não se pede para pensar. Aliás, evita-se esta situação a todo o custo. No entanto, numa perspectiva anarquista, a questão fulcral vai muito para além disto e a nossa crítica terá também de considerar e envolver outros aspectos desta actividade.

A televisão assumiu uma importância na vida quotidiana das pessoas impensável há algumas décadas atrás. De acordo com as estatísticas, hoje em dia, milhões de seres humanos passam mais tempo a ver televisão do que em qualquer outra actividade social, cultural ou desportiva. A prática de ver televisão - ou de estar a olhar para ela - só é ultrapassada pelos horários laborais do cidadão comum. A televisão veio substituir toda uma prática ancestral de convivência familiar e/ou de vizinhança, outrora muito importante.

A proliferação do consumo de massas possibilitou a posse e a fruição individualizadas do tão cobijado aparelho. Só que, ao consumir individualmente este produto, o ser humano ficou menos imune à sua mensagem, logo mais receptivo à manipulação e à dominação que lhe querem impor. Esquecendo a realidade, os seres humanos passaram a obter da televisão a sua própria noção de realidade, a qual não é mais do que a realidade perceptiva que alguém lhes quer dar. Ou seja, a realidade deixou de ser a realidade, mas sim aquilo que alguém quer que seja. Ora este “alguém” é por demais conhecido...



O objectivo é evitar a todo o custo que o cidadão pense pela sua própria cabeça, mas antes que

receba fluxos de informação e cultura provenientes do poder e que o preparam mental e culturalmente para a dominação. No entanto, este objectivo não é novo, como o demonstra Noam Chomsky ao citar, num dos seus inúmeros artigos sobre o tema, uma passagem de um livro intitulado “Propaganda”, escrito nos já longínquos anos 20 do século passado, quando a utilização desta palavra ainda era politicamente correcta, por Edward Bernays, considerado o pai da publicidade: “A manipulação consciente da opinião e dos comportamentos sociais das massas é o traço central das sociedades democráticas. E devemos fazê-lo porque não só é o traço essencial da democracia, como também é o meio de manter as instituições do poder, da autoridade, do dinheiro e do resto, por mais desagradável que possa ser o método”(1). A diferença principal em



relação a estes tempos, é que o poder, para concretizar este objectivo, utilizou primeiro os jornais, depois de uma forma ainda mais subliminar a televisão, que se tornou o seu objecto do desejo por excelência.

Recorrendo mais uma vez a Noam Chomsky, que com Edward Herman, escreveu um livro já clássico, o conhecido *Manufacturing Consent. The Political Economy of the Mass Media*, Pantheon Books, New York, 1998, as forças que levam os media a produzir uma informação política e socialmente orientada, utilizam antes de tudo mecanismos inseridos na própria estrutura da instituição mediática, em particular, o seu modo de organização e de funcionamento. Segundo os dois autores, estes mecanismos operam sob a forma de filtros, mais concretamente de “factores institucionais que fixam os limites a não ultrapassar na divulgação dos factos e da sua interpretação”, que incidem em alguns aspectos fundamentais, tais como: a própria concepção empresarial dos proprietários dos media dominantes, que os gerem na lógica e na perspectiva da maximização do lucro; as suas fontes de financiamento, que são oriundas essencialmente da publicidade empresarial a quem vendem taxas de audiência ou de leitura e a quem obviamente não convém beliscar (2); as fontes de informação privilegiadas pelos jornalistas no seu trabalho e, finalmente, os pressupostos ideológicos dominantes interiorizados pelos jornalistas e que guiam a sua interpretação da actualidade. Estes filtros têm uma particularidade em comum: todos apontam, conduzem e são favoráveis ao controlo e à orientação da informação num sentido conforme aos interesses privados. Como actualmente a força ideológica dominante é a da crença no “milagre do mercado”, que tudo resolve, é fácil de verificar qual o sentido para que tende a informação dos principais media. Aliás, um bom exercício de análise é estar-se atento à natureza dos assuntos tratados nas cartas de protesto ou enviadas aos directores dos jornais, bem como o tamanho que estas são reproduzidas. Quanto à televisão, o exercício é o mesmo, só que analisando os chamados programas de informação. A conclusão é sempre a mesma: os assuntos são exaustivamente tratados, mas são sempre os mesmos e dentro de limites aceites maioritariamente. Ou seja, o sistema permite a discussão exaustiva de determinados assuntos, desde que isto seja feito pelas forças dominantes. Um espectador desatento, ou sem uma base cultural que lhe permita ver para lá da realidade que lhe é inculcada todos os dias, fica condicionado à partida nas suas opções de decisão e escolha e fica ainda plenamente convencido que a democratização do sistema é profunda. Como afirmam os autores já citados “a forma inteligente de manter as pessoas passivas e obedientes é limitar o espectro da opinião aceitável, mas estimular muito intensamente o debate dentro daquele espectro. Isto dá às pessoas a sensação de que o livre pensamento está pujante, e ao mesmo tempo os pressupostos do sistema são reforçados através desses limites impostos à amplitude do debate”.

Perante o que foi escrito, é fácil e pertinente concluir-se que os media fazem parte, desde há algumas décadas, do sistema, alinhando plenamente com os outros pilares deste mesmo sistema, com quem estão

aliás inúmeras vezes em perfeita consonância (veja-se a evolução pós 11 de Setembro) e dão pouca atenção à chamada “sociedade civil”, girando apenas em volta do poder político-económico, no fundo aquilo que os faz sobreviver. Claro que os media defendem a sua actuação com o argumento de que não são eles que fazem a notícia, antes apenas a divulgam. No entanto, o problema não está na divulgação em si, mas na forma como a divulgação é feita, condicionada a determinados requisitos e padrões de actuação.



E chegamos assim a um ponto crucial. O que podem os anarquistas fazer para contrariar esta situação? Denunciá-la é fácil e tem vindo a ser feita de forma sistemática. Mas... alternativas? Como podem os anarquistas combater esta situação, sabendo de antemão que ela é uma das causas principais da sua falta de audiência junto da opinião pública?

O domínio exercido pelas forças do sistema dominante sobre a informação impede e controla qualquer acesso alternativo a esta mesma informação. E sem isto, a mensagem anarquista muito dificilmente poderá chegar à esmagadora maioria da opinião pública.

A criação de meios de informação alternativos passa por ser uma solução que também já vem sendo praticada. Um dos casos de maior sucesso é indubitavelmente o da Radio Libertaire que já funciona há 25 anos e que, para além de poder ser escutada, na sua forma tradicional, na região de Paris, já pode ser ouvida em todo o mundo através da internet (3). A proliferação à escala mundial das novas tecnologias a custos baixos tornam possível a existência de media alternativos com uma difusão potencialmente alargada. Para além da tradicional imprensa escrita, que por enquanto é insubstituível, já são possíveis de concretização outras soluções relativamente baratas como rádios e mesmo canais de televisão que funcionam localmente e através da internet.

Os movimentos anarquistas sobreviveram com muita dificuldade ao pós 2ª Guerra Mundial. Uns, como o português, espanhol e italiano, devido à existência de um regime fascista que, nos dois primeiros casos, até se prolongou temporalmente para muito depois do fim da guerra. Outros, não se adaptando às novas realidades do pós-guerra, da maior democratização das sociedades, das novas

condições de desenvolvimento do capitalismo e das formas de poder. Não podemos deixar que o novo fascismo do consenso generalizado, da opinião dominante, da ditadura dos media acabe de vez com a nossa visão diferente para este mundo. É urgente a criação de vozes diferentes e alternativas para a difusão das nossas ideias.



(1) Por uma incrível coincidência, este livro foi editado em Portugal (Mareantes Editora) precisamente quando este artigo era escrito.

*Fica uma curiosidade por desvendar: será que a edição portuguesa também inclui esta passagem?*

(2) Em Portugal, há bem pouco tempo, tivemos aparentemente um exemplo claro da importância destas fontes de funcionamento na vida de um media. Refiro-me à polémica Expresso – BES, em que a instituição bancária acusou o jornal de publicar sistematicamente notícias erradas e sem fundamento que atentavam contra o seu bom nome, ameaçando-o de parar com a publicidade nas suas páginas. Qual foi o desfecho: os assuntos das notícias em causa (caso dos sobreiros, por exemplo) nunca mais foram objecto de tratamento jornalístico, mudanças profundas na direcção do jornal (apenas coincidência temporal? ... ou talvez não?), regresso da publicidade institucional às páginas do jornal.

(3) <http://dune2.info:5000/radiolib.m3u>



Nun- Edson Passetti

ca é de-

mais relem-

brar que depois

da Guerra Civil

Espanhola – quando

os anarquistas foram

massacrados não só pelas

forças fascistas das falanges

de Franco, mas também pelo

socialismo autoritário soviético –,

muitos decretaram a morte dos anar-

quismos enquanto movimento social. Es-

tes óbvios militantes institucionais e pesqui-

sadores acadêmicos, consideravam que a proposta

anarquista se restringia ao movimento de derrubada do Estado,

e que devido aos fracassos acumulados desde a Comuna de Paris, em 1871, chegava o momento de enterrar definitivamente o modelo de organização anarquista.

De maneira proposital pretendiam levar para a zona do esquecimento o fato da anarquia, antes de ser um conclusivo movimento social ou um modelo, ser uma miríade diferenciada de associações que começam com as pessoas livres. Enfatizando o conceito de organização sobre a noção de vida livre associada, eles declaravam que o proletariado organizado era a tarefa da vanguarda revolucionária do partido comunista, a verdadeira consciência superior, porque fundada na teoria científica de Marx e Engels. O anarquismo estaria ultrapassado além de ser uma forma de luta fracassada por carecer de direção.

Concluía aqueles pensadores que desde o final da II Guerra Mundial, com a expansão do império socialista soviético, a anarquia seria incapaz de atrair as massas trabalhadoras para a revolução, restando aos anarquistas viver de suas lembranças compartilhadas nos centros de cultura libertária, pois a ascendência sobre a classe trabalhadora estava definitivamente superada.

No Brasil, antes e depois do Estado Novo (1937-1945), os mesmos intérpretes e militantes institucionais, também tentaram pronunciar a morte da anarquia, principalmente após o acordo do Partido Comunista, no estertor da ditadura Vargas e que lhe valeu uma efêmera legalidade, imaginando estar o mundo dividido entre os socialistas em expansão e as forças capitalistas em retração.

#### *A avalanche democrática*

De fato, o mundo mudou mesmo com o final da II Guerra Mundial. As ressonâncias dos regimes fascistas na



América Latina cederam lugar a regimes populistas democráticos que, por sua vez, abriram possibilidades para revoluções nacionalistas, levando aos possíveis Estados socialistas, como Cuba.

Segundo os intérpretes das forças reativas, a América Latina, neste momento, oscilava entre o populismo e o socialismo estatal. A solução por elas apresentada foi o autoritarismo regime ditatorial militar que se auto-proclamava regime político transitório, suspendendo circunstancialmente a constituição, em nome da criação e fortalecimento de instituições políticas democráticas. Assim, como na primeira metade do século XX, em nome da democracia ou da sociedade igualitária, a ditadura reapareceu como governo de exceção. Entretanto, se a ditadura confirmou mais uma vez sua eficácia no capitalismo por ser um dispositivo acionado para efeito temporário, ela mostrou-se incompatível com o socialismo, por ser uma proposta que somente se viabiliza difundindo a brevidade pelo prolongamento de sua permanência. A ditadura em nome do povo e da nação tornava inviável a existência de qualquer ditadura em nome do proletariado. O capitalismo e a idéia de democracia venceram, sabendo lançar mão estrategicamente do uso da ditadura sob certas circunstâncias, para combatê-la e miná-la em outras.

Todavia, na mesma década de 1960, os Estados Unidos viviam tensões internas ampliadas por parte dos jovens descontentes com o precipício provocado não exclusivamente pelo excesso de ritualizações democráticas, mas também devido as declarações de guerra ininterruptas a outros Estados em nome da liberdade, da democracia e da tarefa estadunidense de zelar pela segurança do continente, agora projetada para o mundo. Eles estavam fartos da encenação republicana da igualdade que não cessava de multiplicar preconceitos, restrições de direitos, misérias, guetos, destruições ecológicas, em que a democracia mostrava sinais de incapacidade de representar os cidadãos.

Ao sul do continente, as pressões governamentais estadunidenses sinalizavam para urgência da democracia expurgada dos populismos, com a finalidade de educar o povo para respeitar as tradições institucionais democráticas. Para con-

tornar as mobilizações populares que aumentavam na cidade e no campo, indicando possível disseminação do modelo socialista, induziram e alimentaram os golpes de Estado que levaram a ditaduras militares. Enquanto isso, no centro da América, entre golpes e contra-golpes, Cuba subsistia movida pelo movimento nacionalista que levou ao socialismo de Estado sustentado econômica e estrategicamente pela União Soviética. E, de volta ao norte do mesmo continente, a insatisfação com a democracia for export ficou tamanha, que abriu possibilidades para a intensificação de experimentações de rebeldias.

Na Europa sonhava-se com o socialismo livre de autoritarismos como o esboçado na Hungria na década de 1950, e que na década seguinte, ameaçava acontecer na Checoslováquia. Contudo, as ditaduras em Portugal, Espanha e Grécia, ainda permaneciam fortes, situando-se entre o socialismo democratizável no leste e as experiências sociais-democráticas nórdicas, o welfare-state franco-alemão, as instabilidades políticas italianas, sem contar o fortalecido bloco oriental socialista. A Europa era o continente em que conviviam os vários regimes políticos no interior de um processo de expansão da intervenção do Estado na economia, em que nenhum deles era capaz de atrair as forças jovens ativas para a sua sustentação. Estavam abertas as possibilidades para insurreições.

Na Ásia os jovens seguiam cada vez mais os rumos ditados pelas tradicionais autoridades estatais, ora transmutadas em socialistas como na China, ora em democracia como no Japão. De ambos os lados permaneciam fiéis à autoridade estatal, às vezes como fanáticos, mas sempre milenares subservientes. Lá as possibilidades de rebeldias ficavam restritas, ao mesmo tempo em que os processos de captura de jovens para milícias do Estado tendiam a ampliar. No continente africano guerras de independência explicitavam a devastação colonial européia, de maneira similar ao que ocorrera no Oriente Médio. As populações atravessavam guerras anti-apartheid, situações famélicas, ditaduras sangrentas, possíveis revoltas socialistas, iminentes restaurações religiosas.

As insatisfações dos jovens estadunidenses, somadas às dos jovens latino-americanos, dentro ou fora de ditaduras restauradoras de democracia, e dos diversos europeus contra autoridades centralizadoras, le-

varam a experimentar 1968, um ano mais do que especial, em que acontecimentos inopinados nele foram não só se desdobrando, mas sinalizando para a compreensão a respeito do fim de uma era.

1968 liberou as forças inventivas e foi anarquista ao propiciar novas associações, estilos de vida, rompimentos definitivos com a velhacaria sindical, partidária, burocrática, moralista, universitária, consumista e estatista. Os anarquismos estavam vivos, menos como resistências e mais como forças inventivas intensas, provocando reviravoltas na filosofia, derrubando o discurso de verdade científica das humanidades, assustando lideranças envelhecidas e possíveis novos esquecíveis líderes, liberando o sexo, assustando as tradicionais mídias de comunicação, e demonstrando que muitas coisas ficaram ultrapassadas ainda que inesquecíveis na história dos anarquistas. Mais do que isso, mostrou a falência da era das resistências organizadas e das suas propostas estruturais. Diante da inventividade não tardou o refluxo conservador. A medida de todas as coisas passou a ser democracia: o Estado fascista precisava de democracia, o socialismo precisava ser democrático, a social-democracia mais democrática e aberta para o mercado, a democracia estadunidense mais democrática contemplando e múltiplos direitos e culturas. Não mais Estado intervindo na economia e no social, só neoliberalismo; nem socialismo, nem populismo, somente democracia; não mais rebeldias, mas integrações democráticas via ampliação de pletora de direitos. E foi, assim, que começou a existir o que passamos a conhecer como globalização, a expressão histórica da preponderância das forças reativas, pretendendo situar qualquer oposição circunscrita à sua continuidade.

A globalização responde, no limite, ao medo conservador, democrata, social-democrata e socialista, e às ousadias dos nomadismos da anarquia – que reapareceram com força - dissolvendo movimentos sociais apaniguados por partidos políticos, sindicalistas profissionais, e condutores envelhecidos. A globalização é o acordo alcançado



por meio de um fluxo conservador composto pelas forças políticas reativas que consideraram propício o momento pós-1968, sendo oportuno para a restauração da ordem, objetivando suprimir resistências insurgentes capazes de ameaçar a crença no Estado.

### *Intermezzo*

Os anos passaram, assim como as ditaduras, pelo menos em grande parte do continente americano e europeu. O socialismo estatal cubano permanece ali confinado, o soviético desmoronou com a “glasnost” no final dos anos 1980, o chinês se adaptou ao neoliberalismo, mantendo o regime ditatorial, e uma ou outra versão autoritária ainda desliza pela Ásia. Diante da globalização, neste novo totalitário governo sócio-econômico em que vivemos, a democracia apareceu como a panacéia. Trouxe com ela a utopia de uma outra globalização, um novo mundo possível, e neste amplo e restaurado leque que vai do posicionamento ao contra-posicionamento, encontram-se mais uma vez os anarquismos. Não como sobreviventes, mas talvez ainda como convalescentes.

Depois da Guerra Civil Espanhola, como vimos, adversários e inimigos declararam que o anarquismo havia morrido ou ficado restrito aos centros de cultura libertária. Porém, com 1968, passam a ser intensas as afirmações duradouras da anarquia, desde a recuperação da história de suas práticas no século XIX e início do XX, até a busca pela atualização do anarco-sindicalismo e do anarco-comunismo, e enveredar para outras experimentações pouco conhecidas

Nos anos que seguiram 1968, muitas vezes os anarquismos expressaram seus contra-posicionamentos urgentes e contestadores diante da velocidade com que as mudanças ocorriam e diante do fluxo dos acontecimentos. Diante da economia rapidamente transformada pela informática e a computação, a disseminação da crença na democracia e os recuos nas influências sobre trabalhadores, os anarquistas difundiram suas histórias vitoriosas do passado e os desdobramentos destas lutas até a atualidade. Atraíram fragmentos diferenciados dos punks, estudantes universitários, pessoas simples de periferias, jovens arrojados procurando experimentar resistências com tecnologias contemporâneas, tradicionais militantes organizando arquivos e centros de cultura, e produziram muitas publicações compostas por fanzines, jornais, revistas, sítios eletrônicos. Reconhecendo a importância da tecnologia emergente, mas não esquecendo que ela procede de controles militares do após II Guerra Mundial e de uma centralidade de poder de controle, dispuseram-se não só a reavivar informações históricas como difundir práticas anarquistas na atualidade: a anarquia e os anarquismos passaram a ser a antena propícia para captar estes tempos e escapar das capturas.

### *A outra globalização*

Anarco-punks e estudantes universitários, somados a grupos de periferias de jovens desempregados, juntamente com militantes contumazes – que atravessaram a ditadura militar

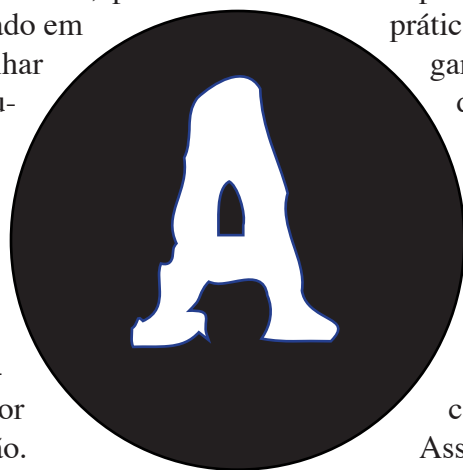


brasileira, mantendo vivos os centros de cultura social, publicações e atuações contundentes localizadas – com puseram o contingente anarquista que marcou presença no final do século passado. Os anarquismos não estavam mais sendo habitados somente por trabalhadores manuais das fábricas e desempregados, mas também por trabalhadores intelectuais lidando com setores eletrônicos da economia, o social como propriedade privada de ONGs, e a política ultrapassando o Estado e as organizações formais de resistências. Instalados em lugares estratégicos das cidades ou preferindo a mobilidade constante, mas atentos à Internet e às mídias em geral, em breve tempo passaram a atuar, também, nos movimentos anti-globalização ou por uma outra globalização.

Com esta sucinta descrição acima não se pretende dar conta da totalidade das manifestações anarquistas, mesmo porque se a totalidade não é o objetivo do anarquista. Este, por sua vez, é ativista interessado em liberdade, em se desvencilhar e suprimir a autoridade superior. Está em discussão uma perspectiva problematizadora da dinâmica do fluxo contemporâneo que atrai grupos anarquistas que se dedicam ao movimento social no interior de um movimento maior como o de anti-globalização.

Entre liberais e marxistas renovados pelas atuais reflexões de Antonio Negri e Michael Hardt, os efeitos tardios das TAZ (zonas autônomas temporárias), ou o embolorado neoanarquismo estadunidense a la Graber & Grubacic, certos anarquistas tentam elaborar reflexões pertinentes a respeito de suas atuações como movimento social.

Viver a anarquia é afirmar as singularidades que compõem as miríades de associações. Cada uma é afirmativa por



atravessar os fluxos de resistências, sem se restringir a uma atuação contumaz. Não se trata apenas de resistir, pois do ponto de vista anarquista, isto seria restringir-se a atuar contra a ordem. Adotando uma posição como esta se acaba aceitando a condição de sujeição, seja pela imobilidade gerada pela espera ou dedicação à utopia da sociedade igualitária – e mais uma vez basta lembrar que as utopias consolam – ou pela inevitável adesão às lideranças organizadoras.

Na história foram os resistentes socialistas que fundamentam suas ações não só na crença na vanguarda, mas na necessidade imperativa da tática conspiratória, prática secreta da burocracia organizadora, com a expectativa de provocar uma revolução causadora de certa reviravolta na ordem constituída, e consagrando uma nova soberania. Os socialistas e comunistas são conspiradores, caracterizando um posicionamento que implica exclusões ou dizimações. Associar-se a eles na atualidade é expor, mais uma vez, os anarquistas ao extermínio e a uma condição de parceiro estratégico descartável como ocorreu no passado na revolução russa, depois da vitória bolchevista sobre os anarquistas e mahknovistas. Se, hoje, eles deixaram de ser explícitos conspiradores e fazem crer no pleno projeto democrático como sinalizam Hardt e Negri, o que os anarquistas estão fazendo neste meio, a não ser atualizando o sonho iluminista dos adversários?

Interessa sublinhar, neste breve espaço, que distinções inevitáveis e imprescindíveis ocorrem nos anarquismos, e que este fato, antes de ficar escamoteado em nome do verdadeiro anarquismo de enferrujada envergadura, deve reiterar-se a importância da coexistência entre singularidades na anarquia, compondo as diferenças entre iguais. A defesa do verdadeiro anarquismo como movimento social organizado restringe a existência dos anarquistas à mimese do velho, cansado e decrépito

discurso de poder proposto pelos socialistas marxistas ortodoxos, desde o século XIX. Mais do que isto, funciona como proxeneta, suave e dócil, do marxismo revigorado de Negri e dos crentes na outra globalização, no um novo mundo é possível, com ou sem a inspiração em S. Francisco de Assis, S. Makhno, S. Bakunin...

Lembrando os desdobramentos de 1968, a experimentação e o risco é que fizeram os libertários mostrarem aos burocratas organizadores dos trabalhadores, estudantes e desavisados, que a Idéia de organização estava falida, enfraquecida ou torpe, quando o alvo não é a reforma da sociedade, mas deixá-la morrer; quando se deixa de glorificar a identidade para se recusar a declarar nosso estado civil. A anarquia habita também os discursos que lhe são nocivos por não lhes dar sossego, retirando-a das saudades dos velhos tempos, limpando-lhe o bolor e dispensando as sentinelas. Os grandes da anarquia do século XIX e do início do XX ganham atualidade quando confrontados com Max Stirner, Gilles Deleuze, Michel Foucault; são por estes anarquizados e geram anarquias nestes discursos desestabilizadores. A anarquia se libera de moralismos, de idealizações a respeito da natureza humana, de utopias.

A morte é saudável. Ela é da natureza, dos seres vivos, do universo em expansão, da comida, do corpo, da vida, das religiões, dos Estados, do governo sobre mim, dos discursos e das verdades. De fato, o mundo moderno foi construído sobre a constatação da finitude humana e de seu correlato desespero ensejando a infinitude humanista. Nele ficou redimensionado, pela utopia iluminista, o paraíso celestial tornando-o possível como sociedade para se desmembrar não só em idealização capitalista liberal democrática e idealização socialista e comunista, mas também, e em certa medida, em idealismo anarquista.

O discurso de verdade produzido pelas forças sociais em nome da utopia, levou a combates sangrentos no interior de Estado, guerras intermináveis entre Estados e fez oscilar a ambigüidade entre a ordem e a contra-ordem, em nome da reforma da sociedade. Por vezes, opôs capitalismo democrático a socialismos de diversos matizes; outras vezes, simplesmente materializou o reverso; entretanto, a relação entre avesso e direito, manteve-se ininterrupta, sem ultrapassar a Idéia de representação com base no verdadeiro e falso, bem e mal, superior e inferior, consciente e inconsciente; permaneceu até hoje uma resposta de contra-ordem em nome da verdadeira sociedade a ser alcançada, sustentando um leque também oxidado que acolhe de conservadores a anarquistas. Foi, enfim, este pensamento com base na dualidade, que escamoteou em nome do fato, do real ou do concreto a combinação entre modos de produzir que na teoria eram divergentes para se complementar na prática, constituindo o discurso da ordem e da contra-ordem, o discurso da soberania indo de Deus e rei ao utópico homem autônomo e livre.

O anarquista atravessa a idealização ao inventar maneiras de viver que não são réplicas ou simulacros; quando se mantém fora tanto da criação divina, quanto dos santos humanistas, dos capitalistas e dos socialistas, dos democratas ou dos autoritários, da globalização e do Império. O anarquista não permite que os pensadores sejam transformados em santos, que os escritos derivados de lutas diárias fiquem reduzidos a dogmas; e que alguém diga quem é ou não o verdadeiro anarquista. Quem proclama a verdade definitiva, não inventa liberdades, mas conclama novos assujeitamentos. O anarquista veio para implodir a construção idílica no presente e não deve retroceder ao demolir utopias futuras para fazer acontecer no exato momento, como heterotopia. Se no passado era pela associação que se projetava a nova sociedade igualitária abolindo propriedade privada e Estado – o último passo da

traves-  
sia iluminista –, hoje em dia não há  
mais uma sociedade a ser reformada, mas propícia  
para seguir com sua própria morte.

Inventar a vida é mais do que resistir aos efeitos de dominação  
e contrapropor maneiras de ultrapassar a exploração e a dominação.

Como mostraram anarquistas históricos, cada qual a seu modo, como  
Proudhon e Bakunin e Malatesta e Kropotkin, e Louise Michel e Emma  
Goldman e Luce Fabbri, e libertários como Etienne de la Boétie, Wil-  
lian Godwin e Max Stirner, é preciso recusar o soberano sobre si e pro-  
mover associações para fazer a vida libertária acontecer por miríades  
de associações.

Restrito ao movimento social, a anarquia fica reduzida à posição de  
resistente, a um fluxo, a uma contra-ordem ao Estado e à economia at-  
uais, assujeitado ao marxismo ou mesmo a uma ordem desencadea-  
dora de uma contra-ordem organizativa: um cão correndo em torno  
do próprio rabo! Restrito ao movimento social, o anarquismo é  
somente utopia de revolução, e como tal, lembrando Proudhon,  
é a restauração de um soberano, é a possibilidade de fazer  
aparecer o terror de Estado, de involuntariamente colab-  
orar para novo estado de exceção. Se o Estado já e a  
exceção, substituí-lo pela Sociedade, como alertou  
Max Stirner ao anarquismo, não seria recriar a  
exceção?

### *O fluxo anarquista*

No final do século XIX e  
início do XX, os an-  
arquistas  
capitalistas, como queriam fazer crer os socialistas  
estatistas. À sua maneira, estes terroristas injetaram novo  
ânimo nos libertários, nos operários das fábricas para fazer-  
em do sindicato um meio para a transformação da sociedade.

Atuar nos sindicatos, nos centros de cultura, inventando escolas livres,  
bailes, convescotes e publicações atualizadas e combativas foram maneiras as-  
sociativas que os anarquistas encontraram para abalar a ordem naquele momento. Em  
seu interior debatiam com os que imaginavam o sindicalismo como finalidade revolu-  
cionária, mostrando que a vida era mais que o trabalho. Também enfrentaram os comuni-  
stas que viam o sindicato apenas como lugar em que os trabalhadores almejavam melhores  
condições materiais e espaço impossível para o florescimento da verdadeira consciência  
revolucionária, tarefa organizativa que cabia ao partido da revolução. Na atualidade, esta  
época de sombras, horrores e “gulags” imposta pelos comunistas não pode ser renovada e  
cada anarquista deve alertar sobre o equívoco de se confiar em organização e tiranetes, relem-  
brando que os seus condutores são os proprietários das melhores intenções.

Talvez seja por isso que certos militantes que requerem, entre os seus pares e ímpares anar-  
quistas, o papel de defensores do movimento social, da revolução, da organização e de si,  
em pouco tempo se confundem com os comunistas. Mas não só. Alvos de levíssimas esto-  
cadas, parte deles, em breve tempo, aliam-se a forças reformadoras do próprio Estado,  
em nome de um esplendoroso futuro, esparramando palavras, sintaxes, praticando  
coalizões com forças governamentais ou não-governamentais, e vomi-  
tando retóricas fundamentadas no



verdadeiro discernimento da história (virou moda agora abandonar a determinista lei da história marxista, em nome do verdadeiro discernimento do momento histórico, sua face títere). Repete-se a mesmíssima versão do discurso humanista, mais pra lá do que pra cá, em nome da sociedade igualitária e livre. Enfim, e por fora deste grupelho, destacam-se os sinceros ensandecidos mobilizadores que desejam mesmo é botar fogo no ambiente, compondo a parte inopinada da militância dos movimentos.

Trouxa é quem aprecia continuar assujeitado, obediente ao comando de qualquer um, em nome de...! Morrerão antes que ela a revolução aconteça. Imaginam-se heróis ou vivem amealhando as mazelas das vidas de santos como paradigmas do novo mundo. Os verdadeiros anarquistas ao disputarem a hegemonia, ficarão aprisionados no interior do discurso organizativo. Embarcando noutros fluxos, e sem estarem alheios aos fluxos reativos, os libertários ativos se associam arriscando na invenção, apostando na morte desta sociedade, e fazendo vibrar suas afinidades singulares (que nada tem a ver com ideologias e semelhanças) na diferença: os iguais existem pela coexistência de diferenças e não pela semelhança. Não são pluralistas, não lutam por hegemonia, tampouco são liberais ongueiros transvestidos de anarquistas: faça o que você quiser de sua vida, mas não queira fazer a minha vida refém da sua criação!

A singularidade dos anarquismos não está disponível a ser capturada pelo comum da multidão. Negri e Hardt, de maneira mais articulada do que Chomsky e os neo-anarquistas estadunidenses, descobriram um conceito totalizador capaz de aglutinar a contra-ordem, diante de uma possível outra globalização. Confiantes em redimensionar o molar, coisa que Gilles Deleuze, filósofo do pós-1968, mostrava estar superado, ainda se vêem homens de caravelas, de descobrimentos, de revelações. Ainda são os sacerdotes da razão.

O anarquista, entretanto, não aprecia a retórica, é um parresiasta. Problematiza quem exerce a função de autoridade superior, seja ele o filósofo, o professor, o rei, ou o chefe da organização. O parresiasta profere a crítica sem medo, sem desconhecer que corre risco. Ele é um perigo para o Estado, para o capital, para qualquer chefe. Não pretende seduzir as demais pessoas com seu discurso verdadeiro atingindo consensos ou maiorias. Sabe que as minorias não são numéricas, inventa singularidades, deixa de ter vontade de saber para querer. Não quer ser organizado por ninguém; não respeita comandos, direções, policiamentos e exigências. O anarquista parresiasta funciona no presente como o cínico na antiguidade atuava diante do império macedônico.

Na passagem do século XX para o XXI o terrorismo virou prática de direita, de religiosos, de quem deseja Estado; o ludismo virou baderna retrógrada de quem deseja mais Estado, como nas periferias incendiadas da França, no outubro de 2005, por jovens descendentes de imigrantes. Não são mais invenções libertárias. Viraram criações que clamam por Estado e autoridade superior transcendental e demasiadamente humana, numa era pós-moderna que reconhece a relação entre razão e religião como indissolúvel e indissociável. Enquanto isso, os melancólicos idealizadores da restauração da modernidade, os apagados iluministas, ciscam no ar.

O anarquista vive no espaço das invenções, sem heróis, santos ou chefes. Está na escrita e no hipertexto; no impresso, nas imagens e nas sonoridades; dentro e fora das relações de trabalho, numa sociedade de controle que convoca a participar e se funda na utopia democrática. Estarão os anarquistas na convalescença?

Entre os dias 9 e 14 de Janeiro de 2006, no espaço da Biblioteca Museu República e Resistência, foi realizado um Ciclo de Cinema sobre o anarquista José María Nunes. Em boa hora, A Associação Cultural A Vida, como já tinha feito com Edgar Rodrigues, deu corpo e vida ao conhecimento de uma vida e de uma obra cinematográfica notável. De facto, foi a todos os títulos estimulante poder, pela primeira vez, conviver com uma parte dos filmes de José Maria Nunes que foram projectados nesses 5 dias: *Noche de Vino Tinto* (1966), *Biotaxia* (1968), *Amigogima* (2000), *Sexperiencias* (1969), *Mañana* (1957).

Como sempre aconteceu e acontece nos tempos actuais, a mediocridade mediática e intelectual portuguesa esteve completamente ausente deste evento único. Desde a cinemateca portuguesa, passando pelos realizadores do cinema português, nenhum esteve presente. Miséria das misérias, neste momento histórico, torna-se quase impossível dar “pérolas a porcos”. O

mesmo se poderia afirmar em relação a tantos que se reclamam do movimento libertário português.

Através dos cinco (5) filmes que foram exibidos foi possível apresentar um denominador comum: o cinema de José Maria Nunes é uma

autêntica exposição de obras de arte da vida expressas por um imenso dom de liberdade, amor, criatividade e solidariedade. São gritos expressos por imagens, sons e palavras e por personagens que somos nós numa luta titânica traduzida em pulsões de vida contra as pulsões de morte.

Valeu a pena não só pelos filmes que foram exibidos, mas sobretudo também pela presença de José María Nunes que, no início de cada exibição, nos integrava anarquicamente na essencialidade da sua criação e na imensa amizade que a sua acção individual e colec-

utopia



ciclo de cinema  
janeiro 2006  
entrada livre

**José María Nunes**

Organização:  
Associação Cultural A Vida

«Hago cine con el propósito de que cada uno sea en sí mismo su propia obra y no tenga necesidad de ver la obra de los demás.»

tiva encerra.

No dia 9 de Janeiro de 2006 foi exibido “Noche de Vino Tinto”. Con-

*textualizando historicamente em plena ditadura franquista, podemos considerar este filme como uma verdadeira obra-prima cinematográfica. É um lindo poema da vida quotidiana nocturna nas tabernas. Encontros de um homem e de uma mulher que se mesclam numa solidão existencial, mas que procuram um sentido infinito para as suas vidas. Beber vinho torna-se um ritual que procura ajudar esquecer as suas frustrações sentimentais.*

*Na terça-feira, dia 10 de Janeiro de 2006, foi exibido “Biotaxia”. Não sendo tão conhecido ou premiado como “Noche de Vino Tinto” é, no nosso entendimento, uma grande criação cinematográfica pelo carácter inovador e existencial circunscrito à vida de uma mulher na década de sessenta do século XX em Espanha. É um retrato radical e revolucionário antes do tempo, mas que acompanha de forma prematura as vanguardas e os movimentos feministas de Maio de 1968 francês. É a história de uma actriz, de uma mulher casada que um dia reage, pensa, sente e sofre.*

*Quarta-feira, dia 11 de Janeiro, foi a vez da exibição do filme “Amigogima”. Estamos perante um corte tecnológico do cinema experimental do cinema de José Maria Nunes. O espaço-tempo das imagens, sons, palavras, gestos, movimentos e pausas dos actores e da natureza são estruturados e mediatizados por uma câmaras máquinas fotográficas sofisticadas, que constroem os realizadores, os actores e as actrizes a*

*enveredarem por um tipo de liberdade e de criatividade muito distintos das década de cinquenta e de sessenta do século XX. “Amigogima” actualiza um grito imenso que procura reencontrar amigos e amizades. O grito estende-se e procura vivificar-se por todos os lugares e todos os tempos.*

*No dia 13 de Janeiro de 2006 foi exibido o filme “Sexperiências”. É o filme mais polémico de José Maria Nunes, razão pela qual tenha sido objecto de censura e proibição das entidades cinematográ-*

*ficas franquistas. É um filme vanguardista, quer nos debruçamos de um ponto de vista artístico, quer moral, ético ou estético. Está em sintonia com os acontecimentos históricos que tinham, entretanto, ocorrido em Maio de 1968 em França, na Checoslováquia, Biafra, Vietnam, etc... É uma história de experiências sexuais entre um homem idoso, ainda não muito velho, e uma rapariga jovem, em correlação estreita e sistemática com uma série de mudanças e transformações políticas, económicas, culturais e sociais, cujo sentido já apontava o caminho da autodestruição.*

*Finalmente, no sábado, dia 14 de Janeiro de 2006 foi exibido o último filme do ciclo - “La Mañana”. É simultaneamente um filme lindo e uma obra-prima. É a história de vários personagens muito bem contada e interpretada. É uma história de quatro personagens contada por um “rapaz da noite” que vive também à margem do sistema. Histórias que são um grito de liberdade, de amizade, de amor e também de excluídos da sociedade personificadas por Don Pelipito vend-*



*edor de pentes baratos e que vivia com uma galinha; por Silvestre que é vigilante nocturno de uma fábrica e gostava de tocar clarinete com as máquinas em movimento; por um Homem e uma Mulher que se encontram num dia à noite e vão-se conhecendo através de escritos deixados nas paredes; e, por fim, a história de um Palhaço que anda pela rua na ilusão de fazer rir, porque toda a gente está triste.*

*J.M. Carvalho Ferreira e Mónica Fraga*



O estabelecimento onde hoje funciona o Restaurante Trindade (e que não lhe chamo Café, por esta bebida não ser servida ali singularmente, mas apenas no fim das refeições) pertence à Firma Dias & Vicente desde 1906, no Largo da Trindade, em Lisboa. O senhor Dias, naturalmente filho de um Dias mais antigo, é dono e mestre desde 1922. Estas notas não constituem de forma alguma um anúncio, nem o senhor Dias dele precisa ou me incumbiu.

A nossa pretensão é apenas esclarecer, visando camaradas investigadores, a razão por que ainda se lhe chama - os Anarquistas. Frequentado, hoje em dia, por toda a gente, nada tem que justifique

Francisco Quintal

# Memórias

utopia



tal apoio, sem significado algum afrontoso, mas que no entanto se torna enigmático. É um restaurante vulgar, sem luxos especiais

nas suas mesas de pedra ou nas suas paredes nuas de decorações. A clientela é heterogénea e vulgar, e quando diz – “ vamos ali aos anarquistas” - , repete um

dito quase com a mesma inconsciência com que o papagaio repete a sua toada.

Também se fala muito, quando se alude a velhos restaurantes, no Tavares Rico e no Tavares Pobre, e ninguém sabe a razão disso. Foram ambos pertença do mesmo dono. O Rico ainda continua... ora não havia de ser!

Os ricos da política e da burguesia ainda lá vão. O Pobre acabou, coitado, e a esquina do Largo da Trindade para a Rua da Misericórdia, antiga rua do Mundo, e em frente mesmo do antigo jornal de França Borges, é hoje uma casa fornecedora de Vinhos finos. (Também sem anúncio).

O que é interessante saber é que o desaparecido Tavares Pobre era fornecido de comidas pelo



Tavares Rico, e a má língua irónica dizia que aquele recebia deste os restos. Comia-se caríssimo no Tavares Rico e mais baratinho no Tavares Pobre. Imaginem a clientela de um e outro: no primeiro, fraques e pelúcias, charutos e jóias, no segundo o gabão de Aveiro ou o capote alentejano, nas noites frígidas, com o competente cigarrito de tabaco forte e o café de lépis como bagaço. Frequentavam-no intelectuais contestantes e “toda a gente”. No Rico predominava uma elite.

Ora, o café dos Anarquistas autêntico era situado, em tempos idos, no local acima mencionado do restaurante, em frente da fachada principal, não utilizada, do velho Teatro da Trindade.

Estamos a ver o meio ruidoso onde chegavam céleres as notícias da política e reinavam o boato, onde era grande o alvoroço e a esperança,

agitadas conversas e discussões, numa atmosfera quente, naqueles inícios do século XX, ainda ligados ao século XIX. Bebia-se e fumava-se muito e as conversas eram intermináveis, até altas horas, sobre política de todos os matizes, duramente criticada pois temos a certeza de que as ideias republicanas e sindicais surgiam ali nimbadas pelas teorias anarquistas. Jean Grave, Kropotkine, Faure, Malato, Malatesta, Tolstoi, editados pelo velho Guimarães, corriam por todas as mãos, desde as dos intelectuais revoltados às dos arrojados militantes sindicalistas de então. O Rei era atacado por poetas revolucionários como Eduardo Netzner, e o João Franco e o Juiz Veiga apanhavam descomposturas homéricas. O que de mais certo sabemos é que o café dos Anarquistas era frequentado pelo professor Manuel Buiça e pelo Alfredo Costa, heróicos executores do Rei Carlos e do filho Luís Filipe. Os nossos inesquecíveis Campos Lima, Sobral de Campos, o João Caldeira, da construção civil, o velho Ávila, o Aurélio Quintanilha, Aquilino Ribeiro, até o Alfredo Pi-

menta, antes de virar monárquico, toda a malta efervescente daquela agitada época, essas saudosas gerações de 1890 até princípios da República, por ali passariam. Os tempos correm e só um nome ficou... Quem se recorda disso pessoalmente? Não, certamente, os psítacos e os indiferentes que ali vão ainda, prosaicamente, almoçar e jantar...

Não queremos terminar esta nota rememorativa sem frisar o quanto a velha Lisboa daqueles tempos se achava semeada de cafés revolucionários, que ajudavam a compor a atmosfera do conjunto. O povo, então, vivia agitado e revoltado. Hoje, pede-se-lhe paciência e os “fóruns” populares são substituídos por ca-

sas bancárias... Os padres que não se fizessem liberais (sempre os houve) e as irmãs da caridade, eram chasqueados na rua como os frades e freiras do tempo de Bocage...

Além do café dos Anarquistas, a Trindade, existia no Largo do Rato, O Velho Café “A Flor do Rato”, duas portas com gradeamento de ferro à frente no passeio, onde se gerou o movimento de 28 de Janeiro, dias antes do regicídio. Ali, à Mouraria, existia, com actividade política mais ou menos até aos anos 20, outro café, o café Marcial, ainda hoje aberto com a tabuleta, reduzido apenas a encontro de raparigas prostitutas, e apreciadores de copinhos e de pequenos negócios ilícitos. O Café Bom, onde a tradição diz que por ali passou Trotsky, ido ou vindo da Rússia, no Poço do Borratém é hoje loja de roupas que lhe ficou com o nome.

Ali paravam também, além de anarquistas, sindicalistas e conspiradores de vária origem, elementos da legião vermelha, de triste memória, etc...

E mais o Café 5 de Outubro, Café Gelo, a Brasileira do Rossio, e a do Chiado, e o da Arcada, centenário e a Tasca, em Cacilhas, cujo proprietário, por muita veneração, mandara pintar os retratos de Louise Michel, Ferrer, Tolstoi e outros apagados pós Salazar.

Em 1908, a poucos dias de distância, a morte do Rei estava decidida. O grande poeta Gomes Leal previa-a nos versos e naturalmente fazia a ronda daqueles antros que tanto assustavam a burguesia. E Guerra Junqueiro, clamoroso profetizava, ajudava a criar o clima, no poema que correu o país o caçador Simão... Tempos...





## O mundo do Planeta dos Bairros de Lata

A editora Ab irato tem publicado um conjunto de pequenos livros que importa sobremaneira destacar. Face a uma quase ausência de críticas radicais do Estado e do capitalismo, revela-se cada vez mais pertinente, perceber os contornos actuais da tragédia humana nas suas vertentes ecológicas e sociais. As análises de Mike Davis e Bruno Bachmann são sintomáticas. Para quem ler – Planète Bidonvilles –suivi d'une discussion critique e, ainda, les enfants de la même agonie – não ficará certamente frustrado, mas sobretudo muito revoltado e com um nojo imenso de coexistir e sobreviver numa sociedade repleta de lixo e de miséria humana nas grandes metrópoles urbanas do capitalismo subdesenvolvido.

Para Mike Davis sobreviver e reproduzir-se através dos restos do lixo urbano é a única hipótese que resta para milhares de milhões de seres humanos que habitam as grandes cidades do denominado Terceiro Mundo: Joanesburgo, Cairo, Lagos, São Paulo, Lima, Calcutá, Bombaim, cidade do México, Djacarta, Abi-

djan, Rio de Janeiro, Manila, Deli, etc... Ao manter-se e desenvolver-se esta realidade, as previsões demográficas não são de modo algum animadoras. Segundo Mike Davis, a população urbana actual oscila à volta de 3.200.000, com a probabilidade de aumentar para 10.000.000 no ano de 2050. Em contrapartida, a população que ainda é considerada como rural, perfazendo na actualidade 3.200.000, tenderá a decrescer progressivamente até ao ano de 2050.

Para Mike Davis estes números da evolução da população mundial têm explicações plausíveis.

Em primeiro lugar, há que perceber as transformações operadas pela globalização e o capitalismo. Em segundo lugar, torna-se imperioso demonstrar até que ponto o monstro urbano que a espécie humana construiu não nos leva para uma catástrofe ecológica e biológica, cujas proporções podem culminar no fim das hipóteses de vida no planeta Terra.

Das transformações operadas pelo capitalismo à escala global há que referir o processo de industrialização e de urbanização das sociedades, com início nos séculos XVIII e XIX. Esse processo histórico tornou-se gigantesco e imparável. Todavia, alguns factores estruturantes desse processo foram objecto de um declínio progressivo nos países capitalistas desenvolvidos. Se até ao período áureo dos trinta gloriosos anos do capitalismo (1945-1975) as grandes metrópoles urbanas do capitalismo desenvolvido integravam as classes sociais e os perfis profissionais mais representativos do modelo de produção e de consumo indus-

trial, baseado nos sectores automóvel, têxtil, química, siderurgia, mecânica, a partir de meados da década de 70 o sector de serviços passa a estruturar a quase totalidade da vida quotidiana das grandes cidades. Este facto traduziu-se no fecho de muitas fábricas e extinção de zonas residenciais operárias, cujo trabalho assalariado e estabilidade da vinculação contratual estavam directamente reportados ao sector industrial.

Este modelo de produção e de consumo industrial foi, entretanto, deslocalizado para os contextos urbanos da Ásia, América

Mike Davis

# Planète Bidonvilles

suivi d'une discussion critique

Bruno Bachmann

Les enfants de la même agonie



Latina e América Central. No entanto, para Mike Davis, as incidências estruturantes das novas tecnologias e da globalização influem sobremaneira no processo de industrialização e de urbanização das grandes cidades desses continentes. O impacto da micro-electrónica, informática, biotecnologia, robótica, telemática, das tecnologias de informação e de comunicação coexiste com o mundo de um trabalho assalariado atravessado pela informalidade, a escravatura, salários de miséria, desemprego e a precariedade sistemática da vinculação contratual.

Por outro lado, as grandes metrópoles do denominado Terceiro Mundo que crescem como cogumelos, segundo Mike Davis, resultam da expansão do neo-liberalismo à escala mundial. Ao mesmo tempo que o sector de serviços se torna o sector hegemónico das actividades económicas das sociedades contemporâneas, a actividade agrícola é restringida à acção depredadora das transnacionais do agro-alimentar, dando azo a um processo migratório de centenas de milhões de camponeses para os grandes contextos urbanos. Ao mesmo tempo que a acção das multinacionais se traduz na morte das espécies animais e vegetais e na destruição do equilíbrio ecológico dos países em expansão demográfica urbana, as bases de trabalho, de emprego, de salário, de localização territorial no espaço rural são extintas. Como resultado lógico de catástrofes naturais, sociais, culturais, políticas e económicas, para centenas de milhões de camponeses só lhes resta uma solução: migrar ou fugir para as grandes cidades.

Desse modo, o fenómeno urbano das grandes metrópoles do Terceiro Mundo, para Mike Davis, é constituído por uma mescla de mi-

séria, pobreza, senilidade, que é simultaneamente humana e ecológica. Constroem-se ou arrendam-se em catadupa barracas de papelão, latas velhas, restos de madeira, tijolos, cimento e telha, sem infra-estruturas de água, luz e esgotos. Lixo, ratos, porcos, cães, gatos e pessoas coexistem de uma forma interdependente e complementar em territórios denominados bairros de barracas ou favelas. É uma imensa economia informal do lixo e dos detritos de todo o tipo que se articula, vivifica e dá força a uma economia formal dos perfis e grupos sociais privilegiados dessas grandes metrópoles urbanas. Todavia, a economia informal da miséria, do desvio, da pobreza existencial urbana configurada num modelo de produção e de consumo assente na reciclagem do lixo e dos restos da vida quotidiana baseada no consumo, crime, droga, guerra, violência, da desqualificação, da precariedade da vinculação contratual e de salários de miséria representa mais de 60% da população activa a nível mundial. Sem esta, a economia formal perderia a sua razão de ser e facilmente soçobriria o modelo de produção, de consumo, de troca e distribuição.

Se bem que as temáticas analisadas incidem nas modalidades de escravidão humana sobre os jovens das grandes bairros de lata dos países da América Latina e de outros continentes, para Bruno Bachmann estamos em presença de uma imensa economia informal que se alimenta e reproduz com base na compra e venda de actividades circunscritas ao mundo do crime, da droga, da violência e de uma vida quotidiana atravessada também por contradições e conflitos. A acção colectiva destes jovens, segundo Bruno Bachmann não se limita à evolução linear de exclusão e integração normativa da pobreza e da miséria deste tipo de economia informal. Esta personifica uma subcontratação das grandes transnacionais da economia normativa, cujas manifestações mais visíveis são salários de miséria, inexistências de direitos sindicais, de protecção e segurança social. O desemprego e a precariedade da vinculação contratual traduzem-se numa precariedade generalizada da vida quotidiana dos jovens nos bairros de lata.

Por fim, enquanto Mike Davis critica as análises de Karl Marx sobre o papel e a missão histórica que, este último, tinha previsto para a luta de classes e o operariado, Bruno Bachmann considera que o novo proletariado que habita os bairros de lata das grandes cidades potencia grandes hipóteses de reivindicações, como inclusive de contestação e de superação do capitalismo.

DAVIS, Mike e BACHMANN, Bruno (2005), *Planète Bidonvilles* (suivi d'une discussion critique) – Les enfants de la même agonie, Paris, Ab irato.

José Maria Carvalho Ferreira

### *Pierre Mabille: um homem lúcido antes do tempo*

Com a leitura de *Égrégores ou la Vie des Civilisations* descobrimos um homem libertário de uma enorme capacidade reflexiva, toda ela construída por uma crítica radical da génese e evolução da civilização cristã ocidental. Pierre Mabille (1904-1972). Não obstante a sua perspectiva histórica e dialéctica se identificar, em alguns aspectos, com a obra de Karl Marx, esteve sempre ao lado dos que tinham uma enorme náusea e procuravam, simultaneamente, superar as perversões

do capitalismo, do Estado e da religião. Esta, para Pierre Mabille, na sua expressão cristã ocidental foi e é a essência da civilização que racionalizou com maior extensão e profundidade a dominação e exploração da humanidade ao longo de dois milénios de história.

Exerceu a medicina como profissão e actividade científica e integrou o movimento surrealista, desde 1936 até à sua morte em 1952. A sua opção libertária tornou-o um defensor e militante da acção colectiva revolucionária conducente ao conhecimento profundo e sistemático do universo, para ele, uma totalidade harmoniosa física e biológica constituído por hidrogénio, oxigénio e água, em conjugação e interdependência sistemática com a humanidade e a sociedade. Estas, por outro lado, não se podem restringir a identidades colectivas biológicas ou físicas, são também realidades colectivas espiri-

tuais, cuja subjectividade individual ou grupal se manifesta na criação e reprodução de mitos, rituais e representações sociais. Da luta pela lucidez e da revolta individual e grupal contra os atavismos seculares da ignorância, da alienação e da imbecilidade humana, Pierre Mabille define-se como membro de um grupo singular, criando para o efeito o conceito “égrégores”: Chamo “égrégores”, palavra utilizada pelos

hermetistas, o grupo humano dotado de uma personalidade diferente daquela dos indivíduos que o formam. Se bem que os estudos sobre este sujeito tenham sido sempre ou confusos ou tidos por secretos, creio ser possível conhecer as circunstâncias necessárias à sua formação. Indico, brevemente, que a condição indispensável, ainda que insuficiente, reside no choque emotivo poderoso. Para empregar um vocabulário químico, digo que a síntese necessita de uma acção energética intensa” (Mabille, 2005:29-30).

A multiplicidade de “égrégores” nas suas diferenças e singularidade de acção e de reflexão colectiva é uma construção temporal atravessada pelo progresso físico e tecnológico de civilizações contrastantes.

Estas nascem e morrem, tal como os indivíduos, os grupos e as sociedades. A acção do tempo, da geografia e da religião são nucleares para compreender a nossa evolução, daí que se torne imprescindível que nós como entidades colectivas biológicas e sociais sejamos simultaneamente sujeitos e objectos de uma necessidade imperativa: um exame científico e rigoroso de onde viemos, onde estamos e para onde vamos. Passado, presente e futuro, constituem-se como uma totalidade interdependente e complementar, de

pierre mabille



OU LA VIE DES CIVILISATIONS

ÉGRÉGORES ÉDITIONS

vida e da morte, do bem e da morte, da guerra e da paz, do progresso e do retrocesso, de materialidade e espiritualidade, da acção e da reacção. Na opinião de Pierre Mabille, estamos perante uma série de determinismos históricos e dialécticos do qual não podemos fugir.

No entendimento do autor, qualquer religião tem as suas raízes naturais na plenitude das causas e dos efeitos que integram o universo, as sociedades e a espécie humana. Ela é a base do edifício social, na medida em que está na origem na coesão e identidade colectiva de carácter grupal e societal e, em última instância, nas hipóteses e plausibilidades de conhecimento da complexidade e da abstracção científica que a realidade cósmica



mica do universo encerra. Por isso, muito antes da chegada do Messias personificado por Jesus Cristo, outras civilizações e outras sociedades se constituíram com os seus deuses, os seus mitos e seus rituais: “Se a religião se dirige ao sol, fonte da vida e da consciência, se ela descreveu, dramatizando os processos naturais, ela também está na origem da colaboração social dos seres. Os homens não foram obrigados de chegar à presente época para sentir como os sociólogos que não eram mais de que uma parte de uma colectividade e que tudo em eles provia dum logo esforço secular comum. A coisa ao qual devem tudo, alegrias como dores, é tida como sendo o objecto principal do amor e do ódio, fonte de libertação e de escravatura” (Mabille, id., ibid.: 83).

Neste livro, escrito em 1938, em pleno advento das ditaduras fascistas, na qual o nacional-socialismo do nazismo alemão configurava, mais uma vez, o desastre evolutivo da civilizacional ocidental, Pierre Mabille esboça, de modo notável e original, uma crítica radical do papel do cristianismo e da Igreja Católica Apostólica Romana no contexto da racionalidade instrumental do capitalismo e do Estado, como ainda da influência determinante da burocracia eclesiástica, enquanto poder temporal e espiritual, nos domínios económico, social, cultural e político. De facto, a génese do cristianismo incrustado nos pressupostos messiânicos da salvação dos males e da miséria terrena, depressa se tornou numa mitologia e rituais da defesa dos oprimidos e dos explorados que sofriam as vicissitudes da dominação do Império Romano. Como fenómeno de representação social facilmente se transformou numa acção colectiva do proletariado e dos escravos contra a dominação romana. Passados três séculos, transformou-se num poder espiritual e temporal, institucionalizando-se e legitimando como Igreja, dando azo à formação de uma casta burocrática de padres, bispos, cardeais e papas. Estes não só se tornaram nos líderes espirituais do imenso rebanho cristão, como nos grandes mentores do poder temporal: “Os padres que entram nos quadros da burocracia imperial não consideram as

coisas do mesmo ponto de vista. Eles estão interessados na estabilidade de um poder do qual lucram; utilizam o poder temporal para lutar contra a extensão das heresias, contra a multiplicação incessante de seitas. Na Ásia, as legiões romanas são requisitadas pelos bispos para extinguir as cidades onde se expandem doutrinas, cristãs sem dúvida, mas cuja existência parecia perigosa” (Mabille, id., ibid.: 115). Nas sociedades mais próximas da contemporaneidade de Pierre Mabille, esses poderes foram objecto de uma grande sistematização e complexidade. O processo de industrialização e de urbanização das sociedades, assim como a constituição do Estado-Nação reformularam os papéis da Igreja Católica Apostólica Romana e, logicamente, do cristianismo como baluarte civilizacional do ocidente. Neste domínio, o papel dos jesuítas revela-se de uma enorme importância para manter a estabilidade normativa das instituições referidas, como também da atomização e da miséria existencial dos seres humanos: “O jesuíta submetido a uma disciplina de ferro, rendido simplesmente a um instrumento dócil na mão do seu superior, chega com efeito, neste conhecimento da alma, a um domínio completo, cujos exemplos na histórica não tinha sido conhecido antes (...) Este jesuíta ao suplantiar as outras ordens (o que está praticamente realizado), impondo a sua visão ao cristianismo, constituiu-se no agente mais capaz da neurose social. Jogou o papel de um cancro invasor, destruidor de toda a vida” (Mabille, id., ibid.: 146-147).

Na sua contemporaneidade e na sua luta contra a ignorância e a luta pela emancipação social, Pierre Mabille viu na revolução espanhola de 1936-1939 uma oportunidade única de ultrapassar os aspectos sociais, económicos, políticos e civilizacionais negativos que personificam o comunismo na URSS e o nacional-fascismo na Alemanha, Itália, Portugal e Espanha. A tentativa de realizar a revolução social em Espanha tinha fracassado, mas, no entanto, personificava o mais belo exemplo dos que tinham usado lutar pelo bem da humanidade, que nos levaria irreversivelmente à emancipação social.

O determinismo materialista histórico e dialéctico marxista está em sintonia com esta visão de acção colectiva que privilegia as contradições e os conflitos das relações sociais de produção capitalistas e a evolução da luta de classes como explicação dos fenómenos revolucionários e contra-revolucionários. Gorando-se esta hipótese, esta visão mitológica da revolução e da emancipação social foi transferida da Europa ocidental para a América. Neste sentido é deveras interessante referir a especificidade dos papéis que Pierre Mabille dá aos Estados Unidos da América e ao México: “Se a Espanha tivesse triunfado, a Europa inteira tinha podido ser salva. Mas a marcha natural das civilizações, uma vez mais, não foi perturbada por algum milagre; o destino cumpriu-se, os velhos morrem, o esforço balbuciante deve ser novamente reencontrado como nova força do futuro (...) Entre os

Estados Unidos, filiação do imperialismo anglo-saxão, e o México, renovam-se as lutas e as trocas que culminaram aqui no nosso Ocidente cristão. Já o êxodo para o novo continente é significativo. As obras, adquiridas pelo oiro, emigram para os museus dos Estados Unidos onde constituem uma placa de cultura. Pinturas, esculturas, castelos debitados em peças e reconstruídos para a glória dos novos barões financeiros. Toda esta afluência de celebridade cola-se a um impressionante poder técnico destinado a melhorar a condição de uma homem ausente. Do lado mexicano, a pobreza faz-se riqueza para acolhimento oferecido aos exilados do mundo. Tinha ficado durante vários anos num grande cepticismo em relação ao destino glorioso prometido ao México por razões cuja absurdo me pareciam provável. A Europa parecia tão poderosa ainda, tão capaz de se salvar. A guerra de Espanha vem testemunhar o contrário. Depois disso, as provas multiplicam-se. Um facto particular como a chegada de Trotsky excluído do mundo inteiro tomou um carácter bastante simbólico” (Mabille, id. ibid.: 180-181). Os equívocos marxistas de Pierre Mabille são uma parte menor deste excelente livro. Na minha opinião, a crítica radical que é feita à religião e ao Estado é de uma enorme actualidade e pertinência, daí a urgência da sua leitura.

José Maria Carvalho Ferreira  
MABILLE, Pierre (2005), *Égrégores ou la vie des civilisations*, Marseille, Égrégores Éditions.

### *Porquê ler Edgar Rodrigues?*

**RODRIGUES, Edgar (2005), “Rebeldias – Volume 3”, Editora Opúsculo Libertário, Outubro 2003**

Parafraçando Italo Calvino no seu livro “Porquê Ler os Clássicos?”, livro em que justifica serem os clássicos eternos por caracterizarem tão bem as características da “alma” humana, assim irei eu tentar argumentar porque vale a pena, na minha opinião, ler Edgar Rodrigues. Assim como há realizadores cuja temática

preferencial são a revelação dos crimes do Holocausto, por acreditarem, talvez, que será mostrando os horrores do passado que se conseguirá impedir a repetição dos mesmos no futuro, também me parece que ler Edgar Rodrigues será cada vez mais importante pelos depoimentos “in veritas” que faz chegar até nós. O seu conhecimento dos horrores vividos por si e por tantos companheiros seus, nos inícios do século XX, ao serem divulgados jamais serão esquecidos, para além de que ter conhecimento dos mesmos sensibiliza-nos para uma luta contra a injustiça que, ainda hoje, tanto prolifera por aí.

Uma vez mais, ao ler *Rebeldias* Volume 3, terceiro volume de uma trilogia de verdadeiros documentos históricos sobre os movimentos sociais no Brasil e não só, dou conta da minha ignorância e, mais grave do que isso, dou conta da insensibilidade mundial, cada vez mais acentuada, sobre estes e outros horrores a que a humanidade esteve e está sujeita.

Sendo verdade que dificilmente assistiremos de novo às torturas e maus tratos que tantos operários e operárias sofreram nos anos mil e novecentos e pouco em prole de uma “máquina” que não podia parar, também não é menos verdade que, face a estes horrores, não temos imaginação suficiente para pensar os que existem hoje e os que se inevitavelmente se verificarão amanhã. Se antes, a maioria dos operários sofria por falta de condições de higiene, por excesso de horas de trabalho, pela desumanidade com que eram tratados desde muito novos (9 ou dez anos), hoje, muitos dos actuais “operários” não sabendo o que isso foi, pois já nasceram (a maioria) num sistema diferente, também não estão interessados em saber quais as verdadeiras torturas de que são alvo, porque hoje raciocinar para agir parece ser, de facto, uma grande limitação. Hoje, as fábricas, tal como funcionavam no início do século XX, estão em extinção, as condições em que trabalhavam os operários entrevistados por Edgar Rodrigues, também já não são frequentes, até porque muitas daquelas profissões (sapateiros, metalúrgicos, ferreiros, tipógrafos,...) são hoje desempenhadas por máquinas. Porém, não é porque todo um contexto se alterou que temos de esquecer e não difundir esses acontecimentos, sendo mesmo necessário lembrá-los para que novas resistências se criem em nós.

Perceber porque é que tantos operários resistiram e sobreviveram será sempre a grande questão. Como é que tantos e tantos homens e mulheres puderam suportar condições tão desumanas sem se suicidarem, sem desistirem, sendo até, mais unidos e solidários do que os “trabalhadores” de hoje? E estará talvez aqui a razão de ler Edgar Rodrigues. Os seus livros põem-me a pensar e a perguntar porque são hoje os “trabalhadores” tão desunidos, tão desumanos como o são as condições em que continuam a trabalhar. Porque são hoje tão pouco solidários? E à medida que a leitura dos seus livros me vai levando a reflectir, também a minha revolta interior vai aumentando pelas constatações que vou fazendo.

Hoje, prefere-se a sujeição à dignidade. Hoje prefere-se o te-

mor à ação, à coragem. Hoje prefere-se a quietude à luta. Hoje delega-se em “Alguém(?)” o que nos torna impotentes, ou seja, esperamos que a luta de uns resolva os problemas de todos. Hoje, a impotência é grande para tudo, seja para se dizer o que se pensa, seja para mobilizar quem se diz insatisfeito, mas não assim tanto que se queira envolver, seja para conseguir fazer o que se pensa, mas porque dá trabalho é melhor não fazer, seja para agir contra a injustiça, seja para rejeitar o supérfluo, seja....., seja.....

As lutas de hoje nada tem a ver com as lutas do passado. A grandiosidade dos homens e mulheres nossos antepassados parece ter morrido com eles. Aquilo que os fazia resistir e lutar, a muitos hoje, dá vontade de rir, porque não tiveram de lutar por nada, tudo foi obtido pelos antepassados (e de que forma!) para nós. Hoje as lutas já não são por menos horas de trabalho, por melhores condições de higiene, por melhores salários, etc.... (ler Edgar Rodrigues). Hoje, luta-se para ter mais crédito, mais papéis/canudos para aceder a bens iguais ou superiores aos que detêm muito dinheiro como, por exemplo, Belmiros de Azevedo ou futebolistas. Hoje, não se luta por ter um espaço para viver (os avós ou os pais já fizeram isso por nós), mas, antes, por um espaço que seja luxuoso e para se estar (viver é outra coisa) exigindo-se que tenha garagem, que seja num condomínio fechado, ou num sítio cujo verde seja artificial. Hoje a luta é pelo material, não pelo afectivo. As lutas do passado eram para que os sete ou mais filhos que se tinham, não morressem de fome (não era para ter uma TV em cada espaço da casa); a luta era terem uma casa de banho onde pudessem tomar banho depois de 14 horas de trabalho (não era

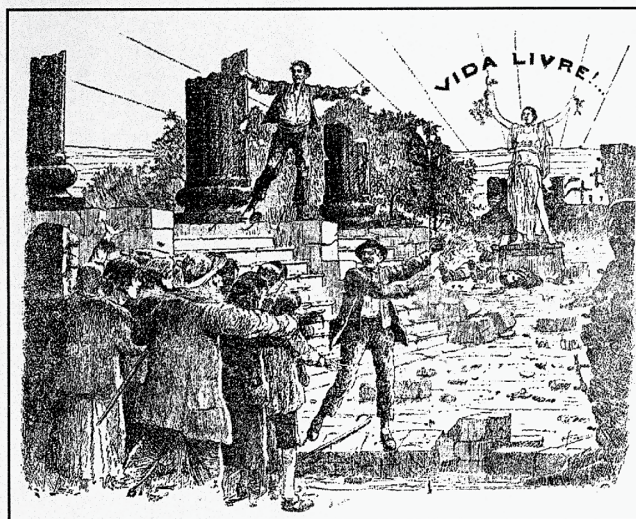
uma luta por casas com suites, isto é, casas com tantas pias quantas as camas); a luta era pela união e não pela intimidação ou concorrência. Hoje, olhamos o próximo como nosso competidor, como alguém que nos vai fazer mal, como alguém que nos vai lixar se puder. No passado, essa visão não era para com os companheiros de trabalho, era em relação aos encarregados, chefes e patrões. Hoje, todos querem estar bem com os chefes e mal com os colegas de trabalho. Hoje, a luta está desfocada,

tem-se medo dos que têm a mesma condição e pactua-se com quem nos quer utilizar como recurso/ferramenta e como delatores. Ao contrário, num passado próximo, por exemplo, quantas mulheres ficaram desempregadas por não quererem servir os desejos viris dos chefes e patrões, e quantos homens não ficaram também desempregados por serem maridos dessas mulheres que não serviam os apetites patronais! – ver Edgar Rodrigues.

Hoje o medo não é de ficar sem trabalho. É sim de que o outro possa lá ficar e ser eu a sair. Hoje, a luta não é pelo salário, é por uma ilusão! A ilusão de que estar empregado é poder aceder a bens que não nos fazem falta (casas, carros, TV, DVD etc...). Tudo o que antes era motivo de luta – a obtenção de alguns tostões para comprar pão, vinho e alimentos para comer – hoje não faz sentido (até porque para quem não tem nada, há Santas Casas, Bancos Alimentares contra a fome, etc...). Hoje, porque não há

*Edgar Rodrigues*

## *Rebeldias – Volume 3*



*Editores*  
*Opúsculo Libertário*



nada contra lutar, criam-se lutas contra o nada, o vazio preenche tanto, tanto, tanto que enlouquece e é aqui que residirão as lutas de amanhã – as lutas contra O VAZIO (emocional, psíquico, afectivo, natural). Amanhã, as lutas deverão ser no sentido do preenchimento de sentido do ser humano (passe-se a redundância). Será talvez a luta pelo sentido da vida, pela fraternidade, que este sistema de abundância e necessidades fictícias nos retirou. Teremos talvez de lutar contra a protecção/proibição exagerada do pensar, do reflectir; do agir, porque neste estertor em que nos encontramos, não vemos que a natureza vai sendo destruída e que nada fazemos, que a água vai sendo poluída e nada exigimos, que estamos e ficamos alienados/adormecidos sem que disso demos conta. A luta será, talvez, por um acordar difícil e, quem sabe, violento. Teremos de voltar a ser simples e naturais. Porém, é previsível que quem continue a desejar ser simples e natural, terá de ser silenciado, será o doente mental de amanhã. Receamos que a sociedade de um futuro próximo seja o inverso daquela contra a qual Foucault se insurgiu. No seu livro “Vigiar e Punir”, Foucault descreve-nos em que consistia o Panoptismo, sistema onde tudo se pode ver a qualquer momento sem se ser visto e que existia, sobretudo, nos hospícios

e prisões. Quem sabe se num futuro muito próximo não assistiremos a uma nova versão do Panoptismo? Isto é, sistema que voltará a ser utilizado mas agora para vigiar e punir todos os que se revoltam contra a alienação e destruição da natureza, os quais terão de ser encerrados/enclausurados em “Paraísos Panópticos”. Cá fora ficarão todos os que se encontrem na “Ordem”, ou seja, todos os Adormecidos, Alienados, “Drogados (por Fármacos Psíquicos)” do Sistema, em suma todos os Autómatos. Quem sabe? Sei apenas que, no meu caso, quero ser um dos potenciais residentes dos “Paraísos Panópticos”, pois certamente aí poderei continuar a ter assunto e motivo para viver, para escrever e ler Edgar Rodrigues.

Guadalupe Subtil

### *Da miséria nos ambientes subversivos*

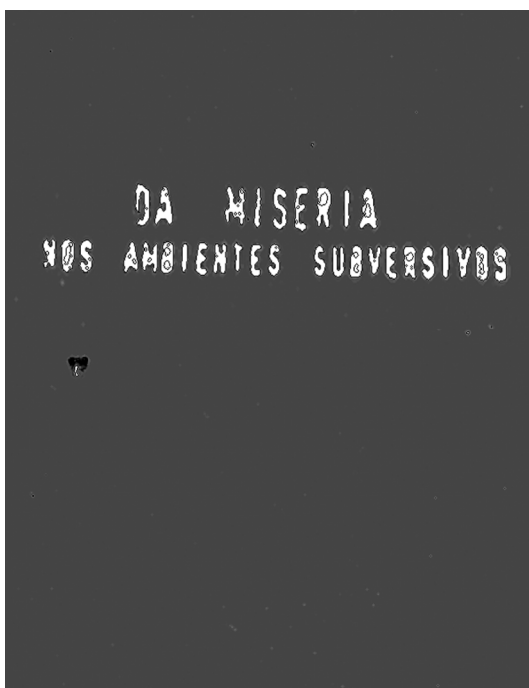
Recentemente, autores anónimos deram à estampa um livro, cuja pertinência e actualidade nunca é demais sublinhar

Sendo leitores e adeptos dos tempos idos da Internacional Situacionista, conseguiram integrar no seu discurso narrativo a miséria de que são sujeitos e objecto, evitando, assim, cair na armadilha tantas vezes repetida da miséria existencial do militantismo alienante de esquerda e de direita, que é, aliás, também abundante nos meios libertários.

É um texto escoreito e incisivo sobre um conjunto de problemas que afectam sobremaneira a vida quotidiana dos que pretenderam ou pretendem transformar radicalmente as sociedades contemporâneas. Escrito no bom estilo da Internacional Situacionista pós-Maio de 1968, o livro - *Da miséria nos ambientes subversivos* - integra três partes distintas: a) uma pequena introdução; b) um texto sobre a história de guetos urbanos; 3) teses sobre a Comunidade Terível.

Da introdução emerge a honestidade de um percurso militante atravessado pela resistência, a frustração e o inconformismo político perante o avolumar galopante da dominação e exploração capitalista, religiosa e estatal. É a procura de referências e de uma identidade perdida no meio da selva urbana abstracta, sem rosto, sem ideais, sem um sentido lógico para as suas vidas. É o resultado frustrante de acções repetidas, apoiadas em modelos, heróis ou mitos contra um poder omnipresente e onnipotente. Não podendo os modelos, mitos ou heróis de um passado longínquo transformarem-se em réplicas mecânicas para preencher o vazio existencial de um presente sem sentido, predominam as hipóteses de uma vida quotidiana atravessada pelo consumo do corpo, da mente e da psique.

Esta procura de identidade individual e colectiva é deveras explícita na introdução. Como grupo editor deste livro não se identificam, necessariamente, com todas as preposições do livro que



editaram: “Estes escritos não são mais do que uma pálida imagem das vidas apaixonantes que adivinhamos possíveis e ao alcance de todos. Não chegam nem pode chegar. No preciso momento em que são lidos correm o risco de se tornarem uma variante sofisticada, cínica e auto-reflexiva daquilo que pretendem criticar” (Vários, 2005: 11).

Do gueto urbano nas sociedade contemporâneas extraímos uma série de lições pertinentes. Em primeiro lugar, o facto do conceito gueto especificar algo que faz parte da história de uma cidade concreta que é Granada. Para os autores ou o(a) autor(a) do conceito, quaisquer generalizações são abusivas, porque a sua análise é restrita a um espaço-tempo, a existências e dinâmicas individuais e grupais circunscritos à cidade de Granada.

O gueto é afirmação de uma vida simulacro imbricada num círculo vicioso de lugares vazios de sentido: “O gueto não pode ser entendido limitadamente como uma lista concreta de grupos e indivíduos. É mais que isso: é uma dinâmica que flutua, que às vezes se expande e outras retrocede. É uma rede de relações e atitudes móveis, isto é, em eterno movimento para lado nenhum” (id. Ibid.: 18).

O objecto de observação mais visível para a demonstração inequívoca do gueto reside na história e na realidade actual do um movimento estudantil que integra a Universidade de Granada. Os lugares comuns da vida inscritas na miséria estudantil muitas vezes rebuscados nas teses situacionistas de Mustafa Khayati, desenvolvidas no livro *Da Miséria no Meio Estudantil*, em 1967, são um compósito de factores que criam e reproduzem o gueto estudan-



**Letra Livre**  
**LIVRARIA**

**Anarquismo, História Social, Literatura**

**Calçada do Combro, 139**  
**[www.letralivre.com](http://www.letralivre.com) / [letralivre@sapo.pt](mailto:letralivre@sapo.pt)**

til: estética, activismo, ideologia, liderança, fazer coisas por fazer, para passar o tempo sem passado, presente ou futuro. Evidentemente que esta miséria dos guetos estudantis, contrariamente ao que pode à primeira vista transparecer, não se reduz à Universidade de Granada, mas a todas as universidades do mundo, assim como as diferenças e especificidades culturais, políticas, sociais e económicas não se reduzem a um só grupo ou classes social, mas a todos os grupos e classes sociais. Vive-se para consumir o corpo, a mente, e a psique. Não há tempo nem espaço para uma vida qualquer. O que existe é um espaço-tempo para a compra ou venda desses factores.

Os guetos analisados pelos autores são uma expressão estética na medida em que só existem como formas concretas de música, linguagem, roupa, ou seja modos de vestir, de beber, de comer, de relacionar-se através de linguagens sociais e físicas com simbologias e significados específicos a cada gueto. Os guetos existem e desenvolvem-se porque têm uma ideologia como âncora do seu imaginário colectivo. Na ausência de um presente com sentido, recorrem aos mitos, heróis, bandeiras, cujas simbologias estão identificadas com modelos societários contrastantes. Comunismos, socialismos e anarquismos são as matrizes ideológicas mais representativas dos guetos estudantis. Estando atomizados e alienados nos seus guetos, para exteriorizarem as suas ideologias no presente, transformam-se facilmente em réplicas mecânicas das ideologias do passado.

No caso da ideologia, os autores recorrem aos pressupostos da ideologia marxista que pretende mecanicamente separar a teoria da prática, o objectivo do subjectivo. Escrever que “uma ideologia é uma visão idealizado do mundo, completamente separada da experiência quotidiana e vital de quem a sustenta, na qual nada indica que aquela se possa realizar” (id.Ibid.:33-34) é uma aplicação mecanicista e determinista do materialismo histórico e dialéctico marxista. Tanto assim é, que a ideologia, contrariamente ao que pensam os autores, é base do seu activismo político. Este não existe só como ideal de uma dada realidade concreta. Ele é e só pode ser essa realidade. O activismo torna-se desse modo uma actividade política plausível através de sucessivas manifestações. Os dois tipos de militância alienante – periférica e central – são a base do activismo da dinâmica dos grupos. Seja em lutas em solidariedade com os povos oprimidos e explorados pelo capitalismo, seja pela libertação dos espaços públicos, seja nas lutas anti-globalização, a razão de ser do activismo como dinâmica de grupo dos guetos consiste no incremento de um tipo de plasticidade social, cujo objectivo comum da sua luta ideológica e política se traduz no fim da exploração e opressão sobre categorias revolucionárias emblemáticas: povo, classe operária, oprimidos e explorados.

O conceito de liderança informal como apanágio dos guetos é salutar, na medida em que desfaz radicalmente a ideia

que o poder não emerge em relações interpessoais de características informais e espontâneas. Neste sentido, para os autores do livro, qualquer gueto ou grupo necessita de um líder informal, que pense e aja adequada e atempadamente para difundir a ideologia, para prevenir e controlar os desvios e as transgressões dos militantes que os integram. O militante central do gueto, geralmente assume as funções de líder informal. A responsabilidade deste leva-o a responsabilizar-se pela totalidade das tarefas concernentes à vida quotidiana dos guetos.

A vida quotidiana destes implica sempre fazer qualquer coisa que justifique a sua razão de ser. No activismo pelo activismo sente-se como uma força viva, que existe porque não está parado, havendo sempre algo para fazer que dá razão à sua existência. Precisam de respostas, precisam de visibilidade social, precisam que a sociedade lhes dê importância, daí a razão plausível das suas acções necessitarem de um conteúdo espectacular e mediático: “Além do mais, reconheça-se ou não, um dos objectivos prioritários da maioria das acções do gueto é pura e simplesmente sair na televisão e na imprensa. Os media hipnotizam, e continua vigente a absurda ideia de que sair neles conduz a algum dado” (id.ibid.:53).

Por fim, sublinhe-se as teses sobre a comunidade terrível. Como as palavras indiciam estamos perante uma tentativa de teorizar um novo conceito. Este texto é mais original do que o acabamos de referir nos parágrafos precedentes. Em primeiro lugar, porque actualizam, de uma forma inteligente e perspicaz, o pensamento de Michel Foucault sobre a biopolítica e, por outro lado, de uma forma indirecta, sem nunca o citarem, o Único e a sua Propriedade de Max Stirner. Em segundo lugar, porque os aprofundamentos e sistematizações que foram elaborados em várias páginas sobre o conceito de comunidade terrível não são repetitivos e fogem das causalidades e efeitos costumeiros dos modelos e das ideologias radicais que estamos habituados a ler. Todavia, é necessário pensar se o cariz radical e emancipador da comunidade terrível pode adequar-se a um presente que existe exclusivamente com base no seu contrário: a biopolítica e as multidões.

Mais do que nunca importa sobremaneira re-



alçar que a emancipação individual e social do nosso presente histórico só é possível de consumir com indivíduos livres e soberanos. Este livro, a partir da abordagem que é realizada no âmbito das teses sobre a comunidade terrível, está em sintonia com esse desiderato.

José Maria Carvalho Ferreira

Vários, (2005), Da miséria nos ambientes subversivos, Cascais, Edições Antipáticas

## ÚLTIMAS PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

### A

**Rivista anarchica mensile, anno 36, n° 314, febbraio 2006**

Contacto: Editrice A, C.P. 17120, 20170 Milano, Italia; E-mail: arivista@tin.it; Web site: www.arivista.org

### Agone

**Histoire, Politique & Sociologie, numéro 34, 2005**

Tema deste n°: "Domestiquer les Masses"  
Contacto: Agone, B.P. 70072, F-13192 Marseille cedex 20, France; Web site: <http://agone.org>

### Al margen

**Portavoz del Ateneo Libertario, Año XIV, n° 56, Invierno 2005**

Contacto: C/ Palma 3, 46003 Valencia, España; E-mail: atalmargen@nodo50.org; Web site: [www.nodo50.org/almargen](http://www.nodo50.org/almargen)

### Bandera Negra

Año 4, n° 13, Agosto – Septiembre 2005  
Vóceros del Grupo Anarquista Bandera Negra, Adherido a la F.L.A. – I.F.A.

Contacto: E-mail: [banderanegra@ciudad.com.ar](mailto:banderanegra@ciudad.com.ar); Web site: [www.bandera-negra.com.ar](http://www.bandera-negra.com.ar)

### Black Flag

**For Anarchist Resistance, Issue n° 225**

Contacto: BM Hurricane, London WC1N 3XX, Reino Unido; E-mail: [BlackFlag@lycos.co.uk](mailto:BlackFlag@lycos.co.uk); Web site: [www.flag.blackened.net/blackflag](http://www.flag.blackened.net/blackflag)

### Cadernos Insurreição

Nr. 1, II série, Fevereiro 2006  
Contacto: Apartado 4013, 4001-001 Porto, Portugal

### CeNiT

Organo de la C.N.T.-A.I.T. – Regional del Exterior, 21 avril 2006 - N° 979 - Bimensuel  
Contacto: CeNit, chez Imprimerie des Gondoles, 6, Rue Chevreul, 94600 Choisy-le-Roi, France

### Courant alternatif

Mensuel édité par l'Organisation Communiste Libertaire, n° 157, mars 2006  
Contacto: OCL / Égrégore, B.P. 1213, 51058 Reims cedex, France; E-mail: [oclibertaire@hotmail.com](mailto:oclibertaire@hotmail.com); Web site: <http://oclibertaire.free.fr/>

### El Libertario

Año 20, n° 60, Primavera de 2005  
Publicación de la Federación Libertaria Argentina  
Contacto: Calle Brasil 1551, Constitución, 1154 Buenos Aires, Argentina; E-mail: [fla@radar.com.ar](mailto:fla@radar.com.ar); Web site: [www.libertario.org.ar](http://www.libertario.org.ar)

### El Libertario

Año 9, n° 44, Septiembre / Octubre 2005  
Vóceros ácratas de ideas y propuestas de acción  
Contacto: Raul F., Apartado Postal 128, Carmelitas, Caracas D.F., Venezuela; E-mail: [ellibertario@hotmail.com](mailto:ellibertario@hotmail.com); Web site: [www.nodo50.org/ellibertario](http://www.nodo50.org/ellibertario)

### Fenikso Nigra

Aperiódico de Propaganda dos vários Anarquismos de Campinas e Região – Número 7 / 2005  
Contacto: Caixa Postal 999, 13001-970 Campinas / SP; E-mail: [feniksonigra@yahoo.com.br](mailto:feniksonigra@yahoo.com.br); Web site: [www.fenikso.rg3.net](http://www.fenikso.rg3.net)

### La Question Sociale

Revue libertaire de réflexion et de combat, n° 3, hiver 2005 - 2006  
Contacto: La Question Sociale, c/o Librairie Publico, 145, Rue Amelot, 75011 Paris, France; E-mail: [laquestionsociale@hotmail.com](mailto:laquestionsociale@hotmail.com); Web site: <http://www.laquestionsociale.org>

### Le Monde Libertaire

Hebdomadaire de la Fédération Anarchiste, n° 1431, du 7 mai 2006  
Contacto: Le Monde Libertaire, 145, Rue Amelot, 75011 Paris, France; Telef. 33.1.48053408

**Libertaria***il piacere dell'utopia**Rivista trimestrale, anno 8, numero 1, gennaio /  
marzo 2006**Contacto: C. P. 10667, 20110 Milano, Italia;  
E-mail: libertaria@libertaria.it; Web site: www.  
libertaria.it***Pétala Negra***Jornal do Fórum do Anarquismo Organizado de  
São Paulo - nº 10 - Ano III - publicação trimes-  
tral - Novembro / 2005**Contacto: Caixa Postal 99, 11010-010 Santos /  
SP; E-mail: petalanegra\_rlbs@yahoo.com.br***Polémica***Información – Crítica – Pensamiento, Año XXIV,  
nº 87, Enero 2006**Contacto: Violant d'Hongria 71, 08028 Barce-  
lona, España; E-mail: polemica@polemica.org;  
Web site: <http://www.polemica.org>***Política Operária***Nº 103, Janeiro / Fevereiro 2006, Ano XXI**Contacto: Apartado 1682, 1016-001 Lisboa,  
Portugal; E-mail: dinopress@mail.telepac.pt***Protesta!***Periódico de Grupos e Organizações Anarquis-  
tas, Nº 2, Novembro de 2005**Contacto: Caixa Postal 195, 01059-970 São  
Paulo / SP, Brasil; Web site: [http://www.ter-  
ralivre.org](http://www.ter-<br/>ralivre.org)***Réfractions – Recherches et Expressions Anar-  
chistes***Public, Privé, Communs, Quels services?**Número 15, Hiver 2005**Contacto: Les Amis de Réfractions, BP 139,  
75966 Paris Cedex 20, CCP Lyon 11 067 24  
E-mail: [refractions@plusloin.org](mailto:refractions@plusloin.org); Web site:  
[refractions.plusloin.org](http://refractions.plusloin.org)***Singularidades***... modos de ser inconformista**nº 26, Ano XII, Novembro 2005**Contacto: Apartado 13117, 1019-502 Lisboa,  
Portugal;  
E-mail: [jope103@hotmail.com](mailto:jope103@hotmail.com); Web site: [http://  
geocities.yahoo.com.br/revistasingularidades](http://geocities.yahoo.com.br/revistasingularidades)***Umanità Nova***Settimanale Anarchico, anno 86, n. 11, 26 marzo  
2006**Contacto: c/o Federazione Anarchica Torinese,**C.so Palermo 46, 10152 Torino, Italia; E-mail:  
[fat@inrete.it](mailto:fat@inrete.it)***Verve***Revista do NU-SOL – Núcleo de Solidariedade  
Libertária**Programa de estudos Pós-Graduados em Ciências  
Sociais PUC-SP**nº 8, 2005**Contacto: Rua Ministro Godói, 969, 4º andar, sala  
4E-20, São Paulo – SP Brasil;**Web site: [www.nu-sol.org](http://www.nu-sol.org)***Outros documentos  
e livros recebidos***A tous ceux qui veulent flicker les lycéens, les  
lycéens répondent: Résistance!**Paroles de Lycéens, De l'Huile sur le Feu, Édi-  
tions L'Insomniaque, 2005**Contacto: 63, Rue de Saint-Mandé, 93100  
Montreuil, France; Web site: [http://insomniaque-  
editeur.free.fr](http://insomniaque-<br/>editeur.free.fr)***Bollettino Archivio G. Pinelli***Nº 26 de Dicembre 2005**Boletim do Centro de Estudos Libertários Gi-  
useppe Pinelli**Contacto: Via Rovetta 27, 20127 Milano, Italia;  
Web site: <http://www.centrostudilibertari.it>***Bulletin of the Kate Sharpley Library***Boletim da Livraria Kate Sharpley, Number 45,  
Feb. 2006**Informação sobre publicações editadas e dis-  
poníveis.**Contacto: Kate Sharpley Library, BM Hurricane,  
London WC1N 3XX, England; Web site: [www.  
katesharpleylibrary.net](http://www.katesharpleylibrary.net)***Espartaco y la llamada revolución de los  
gladiadores***Gérard Walter, Editorial Etcetera, nº 48, Diciem-  
bre 2005**Contacto: Apartado 1363, 08080 Barcelona, Es-  
paña; Web site: [www.sindominio.net/etcetera](http://www.sindominio.net/etcetera)***Iphigenia in Utopia***Four Acts by**Pietro Ferrua, 2005***Itinéraire d'Houilles à Tulkarem***Jimmy Gladiator, Éditions Ab irato, 2005**Contacto: 21 ter, Rue Voltaire, 75011 Paris,*

France; Web site: <http://abirato.internetdown.org>

**Los Viajes de Gulliver. Viaje a Laputa y Balnibarbi**

Jonathan Swift, Editorial Etcetera, n° 47,  
Diciembre 2005

**Luce Fabbri – Propinqua Libertas**

A cura di Gianpiero Landi.

Biblioteca Franco Serantini, 2005

Contacto: BFS, Via I. Bargagna 60, 56124  
Pisa, Italia; Web site: [www.bfs-edizioni.it](http://www.bfs-edizioni.it)

**Luigi Fabbri – Studi e Documenti**

sull'Anarchismo tra Otto e Novecento

A cura di Roberto Giulianelli, Biblioteca  
Franco Serantini, 2005

**Mi itinerario intelectual o El excluido de la horda**

Georges Gurvitch, Editorial Etcetera, n° 49,  
Diciembre 2005

**Négatif**

Bulletin irrégulier – Décembre 2005 – n° 6

Contacto: [georges.ouden@caramail.com](mailto:georges.ouden@caramail.com)

**Planètes Bidonvilles**

Mike Davis, Éditions Ab irato, 2005

**Três Ensaio sobre Religião**

Emma Goldman, Editora Index Librorum

Prohibitorum, Agosto 2005

Contacto: E-mail: [indexeditora@yahoo.com.br](mailto:indexeditora@yahoo.com.br)





PCC

# Estado e emergências fascistas

102

*Não foi somente mais uma rebelião nos presídios. Há algum tempo já não se trata mais disso. No dia 11 de maio, quinta-feira, três dias antes do dia das mães, começou uma rebelião em favor de benesses à elite do PCC (Primeiro Comando da Capital ou Partido do Crime), e acordos de contas com o governo paulista e sua polícia, terminando na segunda-feira, 15 de maio, após mortes, incêndios, paralizações forçadas de escolas e empresas, boatos e mais boatos, e negociações concluídas com ordem passada pelo PCC a todas as prisões rebeladas para voltarem à normalidade. Tudo começou em São Paulo e rapidamente se espalhou para outros estados (Mato Grosso, Espírito Santo, Paraná). Desta vez a rebelião não se restringiu às prisões de adultos na capital ou no interior. Ela vazou. Atingiu a Febem-SP e atravessou as cidades realizando execuções de policiais, incendiando ônibus, demonstrando força amedrontadora aos cidadãos apavorados.*

*A metrópole parou na tarde de 15 de maio. As pessoas corriam para suas casas e punham-se diante dos televisores ouvindo representantes governamentais, intelectuais, coordenadores de ONGs, anchor-men esbaforidos, todos querendo mais punições, mais reformas penais e medidas enérgicas contra o crime organizado. Eles quase pediram pena de morte quando exigiram prisão perpétua para encarcerar bandidos perigosos para sempre.*

última  
hora

utopia

**CONSUME E OBEDECE  
ÉS LIVRE!...  
O PREÇO DA LIBERDADE  
É A VIGILÂNCIA  
CONTINUA...**



Com tamanho autoritarismo, muitas vezes travestido de defesa do bom cidadão, eles fortalecem a emergente configuração atual em que presos organizam-se numa estrutura análoga à do Estado, mas ilegalmente. Como velhos ressentidos estes paladinos da justiça não se cansam, também, de acusar os defensores dos direitos humanos como responsáveis pelo atual estado de ilegalismos, confundindo, propositalmente, a atuação destas organizações que combatem pocilgas com proteção ilegal a criminosos. Aproveitam-se da situação para apavorarem mais ainda os espectadores e os navegadores de internet, identificando uma força a ser abatida, e pretendendo limpar o terreno para a continuidade dos fascismos. Eles pedem que o totalitarismo do PCC seja enfrentado pelo fascismo de Estado. Entretanto, no meio disso tudo aparecem as vozes equilibradas, os perfis democráticos, os planejadores de uma novo sistema em nome da justiça e da democracia. Reabre-se, então, o banquete de ONGs e institutos que vivem das desgraças da prisão propondo novidades por meio de propostas justas, na justa medida em que consagram o controle unificado, a coordenação institucional ou a fiscalização mútua.

Noutras ocasiões o PCC fazia rebeliões para afirmar seu poder diante dos prisioneiros buscando acabar com a luta pela hegemonia entre as diversas facções organizadas. Mostrava força internamente numa guerra objetiva, ao mesmo tempo em que iniciava tentativas de gestões diplomáticas com o Estado. Agora, controlando as prisões - a grande massa encarcerada cuja maioria se encontra em São Paulo -, já estabelecido na Febem e articulado com os ci-





dadãos livres (ex-prisioneiros, parentes de encarcerados, novos militantes) ele quer mais. O PCC busca legitimidade deflagrando uma iminente guerra e a suspendendo mediante negociações. Ele diz, à sua maneira, quantas organizações legais precisam de seu ilegalismos para continuar lucrando.

O PCC não pratica terrorismo. Ele procura uma via institucional para estruturar a representação ou o comando militar sobre a população encarcerada (seja ela composta exclusivamente de prisioneiros ou ampliada, com funcionários e técnicos, pois não há prisão em que prisioneiros e seus controladores não estabeleçam relações ilegais com ou sem telefones celulares). Não há crime sem legalidade e empregos úteis, sabemos há muito tempo! Mas a quem interessa a revelação dos legalistas que atuam neste fluxo de ilegalismos?

No início da noite de segunda-feira, depois de encerradas as negociações, as autoridades governamentais diziam que tudo estava sob controle. As autoridades intelectuais, pela televisão e imprensa, falavam de mais reformas no sistema penal, sobre a necessidade de ações enérgicas, como foram usadas as comunicações para propagar boatos, e mais uma outra vez de tolerância zero. O PCC avisou que faria uma ação em mais de um estado da federação e fez. Exigiu negociações com governos e as obteve. Comprometeu-se a encerrar as rebeliões e cumpriu. E ainda chamam o PCC de integrante do crime organizado? E ainda acham que é em nome do combate ao PCC que se deve investir mais em segurança?

O PCC mostrou que já é um Estado que governa sua população em diversos territórios de aprisionamentos chamados prisões, febens, favelas e periferias, nos bairros, cidades e estados, independentemente de continuidades fronteiriças. O PCC está organizado de maneira centralizada como um partido único e governa determinando ações descentralizadas visando a garantia de sua elite governamental e de seus súditos encarcerados. O PCC funciona por meio de pagamento de impostos, recrutamento de homens-bomba



(não similares aos terroristas mas devedores que saldaram dívidas atuando como sicários), articulação de milícias, tráfico de drogas, incluindo suas imediatas conexões legalizadas, retemperando as ilegalidades e escravizando seus devedores.

O Estado totalitário PCC assenta-se em dispositivos estratégicos bélico-diplomáticos, estruturados em um discurso familiar cujo ápice de sua consecução e execução está nas cabeças cortadas exibidas como troféus. Este é o expediente reservado aos traidores do partido. As degolas escancaram definitivamente a rigidez hierárquica combinada com afetuosas familiaridades que agregam irmãos e primos, circunscrevendo a obediência diante da autoridade superior para obter proteção e propagar assujeitamentos.

O PCC como Estado, que já pacificou as prisões com muita guerra, com seu estatuto e estrutura militarizada, exige paz no exterior, mostrando sua força com atos de violência que ensaiam uma guerra. O Estado legal e legítimo só têm uma maneira de lidar com este Estado totalitário: fazer negociações circunstanciais ou simplesmente dizimá-lo. A guerra e os novos tratados de paz já ultrapassaram os muros das prisões, avançaram sobre as periferias das grandes cidades e encontraram fluxos ilegais em ramos respeitáveis da economia.

Não se acaba com o tráfico com mais repressão. Já constatamos isso nos últimos 20 anos, desde que se tentou justificar a ação internacional contra o narcoterrorismo e o narcotráfico na América Latina, Ásia e Oriente Médio. Muito menos com tolerância zero ou penas alternativas. Estas somente propiciaram o crescimento estatístico dos indivíduos penalizados, das ações criminalizáveis e da burocracia penal. Hoje em dia, quando nem o Exército controla o seu monopólio legal de armas, a indústria do controle do crime cresce e com ela os lavadores de dinheiro, as conexões ilegais, idem. Idem, idem, idem.

O fluxo moralista-repressor aumenta de velocidade e de densidade. Não se fala mais em liberar as drogas, este golpe mortal nos ilegalismos atuais que passam pelas prisões para adultos e jovens definitivamente conectadas, pelos vínculos ilegais reconhecidos como inevitáveis e pelas propostas fascistas constatadas no cotidiano das mídias. No horizonte só mais guerras em cujos percursos encontraremos emboscadas, ciladas, silenciosos extermínios e prováveis reparações de esquadrões da morte.

Na era da globalização transita quem manda e pode, como sempre foi no capitalismo, sob o Estado-nação ou o vigente consórcio de Estados. As mães continuarão chorando lado a lado, num soturno velório. Uma sobre o esquife do filho policial; a outra sobre o do seu filho bandido. Ambos vindos do mesmo lugar: um tido como sangue bom; outro como sangue ruim. A dor aumenta, o sangue quente escorre, encharca nossos pés. Isto não se sente pela televisão ou rádio. É a vida nos campos de concentração que precisa continuar para que os ilegalismos dos bacanas não cessem. Nunca houve capitalismo sem ilegalismos e o PCC é somente um parceiro ilegal no capitalismo no Brasil. Será que só no Brasil?